UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA ESPANHOLA E
LITERATURAS ESPANHOLA E HISPANO-AMERICANA

CAROLINE DE CÁSSIA BAKSA TACINI

**A injunção a regular a língua no espaço da
comunicação contemporâneo – As recomendações da
“Fundación del Español Urgente”**

Versão Corrigida

SÃO PAULO
2018

CAROLINE DE CÁSSIA BAKSA TACINI

**A injunção a regular a língua no espaço da
comunicação contemporâneo – As recomendações da
“Fundación del Español Urgente”**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Língua Espanhola.

Área de concentração: Línguas Estrangeiras Modernas – Espanhol.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. María Teresa Celada

**São Paulo
2018**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

- T118i Tacini, Caroline de Cássia Baksa
A injunção a regular a língua no espaço da
comunicação contemporâneo - As recomendações da "Fundación
del Español Urgente" / Caroline de Cássia Baksa
Tacini ; orientadora María Teresa Celada. - São
Paulo, 2018.
173 f.
- Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Letras Modernas. Área de
concentração: Língua Espanhola e Literaturas Espanhola
e Hispano-Americana.
1. língua espanhola. 2. instrumentos linguísticos.
3. regulação. 4. meios de comunicação. 5. Fundéu BBVA.
I. Celada, María Teresa, orient. II. Título.

TACINI, Caroline de Cássia Baksa. *A injunção a regular a língua no espaço da comunicação contemporâneo – As recomendações da “Fundación del Español Urgente”*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. María Teresa Celada (orientadora)

Instituição: FFLCH/USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Claudia Pfeiffer

Instituição: UNICAMP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Olga Coelho

Instituição: FFLCH/USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Adrián P. Fanjul

Instituição: FFLCH/USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Suplentes:

Prof. Dr. José Horta Nunes (UNICAMP)

Prof^a. Dr^a. Cristina Altman (FFLCH/USP)

Prof^a. Dr^a. Fernanda dos Santos Castelano Rodrigues (USP)

*À Maria Regina (in memoriam), à Katarina e ao Alessandro,
por todo amor que recebi.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus.

À Maite Celada, por compartilhar seu conhecimento nesse meu percurso pelos estudos da língua espanhola, primeiro na graduação e, depois, no mestrado, colaborando sobremaneira, não só para a realização deste trabalho como também para o meu amadurecimento profissional e pessoal.

À Profa. Dra. Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer, pela leitura atenta e comentários essenciais para o direcionamento e desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Adrián Pablo Fanjul, pelo incentivo e pelas importantes contribuições que enriqueceram este trabalho.

À Profa. Dra. Olga Coelho por ter aceitado participar da banca para a defesa deste trabalho.

Às queridas companheiras de estudo, Natália Santini Victuri, por toda a ajuda, nas diferentes etapas da minha dissertação e Jorgelina Angelini, pela companhia nesta caminhada.

À querida Ana Paula Fabro de Oliveira, amiga da vida, incentivadora e conselheira. Por saber dividir o conhecimento e amenizar as angústias e inquietações. Pela nossa amizade (para sempre).

A todos os meus amigos e familiares, que souberam compreender a minha ausência em momentos importantes e me acolher nas horas mais difíceis.

Ao Alessandro, por todo amor, apoio e paciência em mais esta etapa de nossas vidas (sem os quais certamente este trabalho não teria sido possível).

Enfim, a todos aqueles que, de alguma maneira, colaboraram para a realização deste estudo.

RESUMO

TACINI, Caroline de Cássia Baksa. *A injunção a regular a língua no espaço da comunicação contemporâneo – As recomendações da “Fundación del Español Urgente”*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

Esta pesquisa busca compreender como o espanhol é regulado no espaço dos meios de comunicação pelo dispositivo que funciona no site da “Fundación del Español Urgente” (Fundéu BBVA) e, especialmente, através das recomendações linguísticas por ele publicadas, respondendo ao que essa fundação interpreta como desafios das inovações tecnológicas na contemporaneidade. Esse dispositivo regulador é abordado como um objeto discursivo, isto é, vinculado às condições de produção (PÊCHEUX, 1969) das quais emerge – tal como concebido pela Análise do Discurso de linha materialista – e inscrito em um processo de gramatização do espanhol (AUROUX, 1992), no caso, em sua relação com a mídia. O trabalho se organiza em função de dois objetivos principais, sendo o primeiro deles a busca por compreender como a fundação – no intuito de regular a língua dos meios de comunicação – se constitui, fato que implica abordar a relação entre as instituições envolvidas em sua composição e, especificamente, a história da agência EFE de notícias, crucial para essa constituição. Nessa história, é preciso focalizar primeiro a criação do “Departamento de español urgente” (DEU) que deu bases para a constituição da Fundéu BBVA. O segundo objetivo se propõe a entender como esta última atua, justamente, na regulação da língua espanhola e como esse tipo de intervenção foi se transformando ao longo do tempo: primeiro, mediante a produção do “Manual de español urgente” para, posteriormente, se concentrar sobre a compreensão de aspectos relativos ao funcionamento do dispositivo regulador que se materializa no site dessa fundação. Por fim, a análise se concentra nas “recomendações” linguísticas, centrais nesse funcionamento, a fim de identificar as regularidades que operam em sua produção. A abordagem realizada permite formular interpretações acerca do processo de interpelação que atravessa o modo de regular a língua que aí se configura.

Palavras-chave: língua espanhola, instrumentos linguísticos, regulação, meios de comunicação, Fundéu BBVA.

ABSTRACT

TACINI, Caroline de Cássia Baksa. *The injunction for language regulation in a contemporary communication media – Recommendations of the "Fundación del Español Urgente"*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

This research looks into how the Spanish is controlled in media by a device which works on “Fundación del Español Urgente” (Fundéu BBVA) site and, specially, through a set of linguistic recommendations published by Fundéu, addressing what this foundation currently considers challenges of technological innovations. That regulating device is reworded as a discursive object, that is, entailed to the production conditions (PÊCHEUX, 1969) from which they come out – as conceived by Discourse Analysis of Materialist Conception – and enrolled in a process of Spanish standardization (AUROUX, 1992), in this case, in its relationship with the media. This present work is organized according to two main goals, the first, to search for understanding how the foundation – in order to regulate the language of the media – was built, a fact that implies addressing the relationship between the institutions involved in its composition and specifically the history of the news agency EFE, crucial to this constitution. About this history, we must first focus on the creation of the "Departamento de español urgente" (DEU), which provided the basis for the incorporation of Fundéu BBVA. And the second goal is to understand how the latter acts, precisely, in the regulation of the Spanish language and how this type of intervention has been transformed over time: first, through the production of the "Manual de español urgente" and, subsequently, focusing on the understanding the aspects related to the functioning of the regulatory device that materializes in the site of this foundation. Finally, the analysis probes into linguistic "recommendations", central to this functioning, in order to identify the regularities that operates in its production. The approach adopted allows to formulate interpretations about the process of interpellation that crosses the practice of regulating the language that is configured by Fundéu BBVA.

Key words: Spanish language, linguistic instruments, regulation, media, Fundéu BBVA.

RESUMEN

TACINI, Caroline de Cássia Baksa. *El imperativo de regular la lengua en el espacio de la comunicación contemporáneo – Las recomendaciones de la “Fundación del Español Urgente”*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

Esta investigación busca comprender cómo se regula el español en el espacio de los medios de comunicación desde el dispositivo que funciona en la página Web de la “Fundación del Español Urgente” (Fundéu BBVA) y, especialmente, mediante las recomendaciones lingüísticas en ella publicadas, respondiendo a lo que esta Fundación interpreta como desafíos de las innovaciones tecnológicas en la contemporaneidad. Este dispositivo regulador se aborda como un objeto discursivo, es decir, vinculado a las condiciones de producción (PÊCHEUX, 1969) de las cuales emerge – tal como es concebido por el Análisis del Discurso de línea materialista – e inscripto en un proceso de gramatización del español (AUROUX, 1992), en este caso, en su relación con los medios. El trabajo se organiza en función de dos objetivos principales: el primero, comprender cómo la Fundación – con el propósito de regular la lengua de los medios de comunicación – se constituye, lo que implica analizar la relación entre las instituciones presentes en su composición y, específicamente, la historia de la Agencia EFE de noticias, crucial para su creación. En esta historia cabe enfocar primero la formación del “Departamento de español urgente” (DEU) que sentó las bases de la Fundéu BBVA. El segundo objetivo es entender cómo esta última actúa, justamente, en la regulación de la lengua española y cómo este tipo de intervención fue transformándose a lo largo del tiempo: primero, mediante la producción del “Manual de español urgente” para, posteriormente, concentrarse sobre la comprensión de aspectos relativos al funcionamiento del dispositivo regulador que se materializa en la Web de esta Fundación. Por último, el análisis hace eje en las “recomendaciones” lingüísticas, centrales en ese funcionamiento, a fin de identificar las regularidades que operan en su producción. La perspectiva tomada permite formular interpretaciones acerca del proceso de interpelación que atraviesa el modo de regular la lengua que ahí se configura.

Palabras clave: lengua española, instrumentos lingüísticos, regulación, medios de comunicación, Fundéu BBVA.

LISTA DE IMAGENS

Capítulo 2

Imagem 1 – <i>Manual de español urgente</i> - formato impresso atual (2015)	85
Imagem 2 – Capas do <i>Manual de español urgente</i> (1985, 1989, 2001).....	86
Imagem 3 – Legenda do “Glosario”, <i>Manual de español urgente</i> (2015).	96
Imagem 4 – Glosario, <i>Manual de español urgente</i> (2015, p. 138).....	98
Imagem 5 – Glosario, <i>Manual de español urgente</i> (2015, p. 141)	99
Imagem 6 – Glosario, <i>Manual de español urgente</i> (2015, p. 150).....	100
Imagem 7 – Página inicial da Fundéu BBVA de 11 de setembro de 2016	102
Imagem 7a – Página inicial da Fundéu BBVA: Topo da página.....	103
Imagem 7b – Página inicial da Fundéu BBVA: “Menu”.....	104
Imagem 7c – Página inicial da Fundéu BBVA: Desdobramento do Menu: “+”.	108
Imagem 7d – Página inicial da Fundéu BBVA: “¿Tienes una duda? Consúltanos”.	109
Imagem 7e – Página inicial da Fundéu BBVA de 11 de setembro de 2016: “Hoy destacamos”	110
Imagem 8 – Página da Fundéu BBVA: Menu <i>consultas</i>	105
Imagem 8a – Menú <i>consultas</i> . Formulário	109
Imagem 9 – Página da Fundéu BBVA: Menu <i>especiales</i> , item <i>guías en pdf</i>	106
Imagem 10 – Página da Fundéu BBVA: Menu <i>especiales</i> , item <i>micrositios</i>	107
Imagem 11– Página inicial da Fundéu BBVA na íntegra, de 11 de setembro de 2016	111
Imagem 12 – Página inicial da Fundéu BBVA na íntegra, de 11 de setembro de 2016: rodapé.....	111

Capítulo 3

Imagem 1 – Detalhe da página inicial do site da Fundéu BBVA do dia 18 de abril de 2016: destaque do banner rotativo (2)	133
--	-----

SUMÁRIO

Introdução	11
1. Rumo a nosso objeto	11
2. Articulação do corpus e lugar teórico	15
3. A estrutura da dissertação	20
 Capítulo 1 – EFE: uma agência internacional de língua espanhola.....	23
1. Filiações e constituição	24
<i>Credibilidade, controle - primeiros movimentos</i>	<i>25</i>
<i>A falange espanhola e o controle da informação</i>	<i>29</i>
2. Expansões e projeções	36
<i>O foco na América Latina</i>	<i>37</i>
<i>O foco na língua espanhola</i>	<i>42</i>
 Capítulo 2 – Fundéu BBVA: um agente regulador do espanhol dos meios de comunicação	57
1. Filiações, articulações e constituição	58
<i>A confluência EFE – BBVA</i>	<i>60</i>
<i>A relação Fundéu BBVA – RAE</i>	<i>67</i>
2. Da redação às ruas e do manual ao site	79
<i>A criação do Manual de español urgente pelo DEU</i>	<i>79</i>
<i>Com foco no Manual de español urgente (Fundéu, 2015).....</i>	<i>84</i>
<i>O site</i>	<i>101</i>
 Capítulo 3 – O gesto de recomendar	121
1. Sobre a designação “recomendación”	121
2. Sobre os modos de recomendar	132
<i>Como se fosse uma notícia.....</i>	<i>132</i>
<i>Movimentos marcados pelo acréscimo e a atualização.....</i>	<i>139</i>
<i>Com foco na série</i>	<i>149</i>
 Considerações finais	161
Referências Bibliográficas	167
Anexos (em CD)	

INTRODUÇÃO

1. Rumo a nosso objeto

Uma questão que nos intrigava desde a época da graduação (Letras/ Habilitação em Espanhol e Português, na FFLCH/USP) era a ideia de “língua estândar”, tema que surgiu em uma das aulas da disciplina de *Variedade e Alteridade em Língua Espanhola*, cursada no segundo semestre de 2006 e de caráter obrigatório na época. Naquele momento era difícil imaginar de que maneira e a partir de onde construir uma língua estândar, sobretudo, pensando na extensão do espaço habitado por essa língua (espaço politicamente demarcado pela delimitação de Estados nacionais cuja formação se vinculou a um processo e memória de colonização) e, portanto, pensando em sua heterogeneidade. Neste sentido iam outros questionamentos que nos colocávamos: era possível e, sobretudo, necessário falar de **um** espanhol estândar? Ou era possível pensar, por exemplo, em uma standardização a partir de vários centros?¹ Como lidar com essas questões no âmbito de diversas práticas: dentre elas, a da tradução, do mercado editorial e dos meios de comunicação de amplo alcance?

Ao pensar no processo pelo qual a língua passou ao longo dos séculos e em diversos espaços, as questões tornavam-se ainda mais complexas, pois como nos explica Fanjul, trata-se de um “panorama conturbado”:

Durante os mais de cinco séculos em que desenvolveu todos os traços de uma língua plenamente padronizada, o espanhol viveu também a expansão por imensos territórios em que nem sempre houve Estado nacional, e muitas vezes nem sequer escola ou interesse em que a população se alfabetizasse. Seu protagonismo em sociedades que incluíram desde formações com traços feudais, tardios até as formas mais recentes do capitalismo, passando pelas diversas modalidades de colonização e opressão nacional, conforma um panorama conturbado, uma grandiosa história de desgarramentos que pareceria requerer, como primeira explicação, como é possível ainda identificarmos aí uma mesma língua (2011, p. 300).

O processo que possibilita reconhecer e designar como “espanhol” a língua de todos os países que a tem como oficial, apesar da complexidade histórico-político-

¹ Estas questões, formuladas a partir do lugar de estudante que ocupávamos na época, já estavam registradas em um dos textos lidos na referida disciplina (FONTANELLA DE WEINBERG, B. **El español de América**. Madrid: Mapfre, 1992) e, posteriormente, seriam retomadas por Fanjul (2011).

social presente nesses espaços, para nós, também se apresentava como “intrigante”. Somavam-se a essa, outras inquietações que vimos sintetizadas, ainda que a partir de um lugar diferente, numa formulação realizada por Zoppi-Fontana na apresentação do livro *O Português do Brasil como Língua Transnacional* (2009). Ao ter tido que se debruçar – a partir do envolvimento num projeto liderado por Eni Orlandi (Unicamp) nos anos 90 – sobre os processos de construção da língua e identidade nacionais na sua relação constitutiva com o processo de gramatização do português do Brasil, a autora (ibid., p. 9) observa, como sujeito da linguagem marcado por uma forte relação com o espanhol como língua materna/nacional (PAYER, 2007), uma forte diferença:

Naquele tempo já me impactava a força de uma relação *autoral* estabelecida no Brasil em relação à língua nacional, que eu sentia tão diferente da relação estabelecida pelos países hispano-falantes da região, na sua tensa relação com a *Madre Pátria*, Espanha, mães da *Lengua Castellana* ensinada na escola. Processos que eu conhecia bem, por ter sido escolarizada neles, e que levavam a reconhecer uma única maior autoridade para as questões sobre essa língua: a *Real Academia Española*, sua gramática e seu dicionário (ZOPPI-FONTANA, ibid., p. 9).

Essas questões que Zoppi-Fontana diz conhecer tão bem, como – no que se refere à língua – a “tensa relação” entre os países hispano-falantes e a Espanha e, como algo fortemente vinculado a isto, a autoridade exercida pela RAE² nesse âmbito constituem aspectos que nos intrigaram sempre e que nos instigaram a iniciar a pesquisa que nesta dissertação apresentaremos. Nela, passaremos, de modo específico, por algumas destas problemáticas e também, por força do recorte do objeto, certas indagações ainda ficarão para nós em aberto, convidando-nos a procurar compreendê-las em um outro momento.

De fato, foi preciso estabelecer um primeiro recorte dentro desse universo maior de indagações, de modo que demos continuidade a nosso percurso tendo definido nosso foco: abordar aspectos da regulação da língua dos meios de comunicação. Afetados por essa grande questão e procurando avançar em nossa indagação, acabamos acessando a página dos *Congresos Internacionales de la Lengua Española*

² De acordo com o site da instituição – <http://www.rae.es/la-institucion/historia/origenes> <acesso em 29/08/2017> – a “Real Academia Española” (RAE) é uma instituição que atua na regulação da língua desde o século XVIII, tendo sido criada em 1713 em Madri por iniciativa do oitavo Marquês de Villena, Juan Manuel Fernández Pacheco y Zúñiga. Essa instituição teve sua constituição aprovada oficialmente em 03 de outubro de 1724 pelo Rei Felipe V.

(CILE) (www.congresosdelalengua.es)³ na qual chamou nossa atenção a apresentação, já no I CILE (Zacatecas, 1997), de um projeto anunciado por Alberto Gómez Font, filólogo do “Departamento de Español Urgente” (DEU) da “Agencia EFE”⁴ na época e por Álex Grijelmo, jornalista e então responsável por *EL PAÍS: Libro de Estilo*. O projeto Zacatecas, como ficou conhecido, seria patrocinado pelo “Instituto Cervantes” e solicitava a adesão dos principais meios de comunicação do mundo hispano-falante e dos Estados Unidos na criação de um manual comum a fim de “unificar criterios y evitar la dispersión y la fragmentación del español periodístico”, tal como observava Gómez Font (1997) na referida ocasião.

Já nesse projeto, era possível detectar a “preocupação” por regular a língua no plano da mídia, o que nos colocava a questão de querer analisar como se concretizaria tal objetivo. No entanto, ao procurar mais informações sobre o referido manual, descobrimos, a partir de depoimentos do próprio Gómez Font, em texto apresentado nas “Novenas Jornadas Nacionales sobre Normativas del Idioma Español” que o projeto havia sido cancelado (GÓMEZ FONT, 2005, p.9).

Diante da impossibilidade de trabalhar com o “manual único” idealizado, resolvemos procurar pelos manuais de estilo que já existiam – vemos, assim, que as questões que nos intrigavam no início deste histórico acabaram se ressignificando.

Em meio a esse processo, entramos em contato com alguns manuais de redação e estilo publicados por meios de comunicação diversos, dentre eles o *Manual de español urgente* (MEU), que chamou nossa atenção também por tratar-se de uma publicação relacionada à “Agencia EFE”, que se vinculava de alguma forma, através de Gómez Font (como filólogo do DEU), ao projeto do “manual único”. Tivemos contato com algumas edições mais antigas desse instrumento linguístico (AUROUX, [1992] 2009) e, em nossa pesquisa inicial, percebemos que este (o MEU) também se

³ Os *Congresos Internacionales de la Lengua Española*, que ocorrem a cada três anos em países de língua espanhola, são organizados pelo “Instituto Cervantes”, pela RAE (Real Academia Española, fundada em 1713) e pela ASALE (Asociación de Academias de la Lengua Española, criada em 1951 e presidida pela própria RAE). O Instituto Cervantes, que depende do “Ministerio de Asuntos Exteriores” de Espanha foi criado pelo governo desse país em 1991 “para promover, ensinar espanhol e divulgar a cultura da Espanha e dos países hispanofalantes”, segundo consta no site desta instituição: <<http://saopaulo.cervantes.es/br/default.shtm>>).

⁴ O DEU foi criado em 1981 pela Agência EFE, em colaboração com o Instituto de Cooperación Iberoamericana com a participação de filólogos e destacados académicos da linguagem, com a missão de “velar por el uso correcto del español en sus servicios informativos”. Sobre suas bases se cria em 2005 a FUNDEU (“Fundación Del Español Urgente”), fruto de um acordo entre a “Agencia EFE” e o Banco BBVA (<http://www.efe.com/efe/espana/queesefe/historia/50000070> <acesso em 12/03/2016>, como veremos ao longo de nosso trabalho.

relacionava com uma fundação, a “Fundéu”, a cujo site nos dirigimos em busca de mais elementos. O site da fundação despertou nosso interesse e curiosidade sobretudo devido, de um lado, à sua dinâmica – um pouco complexa; de fato, difícil de ser apreendida nos primeiros acessos – e, de outro, a seu potencial de alcance, em uma comparação com um manual impresso.

Nos intrigava, porém, a relação entre o manual e o site, embora parecesse que este último estivesse ganhando cada vez mais importância para a fundação, uma vez que a última publicação datava de 2008 e, também, porque já percebíamos, na respectiva página web, a materialização de um singular **dispositivo regulador** – tomando por dispositivo a rede que se estabelece entre os elementos de um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas, etc (FOUCAULT⁵, 1996 apud AGAMBEN, 2005, p.9-10). No entanto, durante nossa pesquisa, enquanto buscávamos compreender o funcionamento do site, tivemos notícia da publicação de uma nova edição do MEU, em 2015. Esse processo nos permitiu determinar como objeto o estudo do funcionamento do site e, especificamente, de suas “recomendaciones”, não sem pensar que a relação mantida com o MEU também podia ser relevante no trabalho de interpretar o processo que se materializa num dispositivo regulador mais amplo, que inclui a tecnologia do livro.

Essa determinação traz algumas questões que acabam por direcionar os objetivos da pesquisa e de sua textualização nesta dissertação, sendo o primeiro deles, a necessidade de compreender o processo de constituição da “Fundéu BBVA” e a relação travada pelas instituições envolvidas em seu funcionamento – a Real Academia Española, que sempre se ocupou das questões relacionadas ao saber linguístico, um banco (Banco BBVA) e uma agência de notícias (a “Agencia EFE”); O segundo objetivo, que busca entender como a fundação atua no sentido de regular a língua, desdobra-se em dois, voltando-se para: a) o funcionamento do dispositivo regulador materializado no site e o instrumento linguístico que mantém um forte vínculo com ele, tal como acabamos de dizer: o MEU; b) o gesto de regular a língua dos meios na contemporaneidade, na relação complexa com os efeitos das novas tecnologias, tanto no que se refere ao que se regula quanto no que tem a ver com o

⁵ *Le jeu de Michel Foucault*, entrevista concedida a D. Colas, A. Grosrichard, G. Le Gaufey, J. Livi, G. Miller, J.-A. Miller, C. Milliot, G. Wajeman, publicada primeiramente em **Ornicar? Bulletin périodique du chmap freudien** [n.10, julho de 1977, p. 62-93].

lugar a partir do qual se regula.

2. Articulação do corpus e lugar teórico

Para abordarmos o estudo do objeto delimitado no item anterior, isto é, compreender a constituição da fundação e aspectos do modo como ela se propõe a regular a língua nos meios de comunicação, trabalharemos com um corpus construído especificamente.

Assim, o trabalho sobre o site se concentrará em abordar sua página e, como a recomendação é um elemento central em sua constituição, pinçaremos uma que consideramos significativa – aparecida em 2016 e muito vinculada a acontecimentos ocorridos no Brasil – cuja análise nos possibilitará abordar uma série formada por 34 “recomendações”, as publicadas durante o mês de abril do ano 2014, a partir de um recorte do arquivo disponibilizado no site da Fundéu (seção *recomendaciones*). Optamos por esse último recorte pelo fato de ser anterior à publicação do MEU, de modo que fosse possível colocar as recomendações em relação de sentidos com o “glossário” do manual de 2015. A aproximação a essa série e a abordagem de uma das recomendações aí presente nos permitirá analisar as regularidades que permeiam esse gesto regulador.

No que se refere ao *Manual de español urgente* (MEU), na edição de 2015, da própria Fundéu, para trabalhar a relação entre esse instrumento linguístico e o site, mobilizaremos sua série paratextual e alguns casos de seus “Glosario”, no interior do manual. Por fim, pelos movimentos que realizaremos na análise, que exigem – tal como ficará claro ainda neste item da Introdução – o trabalho com o interdiscurso, será necessário trabalhar com a *Memoria Anual*, (entre 2005-2016), que nos permitirá abordar o que a fundação diz sobre si, além de poder observar como nesse discurso se materializam outras projeções: a da língua, a do falante, dentre as principais. Em alguns momentos, as relações serão estabelecidas com certos fragmentos do livro do jornalista Víctor Olmos, “Historia de la agencia EFE: el mundo en español” (1997).

Para realizar nossa pesquisa partimos do dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso, doravante AD, disciplina construída, como afirma Orlandi, sobre três pilares:

A análise do discurso, no campo das ciências da linguagem, é a

disciplina que se constituirá nesse lugar que tenho chamado de entremeio, catalisando as contradições que se formam a partir dos deslocamentos produzidos pela articulação entre marxismo (a história não é transparente), psicanálise (o sujeito não é origem de si) e linguística (a linguagem não é transparente, tem sua própria ordem) (2013b, p. 235).

Ao se situar nesse lugar, acrescenta a autora,

a análise de discurso, com seu objeto, o discurso, produz um re-desenho das ciências humanas e sociais. Ao mesmo tempo desfaz a ilusão de que a linguagem é um instrumento neutro, o suporte do pensamento, ou apenas um meio de comunicação. Isso afeta a maneira como se passa a considerar a forma material da linguagem nas práticas sociais e a necessidade de conhecer o seu funcionamento no exercício de várias profissões. Mais do que isso, no século em que se afinam as novas tecnologias da linguagem e em que a mídia se apresenta em sua onipresença, a análise de discurso é a disciplina que pode compreender como os sentidos, e os sujeitos, se constituem, se formulam e circulam (ibid., p. 235).

As formulações da autora parecem reafirmar nossa aproximação do objeto que nos ocupa, possibilitando a discussão de questões relativas à linguagem, muito relevantes na contemporaneidade – em especial, quando pensamos em seu funcionamento na mídia e nos novos suportes tecnológicos.

Ao considerar, também, que nossa pesquisa aborda questões relacionadas a determinados modos de regular a língua espanhola que podemos vincular ao processo de “gramatização”⁶ (AUROUX, [1992] 2009) da mesma, filiamos este trabalho aos estudos relacionados à “História das Ideias Linguísticas” (HIL). Esta disciplina contribui para compreender – dentre outros aspectos – como o referido processo é afetado pela história das instituições envolvidas, tratando especificamente, em nosso caso, do funcionamento da Fundéu BBVA que, por sua composição, articula o trabalho de três instituições: uma agência de notícias e um banco, sob a assessoria da “Real Academia Española” (RAE).

É preciso que observemos que no Brasil se deu uma específica aliança entre essas duas disciplinas: a Análise do Discurso e a HIL. Nunes, um dos pesquisadores

⁶ Por “gramatização”, segundo o autor ([1992] 2009, p. 65), entende-se “o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias que são hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Nesse sentido, cabe observar a ampliação desta série, tal como proposta por Orlandi (2001, p. 16-17) ao considerar outros instrumentos linguísticos, como veremos.

que relaciona sua prática a essa aliança, ao expor como a última se historiciza no Brasil, retoma o momento inicial do projeto:

No Brasil, a História das Ideias Linguísticas teve início por meio de uma colaboração entre a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Paris 7, na França. Em Campinas, um grupo coordenado por Eni Orlandi, no interior de um projeto denominado “Discurso, Significação, Brasilidade”, iniciado em 1987 (ORLANDI, 2001, p.7-20)⁷, já estudava os discursos sobre a língua no Brasil, considerando diversos materiais, dentre os quais relatos de viajantes e missionários, gramáticas e outros artefatos elaborados pelos missionários, e também materiais de outra natureza concernentes a outras épocas. Com a cooperação entre a equipe brasileira e a equipe francesa, coordenada por Sylvain Auroux, teve início o projeto de História das Ideias Linguísticas no Brasil (2008a, p. 108).

Em seu relato sobre a origem do programa de pesquisa, Orlandi (2001) destaca as especificidades adquiridas por este em solo brasileiro afirmando que a proposta buscava aliar:

a história da construção do saber metalinguístico com a história da constituição da língua nacional, visando trazer contribuições específicas ao modo de pensar e trabalhar a questão da língua nos países de colonização. Tomava assim uma posição face à história das ciências. Buscava aí a nossa singularidade, em relação ao modo de se considerarem estas questões no continente europeu (ibid., p. 7).

Assim, com a criação do programa, o projeto ganha novos contornos ao aliar os saberes da HIL ao dispositivo teórico da AD, tal como afirma Nunes (2008a, p. 110): “A visada discursiva faz com que temas comumente abordados na História das Ideias Linguísticas, como conceitos e teorias, obras, autores, instituições, periodização, recebam um tratamento específico quando vistos sobre a ótica da AD”.

Nessa aliança, dentre outros aspectos, destaca-se ainda o fato de que os instrumentos linguísticos são abordados também como objetos discursivos, ao ser colocados em relação com suas condições de produção (NUNES, ibid., p. 107). Já com relação às pesquisas desenvolvidas nesse programa, Zoppi-Fontana (2009b) esclarece:

⁷ ORLANDI, E.P. **História das Ideias Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat editora, 2001.

investigam-se instrumentos linguísticos (vocabulários, dicionários, gramáticas, manuais de ensino, exames de língua) e as instituições vinculadas a sua produção e circulação (academias, colégios, universidades, centros de pesquisa, associações científicas, órgãos administrativos do governo, imprensa), enquanto objetos/lugares simbólicos que intervêm efetivamente na constituição e legitimação de uma posição de autoria em relação à língua portuguesa, no contato que ela estabelece com outras línguas na história e nos espaços de enunciação (GUIMARÃES, 2002)⁸ por ela ocupados (ibid., p.15-16).

Em nosso caso, especificamente, mobilizaremos essa aliança teórica para pensar uma instituição de origem espanhola e responsável pela produção e circulação de instrumentos linguísticos e de um dispositivo regulador (que se materializa no seu site) da língua espanhola. Considerando, como observa Aurox ([1992] 2009, p. 71), que o advento da escrita e, posteriormente o da imprensa, tiveram implicações importantes sobre o processo de gramatização das línguas, cabe questionar os efeitos do universo digital e da Internet no que passamos a designar, de acordo com a formulação de Guimarães (2002), como “espaço de enunciação”⁹. Isto nos permitirá pensar, dentro do processo de gramatização do espanhol, em aspectos do processo de regulação da língua espanhola na contemporaneidade, na esfera dos meios de comunicação, vinculada a diversas práticas discursivas – especialmente, nas jornalísticas.

Do mesmo modo que compreenderemos os instrumentos linguísticos como objetos discursivos, também abordaremos esse dispositivo regulador presente no site (no qual se instala uma relação, dentre outros, com o próprio *Manual de español urgente*) vinculado às suas condições de produção (PÊCHEUX, [1969] 1993). Portanto, considerando que este conceito será chave em nosso trabalho, optamos por nos determos nele esclarecendo – a partir de formulações de Orlandi (2010, p. 30-31) – que as mesmas serão consideradas tanto em seu sentido imediato – circunstâncias de enunciação – quanto em seu sentido mais amplo – o contexto sócio-histórico, ideológico –, explorando a memória – “aquilo que fala antes, em outro lugar,

⁸ A obra de Guimarães citada pela autora é a que consta em nossas referências bibliográficas (2002).

⁹ O autor (2002, p. 18) define espaços de enunciação como “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia (DUCROT, *Dire et ne pas Dire*, 1972) que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político [...]”.

independentemente” a partir do interdiscurso. Nessa direção, o funcionamento das condições de produção será abordado a partir de três aspectos principais: i. as relações de sentido – “um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis”; ii. as antecipações, mecanismo segundo o qual “todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem” (cf. *ibid.*); iii. as relações de força – noção segundo a qual “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” – mediante as formações imaginárias – as projeções que se faz dos sujeitos (*ibid.*, p. 39-40).

Conforme já antecipamos, em relação a como a HIL se atenta para abordar a história das instituições, como nos orienta Mariani (1999, p. 47), “Um trabalho de análise que tome como objeto os discursos institucionais precisa considerar a historicidade do processo de constituição da própria instituição, ou seja, o modo como a instituição, ao se constituir como tal, discursivizou-se”. Isto nos leva a considerar o conceito de história e de instituição. Para abordar o primeiro, citamos a afirmação expressiva de Nunes, “aos analistas de discurso, a história passou a ser vista não como um pano de fundo, um exterior independente, mas como constitutiva da produção de sentidos” (2007, p. 273). Ainda de acordo com o autor, trabalhar a historicidade implica em “observar os processos de constituição dos sentidos e com isso desconstruir as ilusões de clareza e de certitude” (*ibid.*, p. 373).

E quanto à concepção de instituição, recorreremos ao ponto de vista de Mariani, formulado da seguinte maneira:

O que chamamos de instituição é fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais. São práticas discursivas que se legitimaram e institucionalizaram, ao mesmo tempo em que organizaram direções de sentido e formas de agir no todo social.

As instituições que se estabelecem tornam-se visíveis socialmente através de práticas e/ou rituais sociais, pela circulação de seus produtos e, sobretudo, através de normas e leis (ou seja, mais discursos) que se vão organizando conforme o discurso institucional vai se moldando/ transformando, e vice-versa.

Esta visibilidade provoca um efeito “universalizante” de reconhecimento: em uma dada formação social, “todo mundo sabe” (ou, se não sabe deveria saber) o que é uma escola, um jornal, uma igreja, etc. O processo histórico de naturalização das instituições e dos sentidos funciona de forma a torná-los “evidentes”, legítimos e

necessários; da mesma forma, ao longo do tempo, passa-se a considerar naturais os discursos que delas emanam, bem como os comportamentos a elas associados. (1999, p. 51).

De fato, as reflexões da autora são importantes, especialmente, se lembrarmos que em nosso trabalho, em um primeiro momento, nosso foco será compreender a constituição da Agência EFE e, também, da Fundéu BBVA.

Sem dúvida, a série de conceitos aqui mobilizados serão cruciais no modo de nos aproximarmos ao nosso objeto, porém este nos demandará que trabalhemos com outros, o que faremos quando a análise assim o solicitar.

Resta dizer ainda que, pela própria constituição da AD, em sua relação com o campo das Ciências Humanas e Sociais, em vários momentos de nosso trabalho, mobilizaremos autores dessa área maior para poder abordar as condições de produção de nosso objeto. Nesse sentido, também recorreremos a autores do campo dos Estudos da Linguagem e, especialmente, a trabalhos que se inscrevem na Glotopolítica, tal como vem sendo compreendida, de modo específico, por Arnoux (2008; 2015b), a partir do texto fundador de Guespin e Marcellesi (1986). Vale a pena esclarecer que a própria autora e os diversos estudiosos do grupo de pesquisa que se filia a seu trabalho – Bonnin e Lauria (2015), Nogueira (2016), dentre outros –, encontrando novos territórios e objetos nessa extensão, mobilizam em seus trabalhos o dispositivo teórico da Análise do discurso.

3. A estrutura da dissertação

Para compreender a questão central sobre a qual indagamos e a série de perguntas por ela desatadas, dividiremos esta dissertação em três capítulos.

No primeiro, procuraremos trabalhar com as perguntas relativas à “Agencia EFE”: a) como e quando surgiu? b) como expandiu seus serviços e adentrou o mercado internacional? e c) como projetou e iniciou seu trabalho em relação a regular a língua presente nos meios de comunicação? Dessa forma, primeiro, trataremos da origem da agência, não para “reconstruir uma história” – como diria Orlandi (2013a) – mas para trazer sentidos e interpretações que contribuam a convocar diferentes aspectos das suas condições de produção. Nesse mesmo sentido, passaremos a abordar seu processo de constituição e expansão e, ao mesmo tempo, o modo como foi trabalhando sua inserção, mediante a criação do “Departamento de Español

Urgente” (DEU), no processo de regular a língua espanhola nos meios de comunicação.

No capítulo 2, procuraremos compreender o processo de constituição da “Fundéu BBVA” (“Fundación del Español Urgente”), analisando as relações que se tecem entre as instituições que fazem parte da mesma e, especialmente, qual a relação estabelecida com a “Real Academia Española” (RAE), sobretudo no que se refere aos propósitos da “Nueva Política Lingüística Panhispánica” (NPLP), conduzida por esta última. Na sequência, passaremos a um segundo objetivo: nos interessa saber como a fundação atua na regulação da língua espanhola e como esse trabalho foi se transformando ao longo do tempo, sobretudo através do *Manual de español urgente* (MEU) e do site. Assim, procuraremos observar regularidades nesse modo de regular a língua, colocando em relação o trabalho iniciado ainda no DEU e passando a abordar alguns aspectos do MEU, sobretudo na edição de 2015 (já a cargo da Fundéu) para, finalmente, apresentar uma primeira aproximação ao site e começar a interpretar o funcionamento do dispositivo regulador que nele se materializa.

No terceiro e último capítulo nos concentraremos nas recomendações linguísticas produzidas pela Fundéu BBVA e publicadas em seu site, a fim de compreender seu funcionamento discursivo e de identificar as regularidades nesse gesto regulador da língua. Nesse sentido, primeiro, abordaremos a designação “recomendación” para, então, nos dedicarmos à análise de sua materialidade.

Em cada um desses capítulos teceremos considerações, sendo que no terceiro as ampliaremos estabelecendo relações com as outras partes do trabalho para, por fim, encerrar a dissertação com nossas considerações finais.

Constam, por fim, em nosso trabalho as Referências Bibliográficas, colocadas ao final da dissertação. É preciso dizer, ainda, que os “Anexos” foram incluídos em um CD (inserido no encarte do volume impresso) no qual constam, tal como registrado no respectivo sumário que os antecede: o Anexo A, com as edições da *Memoria anual* da Fundéu, correspondentes ao período 2005-2016, que serão mobilizadas em vários momentos deste trabalho; o Anexo B, com a série paratextual do MEU, que será abordada no capítulo 2; e pelo Anexo C, que inclui o conjunto das recomendações publicadas em abril de 2014.

CAPÍTULO 1

EFE: UMA AGÊNCIA INTERNACIONAL DE LÍNGUA ESPANHOLA

Como antecipamos na Introdução deste trabalho, este capítulo tem por objetivo colocar em relação alguns discursos que nos permitam compreender aspectos do processo de constituição da “Agencia EFE”, bem como do “Departamento de español urgente” (DEU), de cuja base se originou a “Fundación del Español Urgente” (Fundéu BBVA¹⁰). Consideramos que tais aspectos constituem parte das condições de produção (cf. PÊCHEUX, [1969] 1993) do discurso desta fundação e do dispositivo regulador por ela produzido, que será objeto de abordagem nesta dissertação.

Ao tratarmos da constituição da “Agencia EFE”, abordaremos, em um primeiro momento (item 1), as alianças estabelecidas antes mesmo de sua criação e que lhe são constitutivas. O leitor contará, para acompanhar melhor a instrínseca trama que apresentaremos, com um quadro, na página 34, que a sintetiza e organiza. Em seguida, no item 2, nos concentraremos no percurso da agência, já constituída, destacando aspectos que nos pareceram relevantes, sobretudo no que diz respeito à sua expansão e às suas aspirações. Assim, nessa segunda parte falaremos da constituição do DEU, de suas atribuições e produções e a consequente criação da “Fundéu BBVA”, fundação esta que será objeto de estudo no capítulo 2.

Para tanto, recorreremos a fragmentos do próprio relato presente no site da agência EFE¹¹, em destaque na seção “Historia de la agencia EFE”, bem como ao relato histórico escrito por Víctor Olmos, então jornalista da agência, que se propôs a “narrar la vida de EFE” de 1938 a 1996, sob a forma – como ele mesmo diz – de “reportagem histórica” em seu livro “Historia de la agencia EFE: el mundo en español”¹² (1997). Em alguns momentos esses discursos entrarão em relação com um relato publicado por Gómez Font (2009) – filólogo que inclusive atuou no “Departamento de español urgente” da agência EFE desde a sua criação. Nos três

¹⁰ A sigla BBVA se refere ao Banco Bilbao Vizcaya Argentaria.

¹¹ <http://www.efe.com/efe/espana/queesefe/historia/50000070> <acesso em 24/04/2017>.

¹² Em “nota do autor” Olmos, embora agradeça a muitos colegas da agência pela contribuição, se coloca como único responsável pelo conteúdo do relato: “Por último, quiero dejar bien claro que ni Alfonso Sobrado Palomares, presidente bajo cuyo mandato se inició esta historia, ni Miguel Ángel Gonzalo, bajo cuya presidencia se terminó, me indicaron nunca ni el rumbo a seguir ni qué debía o no incluir. Este libro es producto de mi libérrimo albedrío” (1997, p. 18).

casos, deixamos registros de que sabemos que se trata de discursos que projetam específicas “antecipações” sobre essa agência (PÊCHEUX, [1969] 1993) e, portanto, a significam a partir de determinados lugares¹³. Também serão mobilizados, fundamentalmente, os trabalhos de Tamames ([1988] 1990) e Sepúlveda (2005) – do campo da história – os de Paz (1989a, 1989b, 1989c), Salinas (1984) e Mattelart (1994) – todos da história da comunicação – e também o de Senz (2011), autora especialmente interessante por sua dupla inserção, com estudos realizados tanto na área de jornalismo quanto na de política linguística.

É preciso destacar a dificuldade de encontrar, no Brasil, bibliografia sobre o tema aqui tratado, desde seu caráter mais abrangente, como a história do jornalismo de agência, até o mais específico, como a história da “Agencia EFE” – dificuldade que, de acordo com nossas pesquisas, parece transcender o espaço desse país. A partir do escasso número de trabalhos agenciados¹⁴, nosso objetivo é conhecer aspectos do processo que levou à sua constituição e colocar em relação os diferentes sentidos que podem contribuir a compreender as condições de produção da referida agência.

Cabe observar que a agência EFE, ao se propor falar de si em sua página oficial¹⁵ o faz através de alguns marcos selecionados em uma espécie de “linha do tempo” na vertical, que possibilita a visualização cronológica de alguns acontecimentos, agrupados em um determinado ano de sua história e situados nos três séculos compreendidos nessa “narrativa”: o século XIX, intitulado “Los Orígenes”, o século XX, “Fundación, consolidación y expansión” e o século XXI, “Las nuevas tecnologías y el futuro”. No item 1 deste capítulo, nos concentraremos no primeiro deles, “Los Orígenes”, estendendo-nos até a constituição da agência.

1. Filiações e constituição

Embora ao contar sua história a “Agencia EFE” reconheça explicitamente o ano

¹³ No caso do livro de Olmos (1997) é preciso dizer, sobretudo a partir de certas marcas que abordaremos no capítulo 2 e de outras que aparecerão ainda no presente, que a posição desse sujeito no discurso parece estar marcada por movimentos de identificação com essa agência e não por um distanciamento crítico a respeito de sua história e funcionamento. Cabe observar que tais sentidos parecem estar presentes já no próprio título do livro – que, como já registramos, é “Historia de la agencia EFE: **el mundo en español**” (grifos nossos).

¹⁴ A preocupação a respeito da pouca bibliografia a que tivemos acesso durante a pesquisa, sobretudo no que se refere à agência EFE e sua constituição, se relaciona à impossibilidade de confrontar diferentes pontos de vista ou interpretações.

¹⁵ <http://www.efe.com/efe/espana/queesefe/historia/50000070> <acesso em 12/03/2016>.

de 1939 como o de sua fundação, o ponto de partida desse relato histórico é o “nascimento” do *Centro de Corresponsales* em 1865, citado como a primeira agência de notícias da Espanha, promovida pelo jornalista Nilo María Fabra. Acompanhando a linha do tempo na qual a agência conta a sua história, vemos também o ano de 1870, mencionado graças ao acordo feito entre o referido centro e a agência francesa Havas para distribuir seu serviço de notícias internacionais na Espanha. Esse aspecto e a data de 1865 deixam claro que a origem da instituição remonta à segunda metade do século XIX. Já no século XX, ganha destaque o ano de 1919, data de constituição da agência Fabra¹⁶. A fim de organizar melhor nosso trabalho, segmentaremos este item em dois momentos – não sem reconhecer que há entre eles uma forte continuidade –, de modo que o primeiro deles tenha como foco essa última e o segundo se detenha nos aspectos conjunturais que levam à criação da agência EFE, respeitando o forte vínculo que há entre eles.

Credibilidade, controle - primeiros movimentos

De acordo com Paz, as agências de notícias apareceram na Espanha por volta de 1870, impulsionadas por quatro fatores fundamentais: i. a melhoria da infraestrutura técnica com a extensão da rede telegráfica e ferroviária; ii. a criação de um capitalismo de empresa; iii. o aumento do interesse da opinião pública pela situação europeia; e iv. um maior profissionalismo da redação. Tais fatores, associados à recepção de ideias e projetos europeus, sobretudo franceses, fez com que surgisse uma série de empresas “destinadas a abastecer a los periódicos su nueva materia prima: la noticia escueta y rápida” (1989a, p. 71).

Paz (ibid.) observa que, diante desse cenário, foram muitas as empresas que se formaram nessa época, na Espanha, porém com dimensões modestas e existência efêmera – salvo algumas exceções, como o caso da Agência Fabra, que já se destacava por sua importância e predominância. Segundo a mesma autora (ibid., p 72) a empresa que havia iniciado suas atividades como um centro de correspondências (1865), firma um acordo, cinco anos depois, com a agência francesa Havas – precursora da AFP (“Agence France Presse”).

¹⁶ Conforme Olmos (1997, p. 65-66), embora a agência Fabra já funcionasse desde 1867, alguns historiadores consideram 1919 – ano em que a agência Havas a converte em uma empresa espanhola, como veremos mais adiante neste capítulo – como o ano de criação de Fabra, tal qual aparece no site da agência EFE.

Salinas (1984, p. 35) observa que a agência Havas, por sua vez, havia sido criada em 1835 por Charles Havas, homem de negócios que organizou a coleta de informação comercial e financeira de vários centros econômicos europeus para vendê-la diariamente a uma rede de assinantes privados na França. Ainda de acordo com seu registro (1984), em meados de 1840, a expansão do telégrafo possibilitou captar assinantes de outros países europeus, dentro do âmbito financeiro e o sucesso da empresa fez com que dois de seus funcionários, os alemães Bernard Wolff e Julius Reuter montassem suas próprias agências: a Wolff (1839) que se instalou em Berlim e a Reuters (1851), inicialmente na França, até estabelecer seu escritório principal em Londres. Nasceram assim as três principais agências internacionais do período: Havas, Wolff e Reuters¹⁷. A própria Salinas enfatiza essa ideia mediante a seguinte afirmação:

no había llegado aún el tiempo de la máxima expansión del capitalismo norteamericano, y los países más poderosos de la época – Francia, Inglaterra y Alemania – fueron el foco del desarrollo acelerado de las agencias más poderosas del período (1984, p. 37).

E acrescenta que, aos poucos, as agências que eram concorrentes começam a aproximar-se até que em janeiro de 1870 firmam e iniciam um acordo dividindo o mercado internacional:

La agencia Wolff obtuvo el derecho de explotación de Austria, Escandinavia, Rusia y países eslavos; la agencia Havas obtuvo derechos sobre Italia, España, Portugal, Suiza y todos los territorios del Imperio francés; y Reuters logró derechos exclusivos sobre los territorios del Imperio británico y el Extremo Oriente. Havas y Reuters agregaron acuerdos bilaterales, además, para la explotación conjunta de América del Sur, que en 1874 quedó ligada por cable submarino con Brasil. Más tarde, Reuters quiso establecer un servicio privado de telegramas entre América del Sur y del Norte, Antillas y Europa, lo que llevó al quiebre de su acuerdo con Havas y dejó para esta última la exclusividad de la explotación de América del Sur (ibid., p. 38).

Segundo pesquisa realizada por Paz (1989a) nos arquivos institucionais, apenas dois meses depois de fechado esse acordo, a agência Fabra torna-se uma filial de Havas, passando a funcionar como o núcleo central da organização na Espanha:

¹⁷ De acordo com Mattelart (1994), a agência americana “Associated Presse” (AP) inicia sua história em 1848, no entanto, é apenas na virada do século que começa suas atividades internacionais.

La agencia Havas, ‘dueña’ del área informativa de los países latinos, compró a Nilo María Fabra su agencia telegráfica, todos sus contratos y relaciones con los periódicos y banqueros, así como todos sus medios técnicos (por ejemplo, un semáforo óptico que poseía en Tarifa para comunicar con los barcos que cruzaban el Estrecho). Nilo se reservó una participación en el negocio (comisiones y porcentajes sobre los beneficios) y la dirección de la empresa (A.N.P., Archivos Havas, Serie Contratos, 5 AR 415 *apud* PAZ, 1989a, p. 73).

A própria pesquisadora (*ibid.*, p. 73) registra que, dada a impossibilidade por parte dos jornais espanhóis de arcar com os custos de manter um corpo de correspondentes internacionais e a dificuldade de outras agências de competir com Havas, a empresa francesa não só acaba controlando tanto as notícias do exterior que chegavam à Espanha como também a difusão das notícias sobre a Espanha enviadas ao resto do mundo. No entanto, o período que Paz considera como a época dourada de Havas na Espanha, é o início do século XX, de seus primeiros anos ao começo da primeira guerra mundial: “Havas estaba tan sólidamente instalada en España, que ni siquiera los problemas que surgieron en 1911 por la cuestión marroquí entre España y Francia [...] destruyeron su imperio” (*ibid.*, p. 78)¹⁸.

A Guerra Mundial de 1914, de acordo com observações de Olmos (1997), deixava em evidência que os serviços internacionais de Fabra dependiam de Havas, que passou a ser acusada por muitos assinantes de distribuir informação excessivamente pró-França, o que dificultava o desenvolvimento da agência francesa no mercado espanhol. A saída encontrada foi uma reestruturação que desvinculasse a imagem da agência espanhola de Havas:

pensando principalmente en que su negocio no se vea afectado, la propia Havas decide convertir Fabra en una empresa española, aunque con mayoría de capital francés. Y así, el 3 de abril de 1919 se constituye por escritura pública la sociedad Agencia Telegráfica Fabra, S.A., con domicilio en Madrid y un capital social de cien mil pesetas, dividido en doscientas acciones de quinientas pesetas cada una,

¹⁸ Como iremos vendo ao longo, sobretudo, deste primeiro item, atravessaremos processos complexos e especialmente intensos da história da Espanha e da Europa ao acompanhar a constituição da “Agencia EFE” – basta pensar na guerra civil pela qual passou a primeira (1936-1939), e as duas guerras mundiais que afetaram o espaço europeu e mundial. Sempre que possível, tentaremos que fique clara a referência das designações ou observações registradas pelos autores citados sobre a série de acontecimentos de ordem político e histórico que se cruzam de modo intrincado.

Nesse sentido, aqui nos parece necessário fazer referência ao que Paz designa como “a questão marroquina”, que vincula ao ano de 1911 e que não apresenta em detalhe. Ao redor dessa data, França e Espanha redefinem a divisão do domínio colonial desse país e nos anos 20 acontece uma guerra entre Marrocos e Espanha, com grandes custos para esta última – que não se recuperara ainda da derrota sofrida com Cuba e Filipinas, em 1898 (cf. TAMAMES, 1988).

ciento ochenta de las cuales se reserva la francesa como pago por la cesión del nombre de Fabra (OLMOS, 1997, p. 65).

O próprio jornalista (ibid.) lembra que as vinte ações restantes foram adjudicadas, em partes iguais, aos espanhóis Máximo Esteban Núñez e Luís Amato de Ibarrola, diretor e vice-diretor de Fabra naquele momento, porém, ressalta que, ainda que a empresa passasse a ser juridicamente espanhola, na realidade permanecia francesa não só por ter 90% de seu capital nas mãos de Havas, mas porque as informações internacionais continuavam baseadas no serviço da agência francesa. Portanto, a reestruturação não aconteceu de fato e Fabra seguiu sob o domínio de Havas.

Já nos anos vinte, Paz (1989b) destaca outras circunstancias – no caso, em âmbito nacional – que condicionaram a trajetória das agências na Espanha durante a ditadura de Primo Rivera (1923-1930): i. o aumento da competição no setor da imprensa, haja visto o surgimento de diversas agências, nessa época, na Espanha, embora nenhuma delas tenha conseguido desbancar Havas-Fabra; ii. as dificuldades impostas à informação, principalmente através da censura que perdurou por todo esse governo – “Como las agencias le parecían los centros más peligrosos porque eran los que fornecían de materia prima la prensa, la censura se ejercía con más severidad”; iii. a questão Marroquina que despertou o interesse da política internacional pela Espanha e se refletiu na história das agências ao decretar a nacionalização de Fabra e facilitar a entrada das agências americanas no país (ibid., p. 212).

Nesse contexto, oito anos depois da conversão de Fabra em uma empresa espanhola (OLMOS, 1997, p. 66-67), Primo de Rivera decide que o capital da agência devia estar, em sua totalidade, em mãos espanholas, o que ocorreu em 05 de fevereiro de 1927 com a ajuda de alguns bancos espanhóis. Sobre esse aspecto, Paz assevera:

Fue una “nacionalización” muy particular (de ahí, las comillas), puesto que el gobierno no obró directamente, sino que animó a distintos bancos españoles para que se hicieran cargo de dicha operación. Así, impulsados por un espíritu patriótico más que comercial, los bancos de Bilbao, Central, Hispano-Americano, Urquijo y Vizcaya adquirieron unas acciones que Havas no tuvo más remedio que vender, y pensamos que sin excesiva presión porque Fabra era ya una empresa deficitaria y porque la dirección de Havas sabía que continuaría siendo, de un modo u otro, la principal proveedora de noticias de la agencia española (1989b, p. 212).

Olmos (1997, p. 67), por sua vez, nessa mesma direção de Paz (1989b), atribui

a falta de resistência de Havas em vender suas ações a dois motivos, a saber: em primeiro lugar, para não piorar as relações com o governo espanhol e, em segundo lugar, porque sabia que sua empresa não seria afetada nem do ponto de vista econômico nem do ponto de vista político.

Paz (1989b) afirma que outra vez não ocorrem muitas mudanças no cenário jornalístico com relação à atuação de Fabra. Segundo a autora (ibid.), a agência nunca recebeu subsídios do Estado e suas relações se limitaram à difusão de comunicados oficiosos, pelos quais o Ministério do Estado pagava uma comissão, e ao financiamento de um correspondente de Fabra em Paris para que cobrisse as negociações franco-espanholas sobre Tânger. Além disso, em fevereiro de 1927 Fabra assina um acordo com Havas com condições praticamente idênticas às que já existiam entre ambas agências: “intercambio exclusivo de noticias, inviolabilidad del contenido de las notas oficiales, exclusividad em sus territorios y veto y lucha contra la competencia” (PAZ, 1989b, p. 213).

A própria autora (ibid., p. 215-216) observa que, nos anos trinta, a situação da agência Fabra se agrava com a crise econômica mundial que afeta também o setor jornalístico espanhol (já prejudicado pela censura) pela competição com as agências norte-americanas – sobretudo após o fim da aliança entre as agências europeias em 1934¹⁹ – e pelo aumento dos gastos com pessoal e transmissão.

A falange espanhola e o controle da informação

Com a eclosão da guerra civil espanhola, observa Olmos (1997, p. 67-68), instala-se o caos também na imprensa espanhola: Luís Amato de Ibarrola – diretor geral de Fabra desde dezembro de 1932 – foge de Madri em 24 de agosto de 1936 e, segundo Paz (1989b, p. 216), em 02 de setembro Havas para de enviar seus serviços a Fabra. Em setembro desse mesmo ano, assevera o jornalista (ibid., p. 68-69), o governo de Largo Caballero nacionaliza²⁰ Fabra e nomeia um novo diretor. Amato de

¹⁹ Não encontramos registro acerca deste acontecimento, mas entendemos que se trata da aliança, tratada ainda neste item, entre as agências Havas, Wolff e Reuters.

²⁰ É interessante notar que no relato de Olmos (1997) são referidos três momentos distintos que estariam relacionados a questão da “nacionalização” da agência Fabra e sua desvinculação da agência francesa Havas, buscando garantir sua credibilidade e, ao mesmo, tempo, deter o “controle” por parte desta última sobre as informações veiculadas. O primeiro, em 1919 quando Havas decide converter Fabra em uma empresa espanhola, ainda que de capital francês, o segundo em 1927, quando Primo de Rivera decide que o capital da agência espanhola deve estar em sua totalidade nas mãos dos espanhóis, e a terceira em 1936 por Francisco Largo Caballero (ibid., p. 65, 67 e 68-69). No

Ibarrola regressa a Espanha em novembro e envia uma circular às agências europeias dizendo que Fabra havia sido nacionalizada pelos marxistas e pedindo que cortassem as relações com eles. Ainda segundo Olmos (ibid.), o comunicado resulta na divisão da agência: Fabra republicana, com escritório em Madri, Barcelona e Valência, e Fabra nacional, com escritório primeiro em Salamanca, depois em Burgos e, por fim, em San Sebastián.

Provavelmente esse fato contribuiu para o acirramento do jogo de forças dessa conjuntura que implicou uma crise ao redor da disputa pelo controle da informação. Nesse sentido, cabe observar que, segundo Olmos (ibid.), em outubro de 1937, a delegação nacional de imprensa e propaganda da Falange Espanhola, percebendo a necessidade de organizar o seu próprio serviço de imprensa, funda a agência “DUX”. A esse respeito, vale destacar um fragmento do relato de Olmos no qual cita uma conversa com Ramón Serrano Suñer²¹, quem demonstra preocupação em relação ao tema:

Refiriéndose a los problemas de prensa con que se encontraba el Movimiento, que así llamaban los falangistas al alzamiento, Serrano Suñer comentaría después: ‘Me di cuenta de que no podíamos hacer nada sin una prensa y una propaganda bien organizadas’ (1997, p. 39).

No entanto, o jornalista (ibid., p. 39) relata as dificuldades da agência “Dux” para realizar seus objetivos, tendo que lidar com a falta de instrumentos, o que a leva a realizar suas transmissões por via telefônica, por exemplo; também faz referência à recusa de “Havas” em enviar-lhe seus serviços ou transmitir suas notícias, alegando que já tinham um representante na Espanha, no caso, a agência “Fabra”.

Em uma passagem de seu livro, Olmos descreve o momento pelo qual a Espanha passava:

Acaba de comenzar el año 1938.
El retumbar de los tambores de una guerra fratricida que divide España en dos se escucha en casi todas las ciudades y pueblos del país.
Sopla un viento helado en la vieja ciudad castellana de Burgos, la capital de la zona que controlan las fuerzas del ejército que hace casi

entanto, essa nacionalização só parece ocorrer, de fato, com a constituição da agência EFE a partir da absorção de Fabra.

²¹ Naquele momento Ramón Serrano Suñer era o então ministro do Interior e responsável pelos serviços de imprensa e propaganda (OLMOS, 1997, p. 98).

año y medio, exactamente el 18 de julio de 1936, se han levantado contra el Gobierno de la República española, con el apoyo de una gran mayoría de la población católica y el de partidos de corte fascista, monárquico y conservador.

El general Francisco Franco, al frente del alzamiento, ha sido nombrado jefe del Estado en la zona conquistada, que en este momento representa ya más de la mitad del territorio español.

Y aunque los militares presagian próxima la vitoria, hay algo que preocupa seriamente a las fuerzas franquistas: el mal funcionamiento de sus servicios de propaganda (1997, p. 37).

E acrescenta:

Todo parece indicar que, aunque el ejército sublevado está ganando la guerra, la batalla de la propaganda la está perdiendo.

De cualquier manera, el final de la guerra civil que enfrenta a los españoles en dos bandos, al parecer, irreconciliables, no está tan próximo como algunos militares piensan: aún tardará en llegar casi otro año y medio (ibid., p. 38).

Olmos (ibid., p. 40-41) faz saber, ainda, que a urgência em “cuidar” das questões relativas à imprensa perdurava e algumas providências foram tomadas: em 02 de fevereiro de 1938 é criada a “Delegación Nacional de Prensa y Propaganda”²² e em 22 de abril desse mesmo ano é aprovada a chamada Lei de Imprensa; esta, concebida para um tempo de guerra e que regulamentará a censura, se prolongará por vinte e oito anos, até 1966. Nesse sentido, o jornalista observa:

La ley, que finalmente se aprueba el 22 de abril, se compone de veintitrés artículos y se caracteriza, principalmente, por reglamentar la censura y poner todas las actividades periodísticas de la nación al servicio del Estado y bajo el férreo control del Gobierno (ibid., p. 41).

Segundo Paz (1989b, p. 218), tendo em vista o fracasso da Falange com a agência “Dux” – cujo projeto se colocara em andamento no final de 1937 e terminara poucos meses depois – o franquismo começa a pensar na criação, a partir da absorção da agência “Fabra”, de uma agência nacional que entrasse no circuito das europeias: aquela que se tornaria a “Agencia EFE”.

Nesse sentido, Olmos (1997, p. 45) observa que a “Dirección General de

²² De acordo com Olmos (1997, p. 40) a “Delegación Nacional de Prensa y Propaganda”, criada dentro do organograma do Ministério do Interior, é composta pela “Dirección General de Prensa”, juntamente com a “Dirección General de Propaganda”.

Prensa”, no início de 1938, já começava a fazer algumas “experiencias agencieras”, distribuindo informações aos jornais nacionais, assinadas como “F.F.”, “AGENCIA EFE”, “Agencia EFE”, “Agencia F”. Nesse sentido, conclui:

Parece evidente que tanto la ‘F’ como la ‘F.F.’ como ‘Agencia EFE’ son los primeros y esporádicos experimentos de lo que antes de un año será definitiva y oficialmente la agencia EFE de noticias (ibid.).

Em novembro de 1938, de acordo com Paz (1989c, p. 347), o franquismo cria essa agência de notícias, que começa a funcionar em Burgos, sob a direção de Vicente Gállego e com o patrocínio de Jiménez Arnau, diretor geral de Imprensa no Ministério de Propaganda e de Serrano Súñer, ministro do Interior; e, em dezembro de 1938, se dá a integração de “Fabra”. Segundo a autora (ibid.), Torre Hoyos e Amato de Ibarrola²³ aceitam ceder o nome comercial da agência, todos os bens e todos os direitos concedidos pelas agências nacionais e estrangeiras e, por fim, no dia 03 de janeiro de 1939 fica definitivamente constituída a “compañía mercantil anónima Agencia EFE”, de acordo com o Código de comércio e a Lei de Imprensa vigentes (Ley de Prensa de 22 de abril de 1938). O processo de integração – ainda de acordo com o registro de Paz (ibid., p. 348) – segue e em maio de 1939 a agência se muda para Madrid, capital da “Nueva España”, ocupando o endereço que até então pertencia à “Fabra”. A autora (ibid.) ressalta também que é nessa época que a organização de Fabra na zona republicana é incorporada à “Agencia EFE”, que assume, inclusive, suas dívidas. Além disso, observa que outras duas agências, das quatro que funcionavam na Espanha após o fim da Guerra, também foram absorvidas pela EFE: “Febus” e “Faro” (ibid., p. 349).

Vale destacar algumas considerações feitas por Olmos com relação ao projeto de criação da nova agência, a fim de garantir a sua aceitação, sobretudo internacionalmente. Em primeiro lugar, a necessidade de configurar a agência como uma sociedade anônima:

tal y como se ha especificado en el informe que sobre la necesidad de crear una agencia de noticias se ha elaborado en Burgos, en noviembre/diciembre de 1938, la nueva agencia no debe de ser (tal

²³ Não sabemos qual era a relação do marquês Torre Hoyos com a agência Fabra; mais adiante, veremos que ele será presidente da “Agencia EFE”, ainda na época de sua constituição. De sua parte, Amato de Ibarrola, como ficou registrado, era o vice-diretor da Fabra quando da divisão desta agência em “nacional” e “republicana”.

vez, sería mejor, siguiendo la teoría expuesta en el mencionado informe, decir ‘parecer’) ‘oficial’ (1997, p. 59).

Em segundo lugar, a importância de constituí-la sobre as bases de Fabra – membro espanhol das Agências Aliadas:

la información que ella [la nueva agencia] elabore y transmita sea aceptada por las grandes agencias internacionales e distribuidas por sus circuitos a sus clientes en todo el mundo.

Y como para conseguir esto último tiene que ser admitida en el Club de las Agencias Aliadas, y como los estatutos de éste (constituido en aquel momento por unas treinta agencias) especifican que sólo una agencia por país puede ser miembro de la asociación, es evidente que o Fabra (miembro español de la alianza) desaparece, y se convierte en EFE, o EFE no entrará en el Club (ibid., p. 59-60).

Vemos, assim, a importância que o projeto de criação da nova agência adquire durante o franquismo e o esforço em constituí-la sobre as bases de “Fabra”, usufruindo de sua estrutura, inclusive no que se refere às relações por ela construídas.

Assim, toma-se o ano de 1939 como o ano de fundação da agência EFE como sociedade anônima, tal como se registra em seu site²⁴, tendo como presidente o marquês de Torre-Hoyos e, como diretor-gerente, o jornalista Vicente Gállego. Também se ressalta a incorporação da agência ao grupo de Agências Aliadas e a mudança do escritório de Burgos a Madri.

Todo o percurso descrito até este momento, tanto no que se refere ao início do trabalho das agências internacionais na Europa, quanto ao processo de constituição da Agência Fabra e sua posterior absorção na criação da Agência EFE, pode ser melhor visualizado no seguinte quadro:

²⁴ <http://www.efe.com/efe/espana/queesefe/historia/50000070> <acesso em 12/03/2016>.

Quadro com os principais acontecimentos relacionados à constituição da agência.

Com relação ao nome EFE, de acordo com Olmos – que dedicou um capítulo de seu livro a registrar as diferentes interpretações a que teve acesso entrevistando pessoas que, de alguma forma, poderiam relatar os bastidores da criação da agência (ibid., p. 71-84) – as três letras escolhidas para designá-la deram margem, ao longo do tempo, a diferentes interpretações, mostrando a equivocidade – tida por Pêcheux como constitutiva da língua, ao pensar o equívoco como “fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” ([1988] 1990, p. 51) – que se materializa nesse nome. Traremos a seguir alguns dos casos que consideramos mais significativos no sentido de compreender melhor o “lugar” dessa agência na conjuntura histórica e social, e na disputa pelo controle da informação. A decisão de passar por vários deles poderá produzir um efeito de simples “enumeração”, no entanto, nosso intuito é indicar a relação de forças presente nesse jogo de interpretações e dar visibilidade ao gesto da própria agência na direção de estabilizar determinados sentidos na memória.

María Dolores Gibert Fenech, a viúva do primeiro diretor da agência EFE, Vicente Gállego, por exemplo, disse que “EFE” se devia à inicial do rei Fernando, “el católico”. Nesse mesmo sentido, Manuel Rivas Corral, que trabalhara com Vicente Gállego de 1942 a 1950, corrobora essa afirmação, dizendo que Gállego lhe havia explicado que “as informações” de caráter geral distribuídas pela Falange eram assinadas com F. de Fernando, “el católico”, e quando se tratava de informações distribuídas pela seção feminina do partido, com Y, inicial de sua esposa Isabel, “la católica”, tendo vindo daí a inspiração.

Outra possibilidade é apontada pelo redator José Sobrino que dizia ter escutado de Celso Collazo, que havia sido representante da agência EFE em Londres, Moscou

e Nova Iorque, que a agência “United Press” prestava dois serviços informativos diferentes a Espanha durante a guerra civil, um para a zona republicana, distribuídos como R. e outro para a zona franquista, identificada como F (OLMOS, 1997, p. 72-73).

O jornalista Giménez Arnau, um dos responsáveis pela criação da agência, por sua vez, em seu livro autobiográfico intitulado “Memorias de memoria”²⁵, nega tais associações, mantendo em “segredo” o real significado do nome, a respeito do qual dizia possuir uma prova que se daria a conhecer somente após a sua morte, o que só intensificou a curiosidade em torno do tema. Tal atitude deu margem a outra “explicação”, apresentada anos depois, em 1986, pelo jornalista Rafael García Serrano que afirma se tratar de uma homenagem de Giménez Arnau ao irmão, Faustino – falecido em 1928, ainda jovem – batizando a agência com sua inicial.

Em um sentido diferente vai a interpretação que circulava na redação, no setor interno da agência: tratava-se da sigla “Estudios Fotográficos Españoles” já que no final da guerra civil os serviços informativos da agência EFE eram compostos principalmente de fotos.

Outra hipótese, que segundo Olmos (1997) tentou ser difundida pela própria agência em 1980, o que interpretamos como uma tentativa de estabilizar determinados sentidos, se deu com a distribuição de um folheto de trinta e oito páginas entregue a amigos e clientes, no qual se diz que “EFE” representaria a inicial de suas empresas antecessoras (“Fabra”, “Faro” e “Febus”). Paz refuta o argumento dizendo que a aquisição das agências se deu posteriormente à data de seu início (1989c, p. 347) e, portanto, após à escolha do nome.

Olmos (ibid.) observa também que em 18 de dezembro de 1982 o jornal madrilenho “Ya” publica uma carta enviada por Herrero Losada – na época diretor da agência Europa Press, principal concorrente da EFE no mercado nacional e que havia sido chefe do serviço exterior da agência EFE nos finais dos anos cinquenta e início dos anos sessenta – assegurando que o nome da agência havia sido colocado pelas autoridades de Salamanca-Burgo por ser a inicial de Falange (ideia original à qual se somou a coincidência de também ser a inicial de Franco), retomando a discussão e refutando também a teoria das iniciais de Faro e Febus ao afirmar que elas ainda funcionavam enquanto EFE já estava na ativa. Acrescenta ainda que dois dos

²⁵ GIMÉNEZ ARNAU, José Antonio. **Memorias de Memoria**. Barcelona: Ediciones Destino, 1978 *apud* OLMOS, 1997.

membros da equipe que fundara a agência e que ainda eram vivos – Ramón Serrano Suñer e Pedro Gómez Aparício – poderiam comprovar o que dizia (OLMOS, *ibid.*, p. 76-77).

A esse respeito, Giménez Arnau (1978 *apud* OLMOS, *ibid.*) – quem apresentou, como já vimos, sua própria versão sobre o nome da agência e que não aparece mencionado por esse Jornal (“Ya”) mas também estava vivo na época – não se pronuncia, porém, a direção da agência se manifesta fazendo referência a seu livro de memórias, no qual ele já havia negado tais associações. O mesmo jornal “Ya” publica uma carta de Serrano Suñer a Herrero, na qual afirma ser EFE a inicial de Falange e de FE, o jornal do partido. Aparício prefere não se manifestar, no entanto, Olmos recorda um fato relevante. Em 1953, na condição de diretor da EFE, Aparício escreve um informe intitulado “Plan para la expansión exterior de la Agencia EFE”, no qual fazia referência à questão do nome da agência, mas se limitava a expor o que parecia ser o entendimento geral na época, sem confirmar nem negar nada: “en los intentos que lleva realizados la agencia “EFE” para penetrar en Hispanoamérica nada ha contribuido tanto a esterilizarlos como su nombre; y ello porque ese nombre viene siendo considerado por muchos como inicial de Falange y la agencia, por tanto, como consustancialmente adscrita a una determinada ideología” (OLMOS, 1997, p. 76-77). Um ano após a morte de Arnau, García Serrano – apresentado por Olmos como “viejo falangista y amigo de Giménez Arnau” (*ibid.*, p. 79) – retoma o assunto apresentando a teoria, já citada, da homenagem ao seu irmão Faustino.

Assim, percebemos que em determinado período muito se especulou sobre o sentido da sigla ou nome EFE, e que, embora pareça ter havido esforços por parte da agência em tentar “apagar”, em meio a tal disputa, os sentidos que vinculam seu nome ao franquismo (numa linhagem que recupera a memória instalada na história inclusive por certos reinados monárquicos), tais sentidos permanecem e escapam a certos movimentos na direção de “controlá-los”.

Neste ponto, consideramos que a série de relações estabelecidas neste item nos possibilitaram abordar boa parte dos aspectos implicados na criação da agência; passaremos a tratar de sua expansão.

2. Expansões e projeções

Estando a agência constituída juridicamente, Olmos (1997, p.90) registra que

fica decidido que cada um de seus serviços informativos seria assinado de forma diferente, destinando o nome EFE apenas para os serviços internacionais²⁶, principal vocação da agência. Para tratarmos de tal vocação – a de investir no mercado internacional – segmentaremos este item em dois, abordando, no primeiro deles, essa expansão e o modo como ela se foca, especificamente, no mercado da América Latina; já, no segundo subitem, veremos como – em decorrência de tal expansão – a língua é colocada no centro das projeções.

O foco na América Latina

Segundo Olmos (1997), com o fim da guerra civil na Espanha e o início da Segunda Guerra Mundial, as principais agências de notícias estrangeiras pretendiam oferecer seus serviços informativos à Espanha, mas foram impedidas de fazê-lo pelo Governo, que determinava que a única maneira de distribuir informações aos meios espanhóis seria através da agência EFE. Nesse sentido, observa (ibid., p.109) que o objetivo do Governo era obviamente “utilizar EFE para poder seleccionar y controlar las noticias del extranjero” que fossem receber os meios de comunicação espanhóis.

Paz afirma que se tratava de um “monopólio” das notícias internacionais e, nesse sentido, elenca três razões:

a) los periódicos no podían mantener corresponsales fuera, ante la falta de recursos económicos; b) estaba prohibido captar emisiones de radio extranjera y reproducir informaciones del exterior sin indicar su origen (norma dictadas en octubre de 1939); y c) las agencias extranjeras no podían servir directamente a los periódicos, sólo era posible a través de EFE, con la que debían firmar un acuerdo exclusivo (1989c, p. 349).

Isto continua, segundo essa mesma autora, até que em 1966 a própria lei institucionaliza tal prática:

La Orden de 1 de septiembre de 1966 concedía la exclusividad de la distribución de noticias de agencias extranjeras a la agencia EFE, acogándose el artículo 49 de la Ley de Prensa e Imprenta de 1966, que abría dicha posibilidad legal (ibid., p.350).

²⁶ Segundo Olmos, o serviço nacional passaria a ser assinado como CIFRA, o serviço fotográfico como CIFRA-GRÁFICA e o esportivo como ALFIL (1997, p. 90). Ainda segundo o autor, tais serviços seriam reunificados sob a sigla EFE em 30 de janeiro de 1978 (ibid., p. 443).

A situação só começa a modificar-se, observa Paz (ibid.), quando em 05 de maio de 1978 os diretores da agência decidem renunciar ao privilégio por entender que a agência já estava em condições de competir no mercado internacional.

Da sua parte, Olmos (1997, p. 215) se distancia dessa ideia e apresenta a lei de 1966 vinculando-a à nomeação de Manuel Fraga Iribarne ao Ministério de Información y Turismo, em 1962. Segundo o jornalista (ibid.), com tal ministério chegavam mudanças para todas as estruturas jornalísticas na Espanha e aponta como seus dois maiores compromissos com os meios de comunicação as promessas de colocar fim à censura prévia e a elaboração de uma nova lei de Imprensa (justamente essa de 1966 à qual faz referência Paz) para substituir a promulgada em 1938, durante a guerra civil. Nesse sentido, parece-nos interessante citar sua interpretação do artigo 49, dessa “Ley de Prensa e Imprenta”, já mencionado pela própria Paz (1989c):

Dicho artículo, titulado “De la información extranjera”, especifica: “Podrá ser concedida a una agencia nacional con representación de las entidades públicas y de los medios informativos, o en régimen cooperativo de estos últimos, la distribución en exclusiva y sin discriminación alguna de las noticias procedentes de agencias extranjeras”²⁷.

O que queremos frisar é a asseveração – conclusiva – registrada por Olmos (ibid. p. 286) imediatamente após essa observação: “Parece que el legislador está pensando en la agencia EFE. **Y así es.**” (grifos nossos).

Referindo-se ainda aos planos do ministro, Olmos (ibid., p. 216) ressalta que, entre eles, estava o fortalecimento da agência EFE no mercado internacional. Nesse sentido, em junho de 1965, Manuel Fraga Iribarne nomeia Carlos Mendo como diretor-gerente da EFE (cf. ibid., p. 240), quem também ambicionava adentrar o mercado informativo da América Latina e sabia que para isso era preciso dotar a agência de credibilidade, decidindo, então, como estratégia para se aproximar de seus objetivos, contratar como representante o jornalista espanhol com a maior fama de anti-

²⁷ Boletín Oficial del Estado, 19 de marzo de 1966, pág. 3313 *apud* OLMOS, 1997, p. 286.

Olmos afirma que a exclusividade determinada por esse artigo não foi muito bem entendida por alguns meios que acusavam EFE de exercer monopólio sobre a informação estrangeira (1997, p. 286) e cita uma entrevista na qual Carlos Mendo responde à acusação e também uma nota da “Dirección General de Prensa” que teria sido distribuída aos meios de comunicação. Citamos um fragmento desta última, de acordo com a qual a determinação disposta pelo artigo não afetava a possibilidade de que gozavam “los distintos medios periodísticos de España para mantener corresponsales informativos en el extranjero y para insertar en sus páginas las informaciones que de ellos reciban” (ibid., p. 287).

franquista, Mariano Perla, exilado na Argentina. Em uma entrevista concedida a Olmos (ibid., p. 243), Mendo revela:

“Necesitamos, por encima de todo, credibilidad, condición imprescindible para poder vender un servicio informativo. Y la mayor dificultad va a ser desprendernos de la aureola de agencia estatal y franquista; pero si conseguimos convencer en Argentina, el camino para adentrarnos en América Latina se allanará”.

Essa série de considerações levam Olmos (ibid., p. 250) a afirmar que, ao concentrar seus esforços nesse objetivo, Mendo consegue que EFE passe a vender, a partir de janeiro de 1966, seus serviços aos jornais da América do Sul, tornando-se a primeira agência espanhola a prestar serviços na América Latina. Nesse sentido, ainda segundo seu registro (ibid., p. 253), durante os primeiros meses EFE presta serviços à Argentina, ao Peru, ao Chile e ao Uruguai e, a partir de junho, também ao México e à Venezuela, baseando suas estratégias jornalístico-comerciais em três pontos elencados pelo próprio Olmos (ibid.): i. serviço informativo absolutamente independente; ii. notícia concebida e escrita em uma língua comum; e iii. fio informativo que dedica especial atenção ao ângulo latino-americano de cada informação. Desses três aspectos, nos interessa especialmente o segundo – porque nos permitirá nos aproximar do modo como **a língua**, vinculada à circulação da notícia, é aí projetada – que abordaremos oportunamente ainda neste capítulo.

Ainda no que se refere ao desejo de expansão da agência, segundo o jornalista, pensando em seu fortalecimento no mercado e visando cada vez mais independência e credibilidade, Mendo acreditou ser necessário que ela contasse em seu conselho administrativo com representantes dos meios de comunicação, fato que a nova Lei de Imprensa de 1966 possibilitava realizar. Vejamos o que Olmos diz a esse respeito:

El artículo 20 de la nueva Ley de Prensa dispone que sólo pueden ser accionistas corporativamente las empresas en cuyo estatuto se incluyan las actividades periodísticas. Por ello hay que recuperar gran parte de las acciones en manos de bancos y empresas mercantiles, de modo que éstas pueden ser suscritas por representantes de la prensa. Y para hacer esta suscripción más atractiva, se amplía el número de miembros del consejo de administración de EFE de diez a quince con el propósito de dar cabida a representantes de los medios de comunicación (ibid., p. 284-285).

Essas alterações às quais faz referência Olmos e que são estatutárias entram em

relação com outras, as que sofrem os Estatutos da agência EFE em 1978. Para compreendê-las, passaremos antes pelas de 1956 e 1976. A esse respeito, Olmos (ibid., p. 192) observa que, durante seus primeiros dezessete anos, EFE foi uma empresa de propriedade privada em sua totalidade, no entanto, em novembro de 1956 a “Dirección General de Prensa” adquiriu mil ações de proprietários particulares, alterando essa condição. Nesse momento, no entanto, segundo ele (ibid., p. 285), o capital da empresa já se encontrava dividido da seguinte forma: um terço em poder do Estado; outro em poder do “Instituto Nacional de Industria” (INI) através da “Empresa Nacional de Telecomunicaciones” (ENTEL) e a última terça parte nas mãos dos meios de comunicação (90%) e de particulares (10%).

Com relação às alterações nos estatutos da agência EFE de 1976, conforme Olmos, elas teriam sido realizadas durante a gestão de Adolfo Suárez, chefe do Governo espanhol no período de 1976 a 1981²⁸. Nesse sentido (ibid., p. 426), o jornalista monarquista Luis María Anson é nomeado o primeiro presidente-diretor geral da agência EFE e decide, dois meses depois de sua designação, reformar os estatutos da agência, alterando a redação do objeto da sociedade que passa de “difundir la verdad española en el mundo y proporcionar a España información internacional” a “obtener y distribuir información española e internacional en España y en todo el mundo”, também aumenta o capital social da empresa, reestrutura o conselho de administração e põe fim às subvenções do Governo para com a agência. Dando continuidade ao processo, em março de 1978 assina um contrato com o Estado mediante o qual o Governo espanhol se compromete a investir bem mais do que a quantia destinada à agência até então e, finalmente, em 05 de maio de 1978, ocorre a renúncia ao monopólio de distribuição de notícias de agências estrangeiras, na Espanha, como já antecipara Paz (1989a):

Tras unificar la firma de sus afirmaciones, el presidente Anson cree que ya es hora de renunciar al monopolio de distribución en España de noticias de agencias extranjeras del que EFE disfruta, *de facto*, desde su creación, y, desde la Ley de Prensa de 1966, de pleno derecho (OLMOS, ibid., p. 443, grifo do autor).

²⁸ De acordo com observações de Vilar (1990, p. 174), em 3 de julho de 1976, o rei Juan Carlos – a quem foram transferidos os poderes de Francisco Franco após a morte deste em 20 de novembro de 1975 – designou Adolfo Suárez (um jovem político pouco conhecido que tinha assumido responsabilidades no “movimento” falangista) como chefe de Governo. Este, imediatamente e no meio de um contexto politicamente complexo, anunciou uma reforma política, uma anistia e eleições (cf. ibid.). Assim, na Espanha se instauraria uma monarquia parlamentarista.

Isso posto, passaremos agora a destacar dois movimentos importantes na direção de se aproximar cada vez mais do mercado latino-americano. O primeiro deles se relaciona à criação, em 1972, da “Agencia Centro-Americana de Noticias” (ACAN) idealizada pelo então ministro de Informação e Turismo, Alfredo Sánchez Bella. Trata-se, conforme Olmos (ibid.), de um consórcio entre EFE e os meios de comunicação privados da América Central, integrando informativamente esses países²⁹. Nesse sentido, o próprio autor (ibid., p. 360) afirma: “Por primera vez en su historia cada uno de los seis países del istmo va a contar con corresponsales permanentes que informarán de cuanto acontece dentro de sus fronteras a sus vecinos y al mundo”.

Uma vez consolidadas as bases da agência e estabelecidas as relações com os meios de comunicação da América Central, o foco passa a ser a ampliação da cobertura informativa na tentativa de entrar no ranking das principais agências mundiais. Nesse sentido dá-se o segundo movimento, ou seja, Anson passa a concentrar esforços em conseguir que EFE seja membro da “Sociedad Interamericana de Prensa” (SIP) – proposta ambiciosa uma vez que, segundo Olmos, a agência não cumpriria algumas das exigências para o cargo:

los socios de la SIP, organización que tiene una gran influencia en el periodismo americano, son todas entidades privadas y no admiten en su seno organizaciones que, primero, no tengan su origen, o casa matriz, en América, y, segundo, que mantengan alguna conexión con los distintos gobiernos (ibid., p. 520).

O jornalista observa ainda que tais motivos não foram suficientes para barrar EFE, que buscava estreitar os laços com a SIP desde longa data:

Desde la época de Carlos Mendo, EFE acude como invitado u observador a las reuniones que, dos veces al año, la SIP organiza en alguna localidad americana. Y los directivos de la agencia, muy a menudo el director de relaciones exteriores, Alberto Poveda, y el director de gestión y finanzas, Indalecio Díaz, han repetido una y otra vez que una agencia hispana que sirve a una parte muy considerable los medios de comunicación iberoamericanos, y que tiene oficinas permanentes en todos y cada uno de los países americanos, no puede estar ausente de la SIP (ibid., p. 520-521).

²⁹ Além de EFE, a ACAN conta com outras dezoito empresas fundadoras, sendo quatro costarriquenses, três hondurenhas, cinco nicaraguenses, quatro panamenhas e duas guatemaltecas (OLMOS, 1997, p. 357-358).

O investimento nessa aproximação resulta, em outubro de 1979, na admissão da agência EFE e da ACAN-EFE, pela SIP, como membros de pleno direito, o que Olmos atribui à insistência e popularidade de Anson (ibid., p. 521). A importância de tal aliança aparece reforçada pelo próprio Olmos inúmeras vezes ao longo de seu relato, focalizando o esforço em estabelecer relações com o mercado da América Latina e marcando a importância conferida à língua espanhola na busca deste propósito³⁰. Por esse motivo, a partir deste ponto, buscaremos compreender os sentidos implicados nessa busca, o que nos permitirá, a partir das observações do jornalista, nos aproximarmos da projeção que se faz da língua ainda no âmbito da agência EFE –, sendo nosso objetivo mobilizar aspectos que nos ajudarão a compreender as condições de produção da agência que culminarão na criação da Fundéu BBVA.

O foco na língua espanhola

Partiremos da afirmação de Olmos com relação a alguns estudos realizados na tentativa de identificar o posto ocupado pela agência EFE nos anos de 1992 e 1993 no ranking das agências internacionais:

La cuestión de fondo no es si EFE es o no la primera agencia en **Iberoamérica**, durante quince días, un mes o durante todo el año. Lo importante que estos estudios revelan es que EFE, habiendo llegado la última a **América Latina**, se ha aupado a posiciones de liderazgo imposible de prever cuando, en 1965, decidió informar a los medios de dicho continente de lo que sucede en el mundo... en **su propia lengua** (1997, p. 33, grifos nossos).

Ao valorizar a posição atingida pela agência EFE na América Latina, o jornalista relembra a dificuldade de atingir esse mercado, dando destaque para o fato de ter alcançado posições de liderança como algo impossível de se prever em 1965. Mais

³⁰ Ainda de acordo com o jornalista (1997, p. 520), em 1989, dez anos depois da admissão da agência EFE na SIP, os representantes da agência sugerem que a Assembleia Anual de 1992 seja realizada em Madrid, para comemorar o V Centenário do descobrimento da América, contrariando – assim como em seu pedido de admissão – os estatutos da organização, que estabelecem que as reuniões devem ser celebradas em solo americano (ibid., p. 701) e, outra vez, se abre uma exceção à regra, que nunca havia sido violada: “La asamblea general de la SIP es inaugurada por los Reyes de España y clausurada por el jefe del Gobierno de España, Felipe González”. Tal atitude é tida por Olmos (ibid.) como “una prueba evidente de la enorme fuerza de los lazos lingüísticos que unen a los medios españoles con los americanos [...]”.

adiante, retomando o objetivo inicial da agência, nos parece relevante destacar o modo como ele o significa:

Ese era, por otra parte, **el sueño de los que fundaron la agencia EFE en 1939**, durante la guerra civil española, (“que sea **la voz periodística de España** paseándose por muchos países de habla hispana”, escribió su creador Ramón Serrano Suñer³¹), el sueño que movió, en 1965, a un grupo de arrojados periodistas españoles a embarcarse rumbo a América con el propósito de que **la información con acento español** pudiera algún día codearse, de igual a igual, con la elaborada en otras lenguas (1997, p. 34, grifos nossos).

Assim, mediante o objetivo inicial de criar uma agência internacional que funcionasse como “la voz periodística de España”, os países que tinham o espanhol como língua oficial pareciam representar uma “brecha” ou um caminho altamente produtivo para adentrar no mercado internacional. Chama nossa atenção a presença do sintagma “con acento español”, que leva a pensar no fato de que a projeção que estava sendo feita era a de que a informação tivesse “o sotaque da Espanha” – numa interpretação que cremos possível nessa sintaxe. Nesse caso, “accento” funciona como metáfora de uma certa “variante” imaginada como “a do centro-norte” desse Estado (passível de também ser pensada como “el castellano”), dentro de uma política colonial de longa data, presente inclusive no interior do próprio Estado nacional. De fato, vemos que, juntamente com tudo o que foi observado, a expressão “con acento español” – que pode soar como um uso apenas “expressivo” na boca de um sujeito afetado pelo desejo de expansão – não deixava de estar presente, também, a possibilidade de regular a língua do território das ex-colônias, nas quais o espanhol era língua oficial, apropriando-se dela como “nuestra lengua” (cf. DEL VALLE, 2007) ou como “a língua que nos une” na interlocução do espaço “compartilhado” a partir de uma posição colonialista e num movimento (panhispanista) do qual falaremos no capítulo 2. Ao mesmo tempo, a apropriação de “el español” “como língua de ‘tantos’ países” (21, especificamente) funcionará produtivamente como imagem da agência em sua relação com o mundo e com as outras línguas no espaço da comunicação.

Nesse ponto, cabe colocar os sentidos do fragmento que abordamos em relação com um trecho de uma conversa que Olmos havia tido com Manuel Fraga

³¹ A citação de Olmos corresponde, segundo registro do próprio autor, a um texto de Suñer escrito para o livro **Efemerides**, publicado pela “Agencia EFE”, para comemorar seu cinquentenário, em 1989 (1997, p. 100).

Iribarne – ministro de Informação e Turismo em 1962, como já ficou registrado – no qual este, ao falar de seus planos de expansão para EFE, se refere à língua como uma de suas riquezas colocando-a em paralelo com o petróleo:

“España, a falta de recursos naturales como el **petróleo**, tiene un **recurso único que es la lengua**, y a través de la lengua llegamos a cientos de millones de personas. No tenía sentido que una agencia internacional como EFE no pensara en el mercado de Hispanoamérica” (OLMOS, *ibid.*, p. 216, grifos nossos).

Nas sequências recortadas encontramos elementos que remetem ao interesse da agência em expandir suas relações com a América, seja ao demonstrar preocupação com relação à posição por ela ocupada em relação a outras agências ou pelo desejo de ser a voz jornalística da Espanha. E em todos os casos a língua aparece como um elemento viabilizador e altamente rentável.

No entanto, Olmos (*ibid.*) – contra a antecipação de que América Latina se apresentasse como o caminho mais curto para que EFE se tornasse uma agência internacional – deixa registro da dificuldade por parte desta em adentrar esse território. Assim, embora no acordo feito em 1870 entre as agências pioneiras, tenha sido designada à “Havas” a prestação de serviços à América do Sul, após entendimento entre a agência francesa e a britânica Reuters³² – tal como foi antecipado no primeiro item desse capítulo – essa situação começa a se modificar com a participação da França na Primeira Guerra Mundial, conferindo restrições à distribuição dos serviços de “Havas” – entre outras coisas pelo fato de que grande parte do pessoal da agência estava alistado e isto representava uma enorme dificuldade em atender às demandas dos clientes americanos (*ibid.*, p. 25) – o que possibilitou a entrada das agências norte-americanas “United Press” (UP) e “Associated Press” (AP) no mercado da América Latina, em 1916³³ e 1918³⁴, respectivamente (*ibid.*, p. 26-27). A essa situação, vêm

³² Cabe observar que no relato de Olmos – diferentemente dos registros de Salinas (1984, p.38), citados anteriormente – a disputa entre Havas e Reuters na América não aparece registrada: “En este acuerdo a Reuters se le adjudicó el Imperio británico y Extremo Oriente; a Wolff, Austria, Escandinavia y Rusia, y a Havas, el Imperio francés, Portugal, Italia, España y América Latina” (*ibid.*, p. 24, nota 5).

³³ Olmos atenta para o fato de que a UP foi a primeira agência norte-americana a fechar um acordo para a venda de seus serviços informativos a um jornal da América do Sul, no caso, o jornal *La Nación*, de Buenos Aires. (Joe Alex Morris, *Deadline Every Minute. The Story of United Press, Double-day & Co., Inc.*, Nueva York, 1957, p. 102 e 103 *apud* OLMOS, 1997, p. 25). Parece-nos interessante deixar registro destes aspectos para compreender melhor o que o jornalista está colocando, a partir de sua perspectiva.

³⁴ Em junho de 1918 a AP – que era a representante norte-americana da Aliança de Agências, controlada por Reuters, Wolff e Havas e, portanto, havia se comprometido a respeitar o acordo de 1870

somar-se os elevados custos de transmissão entre a Europa e a América – cujas tarifas telegráficas chegariam, em 1936, ao dobro do custo em comparação ao serviço entre Estados Unidos e América do Sul – o que permite que, segundo o autor (ibid.), as agências norte-americanas se apoderem, pouco a pouco do mercado. Dessa forma, ainda consoante Olmos (ibid., p. 27), em 1966, quando a agência EFE chega à América Latina, o mercado jornalístico parece saturado³⁵ e a agência vê na língua espanhola o seu diferencial: “Bajo los lemas ‘El idioma que nos une’ y ‘Lea las noticias de la agencia que escribe en su mismo idioma’, EFE llega a América Latina, en enero de 1966, dispuesta a abrirse camino”.

O esforço empreendido para atingir o que, como vemos, se colocou como um objetivo desde a concepção da agência – a aproximação com a América Latina – pode ser melhor compreendido à luz do que afirma Sepúlveda com relação aos interesses da Espanha pelas nações americanas:

La “América antes española”, en expresión tomada del tratado de reconocimiento entre Perú y Colombia, tuvo a lo largo de la contemporaneidad de la ex metrópoli una importancia singular, mucho más trascendente, profunda y complementaria entre ambas partes que la mantenida por el resto de metrópolis europeas con sus antiguos territorios coloniales. Esta importancia llegó al extremo de utilizarse de reforzamiento de la identidad nacional, campo natural de proyección exterior, sociedades donde insertar las fuerzas productivas desocupadas a través de la emigración, mercado deseado y cortejado con desigual fortuna, valor añadido del peso específico de España en la política internacional, cultura propia con la que intercambiar ideas y productos de creación (2005, p. 11).

A respeito dessa conturbada relação, Senz observa:

Desde que, a partir de 1808, las colonias ultramarinas fueron alcanzando su independencia de la metrópoli, España, lejos de asumir plenamente su emancipación, mantuvo siempre una conciencia clara que su peso en el orden político y económico mundial dependía de su capacidad para mantener vivo y operativo el ascendiente sobre sus antiguos dominios (2011, p. 149).

– notifica a Havas que tinha fim o cartel corporativo (Oliver Gramling, **AP**: The Story of News, Nueva York: Farrar & Rinehart, 1940, pág. 275 *apud* OLMOS, 1997, p. 25-26).

³⁵ O autor (1997, p. 26-27) também ressalta outros fatores que contribuíram para a alteração do mercado de notícias da América Latina: em 1940 a agência Reuters retorna à América Latina, após o fechamento de Havas durante a Guerra Mundial. Também chega à América do Sul a italiana ANSA, em 1952 e, sete anos depois a alemã Deutsche Press Angetur (DPA), herdeira da Wolff, adentra o continente.

E a própria autora afirma que a língua sempre exerceu um importante papel, como por exemplo, no cultivo de ideologias que propagam a ideia de uma identidade hispânica, por isso, afirma:

visto el papel central que desempeñaba el castellano en la configuración de identidades y en la unificación nacional e internacional de los nuevos países americanos, no es de extrañar que los propulsores del hispanoamericanismo³⁶ tomaran la comunidad idiomática como el argumento que permitiera neutralizar las tendencias segregacionistas (ibid., p. 154).

A esse respeito, Sepúlveda esclarece:

La importancia de la plataforma común de la expresión que era el castellano fue puesta de relieve constantemente, tanto para mantenerle en un estado de pureza peninsular como para añadirle los rasgos comunes de las distintas zonas donde se hablaba; para atacar su utilización como mantenedor de una dependencia cultural tras conseguir la política y para mantener unos lazos mínimos de contacto entre ambas las orillas del atlántico; tanto para intentar su superación achacando ser el castellano el último bastión en la decadencia española, como defender su vitalidad por ser genuino portavoz de una cultura (2005, p. 211)³⁷.

Se, para tentar facilitar a entrada da agência no mercado latino-americano essa relação entre a Espanha e os países chamados hispanos, já se colocava como imprescindível para sua expansão, no final da década de 1980 ela é novamente acionada.

Ocorre que, com as mudanças pelas quais a Espanha passa, após um longo período tentando reerguer-se – buscando superar os traumas e prejuízos de uma

³⁶ De acordo com Sepúlveda (2005, p. 11) o movimento hispano-americanista, erguido sobre as bases do nacionalismo espanhol, tinha como propósito “la conformación y promoción de una comunidad cultural entre España y las repúblicas americanas, en la creencia de que las fuerzas unidas no son la suma de todas las fuerzas por separado, sino la proyección sinérgica del conjunto hasta alcanzar una potencialidad muy superior”. A análise de tal movimento realizada pelo autor permite dividi-lo da seguinte forma: “dos corrientes, más complementarias que antagónicas, que se han denominado panhispanismo e hispanoamericanismo progresista; una tercera corriente, surgida de una interpretación radical y metahistórica del primero, generó el pensamiento de la hispanidad; ésta acabó fagocitando toda capacidad de actuación del primero tras la guerra civil española y la determinación del franquismo de tomar la hispanidad como filosofía de Estado articuladora del nuevo régimen” (ibid., p. 15).

³⁷ Da perspectiva de Del Valle (2007), “o espanhol”, simplificado nesse sintagma desprovido de especificações que refiram à diversidade de espaços e, portanto, de memórias (históricas, culturais) discursivas, ganha o sentido de “lugar harmonioso do encontro”. Cabe observar que o diálogo deste autor com aquele cujo trabalho mobilizamos, Sepúlveda, aparece claramente na obra do primeiro (DEL VALLE, 2007) que aqui citamos.

guerra civil, tendo passado pelos duros anos da ditadura de Franco (1939 a 1975) e tentando consolidar a democracia – consegue, enfim, alterar o seu perfil econômico e político e, conseqüentemente, estabilizar sua imagem no exterior; segundo Tamames ([1988] 1990), a partir de 1939, a economia espanhola entrou em uma longa fase de regressão e estancamento de todas as ordens, que só encontrou reação em 1951. De acordo com o historiador (ibid.), o comércio exterior foi, sobretudo durante o período de 1939 a 1959, o elemento determinante, por sua própria penúria e rigidez, do conjunto do desenvolvimento econômico; porém, desde 1960 passa a se desenvolver de forma mais natural e, simultaneamente a essa normalização, se toma consciência dos fortes desequilíbrios inter-regionais da economia e da necessidade de algumas medidas para amortizá-las. Assim, ainda conforme os registros do historiador (ibid.), em 1961 é colocado em marcha o plano de estabilização, caracterizado por um rápido crescimento, seguido de um plano de desenvolvimento em 1964.

Casilda Béjar (2002, p. 33-34) observa que, passada essa boa fase da economia espanhola (1961-1974), o período seguinte, de 1975 a 1981, é caracterizado por uma crise contínua, agravada por reflexos da que acontecia no plano internacional dos anos 1970 (conhecida como a “crise do petróleo”), sentidos pelo país com um pouco de atraso. Ainda segundo o economista, nos anos 80, com o reestabelecimento de um sistema democrático³⁸, a Espanha começa a penetrar cada vez mais no âmbito comunitário, iniciando uma nova etapa em sua economia: em 1982 passa por um suave crescimento do PIB, mas é em 1984 que sua atividade econômica é reativada, alcançando excelentes níveis, embora seguisse com velhas deficiências estruturais, tantas vezes sublinhadas pelos países de seu entorno comunitário. Contudo, o economista (2002b, p. 272) considera a integração da Espanha na “CEE” (Comunidade Econômica Europeia) em 1986 o impulsor do processo de internacionalização de seu sistema financeiro, e observa que a adaptação de sua legislação às diretrizes da Comunidade e sua participação ativa no Projeto da União Europeia foram fundamentais para a integração das finanças espanholas, primeiro em escala europeia e, logo, mundial.

A respeito dessa nova fase da economia espanhola, Senz, ao tratar do ingresso

³⁸ Lembremos que Franco – como já antecipamos em nota – morre em 20 de novembro de 1975, seus poderes são transferidos ao rei Juan Carlos e este designa um chefe de governo, Adolfo Suárez, quem iniciará uma reforma política que prevê a convocação a eleições (cf. TAMAMES, [1988] 1990, p. 606 e VILAR, 1990, p. 174).

da Espanha em organizações supranacionais, observa:

Sorprendentemente, además, de las manos de los sucesivos gobiernos democráticos, España ingresó en sus **estructuras supranacionales** (OTAN, 1982, y Comunidad Económica {hoy Unión} Europea, 1986) que, si bien limitaban su autonomía y definían su política exterior y defensiva, también la sacaban de su aislamiento y la devolvían a la escena internacional (2011, p. 179-180, grifos da autora).

Nessa negociação, segundo a autora, um aspecto teria sido fundamental:

Durante las negociaciones para su adhesión a la **Unión Europea** (UE), el Gobierno español de turno recuperó la carta de presentación que ya había utilizado en su momento el régimen franquista para solicitar (infructuosamente) la entrada en el Mercado común: el activo de sus lazos con América Latina (AL) (ibid., p. 179-180, grifos da autora).

Nessa nova etapa da economia mundial os meios de comunicação, de um modo geral, também passam por mudanças, principalmente com relação ao intercâmbio e alcance de sua produção; no entanto, é preciso dizer que tais transformações já vinham acontecendo fazia bastante tempo. De acordo com Fanjul, já em meados do século XIX ocorrem mudanças infraestruturais, de alcance mundial, no campo cultural, importantes para a compreensão da “evolução glotopolítica do espanhol”: “a transformação qualitativa dos modos de produção e circulação de enunciados, possibilitada pelas tecnologias de impressão e gravação e incentivada pela urbanização e pelas políticas de alfabetização massiva” (2011, p. 313). Tais transformações já possibilitavam o intercâmbio de produções culturais, como explica o autor:

Desde meados do século XIX, folhetins e novelas de aventuras começam a ser produzidos em espanhol ou traduzidos de outras línguas. Tanto as produções locais quanto as traduções circulam entre vários países. Um mercado editorial vai surgindo, ora graças às mesmas editoras que publicam literatura consagrada, ora nos jornais e revistas populares das principais cidades. Contistas, cronistas e folhetinistas que enviam suas produções para essas publicações periódicas começam a ter suas pequenas obras editadas em meios semelhantes de outros países hispânicos, às vezes por intercâmbio entre os próprios periódicos (FANJUL, 2011, p. 313).

O autor (ibid., p. 315) atenta, também, para o fato de essa nova situação ter dado margem a uma busca por uma expressão isenta de traços locais, no entanto, afirma que, por outro lado, também houve um crescimento do público leitor da literatura consagrada, bem como da produção dessa literatura em países da Hispano-América – que no final do século XIX adquire prestígio inclusive na Espanha, com o modernismo – e acrescenta a essa lista o cinema – que, mesmo mudo, requeria tradução de cartazes e legendas – o rádio, as dublagens e os quadrinhos, uma série que possibilita o contato dos falantes com variedades diferentes da sua. Dessa maneira, observa (ibid.), “todos os falantes, mesmo os não escolarizados, de todos os cantos da Hispano-América, se familiarizam com a escuta de outras variedades, de sotaques alheios”³⁹. Fanjul (ibid.) relaciona, ainda, as produções nacionais que atingirão grande sucesso em outros países, a partir de 1940: “o cinema melodramático mexicano, a canção popular espanhola, o tango argentino e os ritmos caribenhos, entre outros, serão vistos e ouvidos no continente hispano-falante todo”.

Interessa-nos uma observação que realiza a respeito da compreensão por parte do público com relação a essas produções, ao dizer que nada garantia que “o público entendesse ‘tudo’ o que ouvia”, e acrescenta:

Sem dúvida havia lacunas e uma fluidez de compreensão bem menor em comparação com qualquer produto local. Mas, mesmo assim, essa relativa incompreensão, se integrava à fruição da obra, muitas vezes com um efeito de comicidade (ibid., p. 315-316).

E, a respeito das implicações advindas desse contato com relação “à língua espanhola”, afirma:

cremos que o contato multilateral possibilitado por esse processo é fundamental para se compreender por que, apesar de a língua não ter deixado de se diversificar, manteve-se e cresceu também a percepção de um espaço linguístico mais abrangente que a variedade local. Esse espaço produz, é claro, uma identificação mais fraca e difusa que o local, mas é de qualquer modo, inclusivo: não soa como outra língua (FANJUL, 2011, p. 316).

É notório que as transformações advindas dos avanços tecnológicos são uma

³⁹ Segundo o autor (ibid.), por diferentes causas, a Espanha participará menos dessa circulação, dublando e traduzindo localmente seus produtos.

constante nos meios de comunicação, colocando-os sempre em movimento – tendo possibilitado, não podemos esquecer, o próprio jornalismo internacional e a criação de suas agências – e trazendo sempre a reboque questões sobre a língua. Assim, a série de fatos aqui observados com relação ao aumento do contato com as produções por parte dos falantes de espanhol de diferentes regiões ou países, deve ter afetado, de alguma maneira, a projeção dos meios com relação ao funcionamento da língua espanhola e, conseqüentemente, a agência EFE, pela importância que – como vimos – começou a projetar a respeito dessa língua.

Assim, na projeção do percurso da agência EFE que aqui tentamos compreender a partir do relato de Olmos (1997) e do site da agência, é possível notar um aumento da preocupação com a língua espanhola fazendo com que a agência passasse a investir em ações que visassem a melhorar sua imagem associada ao jornalismo, com a elaboração de manuais de estilo, por exemplo – iniciativa que levou à criação de um departamento específico destinado também para esse fim, como veremos adiante.

Segundo Olmos (ibid., p. 241, 411 e 492), Mendo, em sua gestão como diretor-gerente da agência EFE, já havia escrito em 1965, algumas normas de estilo para uso interno da redação, porém, sentiu a necessidade de que fosse criado um livro com as atualizações e foi Manuel Velasco, então, o encarregado de redigir um *Manual de Estilo* para a agência, em maio de 1976. No entanto, passados pouco mais de dois anos, observa o jornalista, o então presidente diretor-geral da agência – Luís María Anson – solicita ao filólogo espanhol e acadêmico da “Real Academia Española” (RAE)⁴⁰, Fernando Lázaro Carreter, que elabore um manual de estilo para a agência EFE.

Olmos (ibid.) observa também que, depois de criar os prêmios EFE de jornalismo – outra ação no sentido de valorizar a língua espanhola dos meios de comunicação – se percebe uma grande preocupação por parte de seu diretor geral com o “buen hacer periodístico”:

Anson, como escritor, siempre se ha esforzado por redactar de una manera **ágil, concisa y elegante**, y así quiere que escriban los periodistas de EFE.

Pretende también que el servicio informativo de la agencia, que ya se

⁴⁰ Lembramos que a RAE, instituição à qual fizemos referência na Introdução desta dissertação, atua como agente regulador da língua espanhola desde o século XVIII. Ainda neste capítulo, iremos vendo como vai se travando uma relação entre ela e a agência EFE com a finalidade de regular a língua dos meios de comunicação.

distribuye ampliamente en el mundo hispanoparlante, juegue un **papel homogeneizador del lenguaje periodístico en castellano**. Para ello, se dice, es imprescindible contar con un manual de estilo que tenga el respaldo académico preciso (OLMOS, 1997, p. 491, grifos nossos).

Aqui temos a ideia de “bom jornalismo” associada a escrever de forma ágil, concisa e elegante e a necessidade de homogeneidade da linguagem de modo a atender de forma satisfatória o mundo “hispanoparlante”. Nesse mesmo sentido se idealiza o manual da agência, de acordo com os registros de Olmos, que afirma:

Su objetivo [o da agência] pues no es sólo elaborar un manual de normas de redacción periodística, sino un manual que, además, contenga una síntesis práctica de la gramática y la sintaxis española que sea aceptado por las **comunidades hispanoparlantes del mundo** y sirva para la **normalización del léxico informativo** en España y en Hispanoamérica (ibid., p. 491- 492, grifos nossos).

Perseguindo tais ideais, em 22 de dezembro de 1978 (cf. OLMOS, ibid, p. 493) chegam às redações da EFE os dois mil exemplares de sua primeira edição, com pedidos de diversas instituições para adquirir um⁴¹. Tal resposta à publicação, segundo o jornalista (ibid., p. 696), motivou a agência a criar alguns anos depois, mais precisamente em 1981, em colaboração com o “Instituto de Cooperación Iberoamericana” (ICI)⁴², um departamento específico para tratar das questões linguísticas dos meios relacionados à agência EFE: o “Departamento de español urgente” (doravante DEU) formado por filólogos e membros da “Real Academia Española”, definido por Olmos como “**vigilante** permanente de la lengua en los medios de comunicación” (ibid., grifos nossos). Ainda segundo Olmos, a ideia de criar o departamento surgiu das queixas que Anson ouviu ao assistir, em setembro de 1980, o congresso “Salamanca 80”, no qual acadêmicos, escritores, filólogos e jornalistas, da Espanha e da América reclamavam do “**deterioro** de la lengua española en los medios de comunicación” (ibid., p. 493, grifo nosso). Nesse sentido, os três objetivos

⁴¹ De acordo com Olmos (ibid.), os pedidos correspondem a diversas instituições, embaixadas, meios de comunicação e universidades. O autor dá destaque para os realizados por Juan Ignacio Tena Ybarra, embaixador da Espanha no Peru, Fernando García-Pelayo, da delegação da Larousse na Espanha e Marcela Ortega, da SIP.

⁴² De acordo com a notícia publicada no jornal El País em 18 de maio de 1980, disponível em https://elpais.com/diario/1980/05/18/cultura/327448807_850215.html <acesso em 31/08/2017>, o “Instituto de Cooperación Iberoamericana” – antes “Instituto de Cultura Hispánica”, antes “Centro Iberoamericano de Cooperación” – era um organismo dependente do “Ministerio de Asuntos Exteriores”.

específicos de tal departamento – que era constituído por um conselho assessor formado por acadêmicos espanhóis e hispano-americanos, que se reunia uma vez por semana e por um grupo de filólogos que trabalhava diariamente na agência – eram:

- Procurar que el periodismo, la radio y la televisión, en sus formas **oral y escrita**, empleen un **idioma correcto y propio** en todas sus manifestaciones.
- Contribuir, por este medio, a la **defensa** de la **unidad** del español en todos los países que constituyen su dominio.
- Resolver con la máxima **rapidez** los problemas que plantea a los profesionales de los medios de comunicación la **adopción de términos extranjeros**, con vistas a que la **solución propuesta** sea aceptada, aunque sea **provisionalmente**, en **espera de su sanción o rectificación por parte de las Asociación de Academias** (ibid., grifos nossos).

Vemos funcionar aqui uma injunção ao uso de um idioma correto e, também, um imaginário de língua que deve ser defendida em sua unidade; a ameaça estaria principalmente nos “termos estrangeiros”, fato que exige soluções rápidas e o socorro deveria vir do departamento, sempre com o aval das Academias.

Ressoam também nos objetivos definidos para o novo departamento os interesses do “hispano-americanismo” (cf. SEPÚLVEDA, 2005) uma vez que o ideal e unidade e homogeneidade ajudava a construir um imaginário, no qual a língua era tida como um elemento de identificação. O movimento que se dava no final do século XIX, segundo Sepúlveda, objetivava:

la articulación de una comunidad trasnacional sostenida en una identidad cultural basada en el idioma, la religión, la historia y las costumbres o usos sociales; comunidad imaginada que reunía a España con el conjunto de repúblicas americanas, otorgándole a la antigua metrópoli un puesto al menos de primogenitura, cuando no de ascendente, bajo la muy extendida expresión de *Madre Patria*. Tópico de salón, muletilla discursiva, comodín de elogios y baúl de fruslería, la expresión también pretendió estar llena de contenido, bien de sincero reconocimiento cuando era utilizada en América, bien con pretensiones hegemónicas o neocolonialistas en labios españoles. Su utilización fue tan extensa como combatida, en primera fila por aquellos que pretendían hacer realidad la construcción de esa comunidad cultural hispanoamericana y veían en su reiteración el antídoto más nefasto contra la construcción de bases operativas sólidas. Los agentes de la construcción comunitaria – los soñadores – fueron los primeros en cuestionar la expresión (2005, p. 13, grifos do autor).

Se tais elementos, de acordo com o autor (ibid., p. 244), estreitavam os laços entre membros de uma comunidade, a existência de um inimigo comum completava o processo de adesão. No caso do “hispano-americanismo”, segundo o autor (ibid.), o perigo à comunidade hispano-americana se constituía em uma dualidade: o inimigo externo, ou seja, a política exterior norte-americana e o inimigo interno, constituído por movimentos que negavam a continuidade da herança hispânica, desenvolvendo modelos alternativos de identificação e agrupação comunitária. Com base na observação que faz Sepúlveda (ibid.) a respeito desses dois inimigos, poderíamos dizer que no plano da língua, o primeiro se relaciona com os estrangeirismos, sobretudo os provenientes da língua inglesa (especialmente vinculada à política norte-americana), e o segundo com os neologismos, necessários para nomear novos objetos e conceitos; ambos se convertiam em uma ameaça ao ideal construído para a língua espanhola.

Voltando ao “relato” de Olmos (1997, p. 495), o jornalista observa que o serviço do departamento que, de início, deveria atender apenas a agência EFE, passa a atender a todos os meios da Espanha e da América subscritos a ela e, pouco tempo depois, a quem tivesse dúvidas e entrasse em contato por telefone, como um “servicio de consulta sobre terminología, vocabulario, traducción y ortografía de denominaciones y voces extranjeras”. Nesse sentido, Olmos aborda aspectos que deixam mais clara a relação entre a agência e a academia (a RAE) nessa parceria formada no DEU: as reuniões semanais dos membros do conselho assessor, afirma, têm também um efeito benéfico à RAE e, portanto, para a “evolução” do castelhano. Vejamos, nesse sentido, a seguinte observação:

Cuando los cinco académicos analizan el lenguaje utilizado por los periodistas de EFE se enfrentan a formas de expresión periodística que, aunque no aceptadas académicamente, se van imponiendo en el habla ordinaria. Toman nota y, en su momento, las someten a la aprobación de la docta casa (ibid., p. 496).

Em sua visão, os acadêmicos, ao participar das reuniões do DEU, se atualizavam com relação aos novos usos do idioma, que deveriam ser então submetidos à análise da academia (“la docta casa”). Em contrapartida, acrescenta (ibid.) que os filólogos do departamento ganhavam reconhecimento e passavam a ser chamados para participar de eventos relacionados ao espanhol.

Cabe colocar em relação a observação desse autor com o modo como Gómez Font, filólogo que trabalhou no DEU desde sua criação, descreve a função do departamento:

Se trata de dar respuesta **inmediata** a las **dudas** sobre expresiones, palabras y nombres propios, evitando a tiempo que se generen los anglicismos. La fuerza de la prensa, y sobre todo de la radio y la televisión es tan grande que se hace necesario divulgar con **rapidez** el término **correcto** (2009, p. 225).

Vemos expressa aqui a necessidade de rapidez e agilidade tanto na resolução das dúvidas, quanto na divulgação de sua solução, remetendo novamente à vulnerabilidade da língua.

Incapaz de atender com tamanha rapidez a essa demanda colocada, mas também atuando de alguma forma em função de tais objetivos, o manual da agência, cujas primeiras edições foram destinadas apenas ao uso interno da redação, passa a ser vendido também ao público. De acordo com Gómez Font (ibid., p. 226), a primeira edição à qual o público teve acesso foi a quarta, publicada em 1985, quando passa a se chamar *Manual de español urgente* (MEU). Gómez Font (ibid.) esclarece também que, naquele momento, Anson já não era presidente da agência, e em seu lugar estava o jornalista Ricardo Utrilla. Ainda segundo o filólogo, o DEU publicou novas edições do *MEU* com certa regularidade, chegando até a décima sétima edição, quando a autoria passa à “Fundación del Español Urgente” (Fundéu BBVA). Essa fundação, criada em 2005 por Alex Grijelmo, presidente da agência na época (GÓMEZ FONT, ibid.), sobre as bases do DEU, será um dos focos do nosso trabalho no capítulo 2.

O percurso realizado nesse primeiro capítulo nos permitiu identificar aspectos relevantes na constituição da agência EFE que nos ajudarão a dar prosseguimento ao nosso trabalho. Primeiramente, tendo em vista como se projetou o serviço de uma agência internacional e a partir de um início vinculado à relação entre a agência “Fabra” e a agência “Havas”, vimos como a EFE se constitui a partir da absorção da primeira delas, em 1939, em forte relação com o franquismo. Logo, se fez presente a necessidade de expansão no âmbito jornalístico em busca de visibilidade, sobretudo internacionalmente, junto à procura de credibilidade – aspecto este que se vincula, de

um lado, ao empenho em não “parecer” oficial e, de outro, ao esforço em enfraquecer os vínculos com o franquismo. No que se refere aos projetos de expansão, vimos também como a língua espanhola ganhou relevância, sendo projetada como um possível elemento de integração entre a agência (espanhola) e os meios de comunicação da América Latina, tidos como o melhor caminho para sua inserção no mercado internacional – em uma espécie de continuidade da relação ex-metrópole/ex-colônia. Dessa forma observamos, ainda que de modo inicial, como a língua espanhola foi significada no âmbito da agência – através de uma discursividade atravessada, por vezes, por sentidos que faziam ressoar o movimento hispano-americanista (SEPÚLVEDA, 2005), por exemplo. Por fim, foi possível ver também que a representação da língua, significada como “passível de ser defendida”, acabou por motivar a criação, primeiramente de um departamento, o DEU e, posteriormente, de uma fundação específica para tratar de questões relativas à língua: a Fundéu BBVA. Esse movimento implicou travar uma determinada relação com a “Real Academia Española” que, também como vimos, já estava posta no DEU. Esta, como teremos ocasião de ir observando, será fundamental para o funcionamento dessa fundação.

Passamos agora ao capítulo 2, no qual trataremos, justamente, da constituição desta fundação e nos aproximaremos do dispositivo por ela criado para regular a língua dos meios de comunicação.

CAPÍTULO 2

FUNDÉU BBVA: UM AGENTE REGULADOR DO ESPANHOL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Neste capítulo nos propomos a compreender como a “Fundación del Español Urgente” (Fundéu BBVA), criada a partir do “Departamento de español urgente” (DEU) da agência de notícias EFE, constrói seu lugar como regulador do espanhol dos meios de comunicação e, para tanto, produz um dispositivo. Dividiremos esta parte de nosso trabalho em dois itens: no primeiro, buscaremos compreender as relações que se tecem entre as instituições que fazem parte da constituição dessa fundação (“Agencia EFE” e BBVA) ou que a ela se vinculam, como o caso da “Real Academia Española” (RAE). Este movimento nos exigirá retomar aspectos já presentes no funcionamento do DEU, departamento que instaura modalidades de regulação e, inclusive, produz instrumentos linguísticos relevantes na retomada que desse trabalho fará a fundação. Em seguida, no segundo item, procuraremos entender de que maneira essa regulação é feita, como ela ultrapassa o âmbito da mídia e chega ao grande público e, por fim, ajustando ainda mais o nosso foco, nos concentraremos em compreender como essa regulação se materializa no site da fundação.

Para tanto, recorreremos aos estudos de alguns autores do campo da Análise do Discurso, especialmente os de Pêcheux ([1969] 1993), [1988] 2009), Orlandi (2001), Authier-Revuz (1990), Medeiros (2015), Brianezi (2014), Celada, Costa e Brianezi (2015) – alguns deles na aliança com a “História das ideias linguísticas” – e Baronas (2003); do campo da glotopolítica, na maioria casos, em diálogo com a Análise do Discurso: Arnoux ([2006] 2009), 2015a, 2015b e 2017), Arnoux, Blanco e di Stefano (1999), Bonnin e Lauria (2015), Del Valle (2007, 2011), Fanjul (2011), Lauria e García (2009), bem como a obra de Auroux ([1992] 2009), do campo da História das Ideias Linguísticas. Mobilizaremos também trabalhos da área dos Estudos da linguagem como os de Guimarães (2002, 2009), voltados para a Semântica da enunciação, e os de Senz (2011), linguista que aborda questões de política de línguas⁴³. Tal como fizemos no capítulo 1, também recortaremos fragmentos dos relatos e das interpretações formuladas por Gómez Font (1997, 2005, 2009) e por

⁴³ Recorreremos, pontualmente, aos trabalhos de Genette (2009) e Alvarado (2009), para abordar o conceito de paratexto.

Olmos (1997), referentes ao trabalho da Fundéu BBVA e, também, da agência EFE. Por fim, cabe destacar que, neste capítulo, abordaremos registros presentes no site da Fundéu⁴⁴, especialmente os documentos publicados em sua página, disponíveis no item “Quiénes somos”, subitem *Memoria anual*⁴⁵ e, ainda, ao *Libro del estilo urgente* (2011) publicado pela “Agencia EFE”.

1. Filiações, articulações e constituição

De acordo com o que consta em sua página oficial, a “Fundación del Español Urgente” (Fundéu BBVA) é uma instituição sem fins lucrativos, criada em fevereiro de 2005, fruto de um acordo entre a “Agencia EFE” e o “Banco Bilbao Vizcaya Argentaria” (BBVA)⁴⁶, que trabalha assessorada pela “RAE” e tem como principal objetivo “impulsar el buen uso del español en los medios de comunicación”⁴⁷.

Atualmente a agência EFE, de acordo com registros presentes em seu site, é uma empresa pública cuja titularidade corresponde à “Sociedad Estatal de Participaciones Industriales” (SEPI) – “una entidad de Derecho Público, cuyas actividades se ajustan al ordenamiento jurídico privado, adscrita al Ministerio de Hacienda y Función Pública, con dependencia directa del ministro”. A agência conta, atualmente, com mais de três mil profissionais de 60 nacionalidades, que trabalham em mais de 180 cidades de 120 países e com quatro ilhas de edição: duas delas em espanhol (Madri, Miami), uma em árabe (Cairo) e outra em português (Rio de Janeiro)⁴⁸. Além disso, é uma das colaboradoras do projeto “Marca España”, uma política de Estado cujo objetivo é melhorar a imagem do país não apenas no exterior, mas também no interior do seu território:

Marca España es una política de Estado, cuya eficacia reside en el largo plazo. Su objetivo es mejorar la imagen de nuestro país, tanto en el interior como más allá de nuestras fronteras. El Real Decreto 998/2012, de 28 de junio, creó la figura del Alto Comisionado del

⁴⁴ <http://www.fundeu.es> <acesso em 12/03/16>.

⁴⁵ Desde a sua criação, em 2005, a Fundéu publica suas memórias, anualmente, em seu site <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>. Elas parecem funcionar como uma espécie de relatório das realizações da fundação.

⁴⁶ Segundo aparece em seu site <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/patrocinadores/> <acesso em 25/08/2017> no início do ano de 2017 a Fundéu ganha mais um patrocinador: soma-se à agência EFE e ao banco BBVA, patrocinadores da fundação desde a sua criação em 2005, a Prodigioso Volcán, uma empresa dedicada a projetos de transformação digital e comunicação.

⁴⁷ <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/quienes-somos/> <acesso em 23/09/2017>.

⁴⁸ <http://www.efe.com/efe/espana/queesefe/presentacion/14001> <acesso em 12/03/16>.

Gobierno para la Marca España, a quien compete la planificación, el impulso y la gestión coordinada de las actuaciones de todos los organismos públicos y privados encaminadas a la promoción de la imagen de España⁴⁹.

É preciso dizer ainda que interpretamos que o ato de “promover a imagem do país” implica a possibilidade de “lidar de modo pragmático” com as contradições de uma história complexa e que em boa parte tem a ver com o lugar da Espanha na Europa, tal como foi observado em alguns momentos do capítulo 1, como se essa complexidade fosse possível de estabilização lógica (cf. PÊCHEUX, [1988], 1990).

Da sua parte, o banco BBVA se apresenta em sua página como um grupo financeiro global fundado em 1857 que oferece serviços em mais de trinta países, com uma sólida posição de liderança no mercado espanhol, sendo a maior instituição financeira do México e contando com franquias líderes na América do Sul e na região “Sunbelt” dos Estados Unidos, tendo uma presença relevante também na Turquia (através de investimentos estratégicos no Garanti Bank) e operando com uma ampla rede de escritórios no mundo⁵⁰.

Já a RAE que, como já registramos, atua como reguladora da língua espanhola desde o século XVIII, conta com duas sedes em Madrid, o Edifício Institucional e o Centro de Estudos da RAE e da “Asociación de Academias de la Lengua Española” (ASALE). Segundo consta em seu site, para realizar suas atividades e desenvolver suas obras e projetos, recebe contribuições de procedência pública e privada⁵¹. Atualmente, lidera – como veremos oportunamente, ainda neste capítulo – a “Nueva Política Lingüística Panhispánica”.

Essas três instituições (a Fundéu, o BBVA e a RAE) constituem o “Patronato de la Fundéu”, que hoje tem como presidente o diretor da RAE, Darío Villanueva e como vice-presidentes o presidente da “Agencia EFE”, José Antonio Vera, e o diretor de

⁴⁹ Cf. <http://marcaespana.es/que-es-marca-espa%C3%B1a> <acesso em 17/09/17>.

⁵⁰ Disponível em <<https://www.bbva.com/es/informacion-corporativa/acerca-del-grupo/>> <acesso em 23/09/2017>.

⁵¹ Segundo consta no site dessa instituição:

Tanto el Gobierno de España, a través de las partidas asignadas en los Presupuestos Generales del Estado, como diferentes instituciones públicas y privadas, contribuyen al mantenimiento de la corporación, fundada en 1713 con el ánimo de servir a la lengua española y a los millones de hispanohablantes que la comparten en todo el mundo. Ya en la década de los ochenta del siglo XX se creó la Asociación de Amigos de la Academia, precedente de la Fundación pro-RAE, constituida en 1993 y que es la encargada, desde entonces, de canalizar las ayudas necesarias para el buen funcionamiento de la institución. Cf. <http://www.rae.es/la-institucion/presentacion/patrocinios> <acesso em 23/09/2017>.

comunicação do BBVA, Paul G. Tobin. A presidência executiva corresponde ao diretor da própria RAE e a gestão ao seu diretor geral, Joaquín Müller-Thyssen⁵².

Neste ponto, vamos nos concentrar em determinar o que caracteriza o vínculo Fundéu-BBVA, para depois trabalhar com a relação entre eles e a RAE. É importante esclarecer que, em ambos casos, esses vínculos não se dão de forma independente, ao contrário, eles acontecem simultaneamente e atravessados pelos interesses projetados pela “Nueva Política Lingüística Panhispánica” (doravante NPLP), liderada primordialmente pela RAE, como veremos.

A confluência EFE - BBVA

Com relação à parceria EFE-BBVA, conforme os registros da página da Fundéu, ambas organizações (“Agencia EFE” e BBVA) coincidiam “en que el español es un valor en alza, sobre cuyo desarrollo **los medios de comunicación** tienen una gran **responsabilidad**” (grifos nossos). Como vimos no capítulo 1, essa “responsabilidade” para com o “desenvolvimento do espanhol” atribuída aos meios de comunicação já era uma preocupação manifestada pela EFE, agência que – como sabemos – criou o DEU. Nesse sentido, vale retomar o processo de constituição da Fundéu BBVA – que deriva do funcionamento dessa agência – e recuperar as observações de Olmos (1997), em parte já citadas no capítulo 1 –, que apontava como uma das principais “missões” desta a preservação do idioma e a manutenção da sua unidade:

Desde que, em 1966, la Agencia Efe se lanzó a su **aventura iberoamericana**, siempre ha tenido bien claro que una de sus más importantes misiones era la de colaborar en la preservación del idioma español y el mantenimiento de su unidad a **ambos lados del Atlántico** (ibid., p. 696, grifos nossos).

A criação do DEU e, posteriormente, da Fundéu parecem entrar em clara relação com tais objetivos. A partir da leitura da *Memoria Anual* da Fundéu⁵³ relativa ao ano de 2005 pinçamos, na seção *Presentación*, um fragmento do histórico projetado por García de la Concha quem, naquele momento, acumulava os cargos de diretor da

⁵² <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/quienes-somos/> <acesso em 12/03/16>.

⁵³ <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/17>.

Lembramos que o conteúdo completo da *Memoria Anual 2005* está no Anexo A (que inclui todas as edições da *Memoria Anual* entre 2005-2016) que se encontra, como já antecipamos na Introdução desta dissertação, no CD colocado no encarte da contracapa da versão impressa.

RAE, presidente da “Asociación de Academias de la Lengua Española” (ASALE) e presidente da Fundéu. Na seguinte sequência, o sujeito do discurso, face a essa transição DEU-Fundéu e afetado por uma “rememoração”, retoma os propósitos da criação do departamento:

Nacía con el propósito de **ofrecer a los medios de comunicación una orientación autorizada sobre problemas lingüísticos emergentes: cómo traslitterar un topónimo de un remoto lugar de Siberia** en que acaba de producirse una noticia de una catástrofe o **el nombre de un personaje que de cualquier tribu africana salta a la primera página de un periódico**, o en fin, y por no alargar la lista, **qué actitud adoptar ante un anglicismo avasallador** o un neologismo puesto de moda (grifos nossos)⁵⁴.

Ao enunciar esse objetivo que parece apresentar-se como central – o de oferecer uma orientação “autorizada” aos meios –, não podemos deixar de observar os efeitos de sentido produzidos pela mobilização de fragmentos como “remoto lugar da Siberia” e “el nombre de un personaje que de cualquier tribu africana **salta a la primera página** de un periódico” que materializam o modo como o sujeito do discurso significa “essas ameaças” para a língua e que atinge uma clara expressão no sintagma “anglicismo avassalador”. “Saltar” (no sentido de “salvar espaços ou distâncias”) de lugares distantes ou remotos e se fazer presente no jornal em língua espanhola parece falar sobre uma relação com o novo (“problemas lingüísticos **emergentes**”), com o que “vem de fora”, em soma, com “a alteridade” que deve ser filtrada, regulada⁵⁵. Vale esclarecer que estamos parafraseando o primeiro enunciado definidor do item lexical “saltar” e parte dos enunciados definidores, primeira e segunda acepção, do item lexical “emergentes”⁵⁶, presentes na 22ª edição do *Diccionario de la lengua Española* (RAE, 2001), doravante *DLE*, vigente na época da Memória que citamos da Fundéu, pensando no fato de que ele é um instrumento linguístico (AUROUX, 1992) elaborado pela instituição que assessora a Fundéu; nesse sentido, nosso movimento é o de colocar apenas em relação de sentidos – mediante o procedimento do interdiscurso (PÊCHEUX, [1988] 2009) – a sequência que abordamos com o enunciado definidor do respectivo verbete.

⁵⁴ García de la Concha, *Memoria Anual 2005*, p. 9, disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

⁵⁵ Ibid. <acesso em 10/09/16>.

⁵⁶ Disponível em <http://lema.rae.es/drae2001/> <acesso em 10/09/16>.

Também chama a nossa atenção um esclarecimento realizado pelo próprio García de la Concha na sequência de sua rememoração ao referir-se ao trabalho que se pretendia com relação à língua: “Es obvio que no se pensaba únicamente en los medios de comunicación. A través de ellos se pretendía, naturalmente, promover el correcto uso del idioma”⁵⁷. Vemos aqui anunciar-se um objetivo que marca que o destinatário alvo superava o âmbito delimitado pelos meios de comunicação – algo que parecerá cumprir-se, em alguma medida, quando o *Manual de español urgente* passar a ser vendido ao público em geral e, posteriormente, com o funcionamento do site da fundação.

Na *Memoria Anual* do mesmo ano temos também o relato de Müller-Thyssen, jornalista e também diretor da Fundeu na época, no qual aparece o sintagma “los peligros”, que recuperaria de modo genérico a referência dos vários “problemas lingüísticos emergentes” enumerados na sequência que mobilizamos anteriormente:

Confiábamos en que seríamos capaces de despertar el interés al menos de algunos de los grandes medios de comunicación españoles, que al igual que la agencia Efe, se enfrentan a diario a **los peligros** que los errores ortográficos, morfológicos, sintácticos o léxicos, los neologismos innecesarios o las traducciones incorrectas representan para el **idioma**, sobre todo cuando la prensa, la radio y la televisión les brindan una difusión masiva y con ello los expanden (grifos nossos)⁵⁸.

Vejamos aí que esse genérico aparece especificado, inclusive mediante termos metalinguísticos, no fragmento que sublinhamos.

Ao apresentar a busca de apoio para o projeto concebido pela fundação, vemos estabelecer-se um paralelismo entre os interesses da agência EFE e dos outros meios de comunicação dentro de um processo de interpelação que vai instaurando determinados sentidos e convocando cada vez mais identificações por parte dos sujeitos falantes a respeito da necessidade de defesa do “idioma”, sobretudo no que se refere a evitar a difusão do que é visto como “peligro”. Vemos de modo muito claro como se tece aí a necessidade de uma intervenção no espaço público da linguagem (e especificamente de uma de suas modalidades de existência⁵⁹: a língua espanhola),

⁵⁷ García de la Concha, *Memoria Anual 2005*, p. 9, disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

⁵⁸ Müller-Thyssen, *Memoria Anual 2005*, p. 11, disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

⁵⁹ Cf. MILNER (2012).

gesto este que vai se apresentando para o sujeito do discurso como algo necessário e natural.

Esse modo de significar a língua e o trabalho que se projeta para a fundação aparecem alinhados ao que Ayuso Canals, jornalista e diretor de comunicação e imagem do BBVA, expõe, ainda na *Memoria anual 2005*, sobre os interesses do banco no projeto da fundação:

Cuando BBVA decidió iniciar su expansión internacional, hace poco más de diez años, tuvo muy claro cuál debería ser el área geográfica en donde crecer: **Iberoamérica**. ¿Por qué? La respuesta es muy sencilla: por la lengua que compartimos, el español. Un idioma que ha jalonado la historia, la cultura y los valores comunes de **España y América Latina**.

Esa es, probablemente, la razón por la que nuestro Grupo aceptó la invitación de la Agencia Efe a participar en la creación de la Fundación del Español Urgente (Fundéu). Un gran proyecto que cumple ahora su primer año de vida y que aspira a ser un referente en la defensa de la mejor utilización del español en los medios de comunicación de **España y América Latina** (grifos nossos)⁶⁰.

Vale observar os deslizamentos no modo de significar os espaços: anteriormente, na sequência citada no trabalho de Olmos (1997) se faz referência à ampliação dos serviços da agência EFE como “aventura iberoamericana”, e agora, no relato de Ayuso Canals, coloca-se “Iberoamérica” como alvo da expansão do banco, incluindo, portanto, em ambos os casos, aos países da América que têm como língua oficial o espanhol ou o português. Ainda no mesmo relato de Ayuso Canals, num determinado momento esse espaço fica ampliado e é ressignificado como “América Latina”, designação já presente no discurso que projetava a expansão da “Agencia EFE”, abordado no capítulo 1. Faz-se necessário, ainda, para melhor compreender essas observações, coloca-las em relação com o que, segundo Senz (2011, p. 181), Casilda Béjar observa:

contando con el apoyo político del Estado un reducido grupo de empresas españolas que acababan de salir de un proceso de privatización como Endesa (electricidad), Repsol (petróleo y gas), o que estaban a las puertas de privatizarse, como Telefónica (telecomunicaciones) e Iberia (transporte aéreo), junto con los grupos bancarios Santander y BBVA, apostaron por una estrategia de inversiones directas, en América que les permitiera liderar sus respectivos sectores de actividad. (a obra citada por Senz é CASILDA

⁶⁰ Ayuso Canals, *Memoria Anual 2005*, p. 12, disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

BÉJAR, R. **La gran apuesta**. Globalización y multinacionales en América Latina. Análisis de los protagonistas. Barcelona: Granica, 2008, pp. 17-50).

Esse contexto nos permite compreender a resposta dada à pergunta colocada pelo próprio diretor de comunicação e imagem do BBVA: “¿Por qué [Iberoamérica]?”, resposta essa, que materializa sentidos pré-construídos (PÊCHEUX, [1988] 2009, p. 89) que se apresentam como óbvios, como pensados já em outro lugar: uma “língua compartilhada”, um idioma que se designa como tendo marcado (“jalonado”) valores comuns a Espanha e aos países da América Latina. De fato, vemos operar aqui, por parte desse sujeito do discurso, uma forte identificação com sentidos preponderantes em uma formação discursiva (PÊCHEUX, [1988] 2009, p. 147) na qual a língua espanhola é significada a partir de uma linha que vincula colonização e regulação.

Imediatamente nessa textualidade, a língua – designada como “nuestra lengua” – passa a ser significada como um ativo econômico, expressão bem regular nesse discurso, como veremos e como já vimos no capítulo 1 quando ela era comparada ao petróleo:

BBVA se siente comprometido con la defensa de nuestra lengua⁶¹. El español es un importante activo, espiritual y material, en los nuevos tiempos de cambios profundos, marcados por la aceleración tecnológica y la globalización económica y cultural.

Vejamos como imediatamente depois os sentidos de ativo espiritual e material são especificados pelo próprio sujeito do discurso:

Es un activo espiritual, porque aporta nuestra cultura, nuestra historia y nuestros valores a ese proceso de cambio hacia un mundo más global. Y es un activo material, de valor incalculable, como vehículo de crecimiento internacional de las empresas españolas (grifos nossos)⁶².

⁶¹ Pode parecer estranho ao leitor entrar em contato com uma fala como esta produzida por um funcionário de um banco (e não por uma academia da língua), inclusive, nesse forte tom de identificação com o próprio dizer. Além de lembrarmos que, como acabamos de antecipar, essa perspectiva já estava, de alguma forma, presente no discurso abordado no capítulo 1 – naquela ocasião, produzida a partir do lugar de um funcionário da EFE –, cabe observar que esse estranhamento se diluirá quando abordarmos alguns aspectos do funcionamento da *Nueva Política Lingüística Panhispánica* (ASALE Y RAE, 2004).

⁶² Ayuso Canals, *Memoria Anual 2005*, p. 12, disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>, grifos nossos.

Parece-nos pertinente colocar esse modo de significar a língua em relação com o funcionamento das políticas de língua que Arnoux (no prelo) designa como sendo de “área idiomática” – designação baseada na terminologia de Calvet ⁶³, segundo a qual as políticas de línguas maiores e super centrais europeias, na etapa da construção de uma economia mundo planetária, se estendem em áreas idiomáticas integradas pelos Estados nos quais se tem, em geral, a categoria de oficiais. Arnoux (ibid.) observa que nesses espaços definidos linguisticamente (como a Francofonia e a Lusofonia, por exemplo) tomam-se decisões que envolvem e afetam a seus membros neste campo específico, mas que podem facilmente deslocar-se a outros terrenos (ibid.). Ainda segundo a autora (ibid.), a convicção sobre os benefícios económicos gerados aos países que encabeçam a área parece ser o seu motor e, nesse sentido, tais políticas, em tais espaços, colocam em jogo discursos sobre a língua “compartilhada” e, assim, consolidam as identidades “apelando, en algunas ocasiones, a emociones surgidas en el marco de desarrollo de los Estados nacionales como se muestra en algunas expresiones”.

Na sequência o sujeito do discurso convoca determinados dados de um período da história e significa a língua inglesa de modo bastante específico, deixando marcas de se alinhar a tais sentidos:

El mundo de los negocios ha estado dominado, desde prácticamente la revolución industrial, por el inglés, un idioma sobre el que han girado los grandes movimientos económicos. El Reino Unido, al principio, y los Estados Unidos, posteriormente, han desempeñado un papel de impulsores del idioma inglés, que ha colonizado el lenguaje de la economía y de los negocios⁶⁴.

Cabe observar aqui que, segundo estudos realizados por Arnoux (ibid.) no marco da política linguística pan-hispânica que abordaremos ainda no presente item deste capítulo, percebe-se, ao longo do tempo, uma mudança nos modos de significar a língua inglesa:

Si bien, [...] cuando estaba todavía vigente en el imaginario la fórmula ‘limpia, fija y da esplendor’ [lema da RAE que predicou sobre seu próprio trabalho desde os primeiros anos de sua fundação] se la vio como amenazadora de la pureza del español, después se la erige

⁶³ A obra de Calvet citada pela autora é: **Por une écologie des langues du monde**. Paris: Plon, 1999.

⁶⁴ Ayuso Canals, *Memoria Anual* 2005, p. 12, disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

como ejemplar por sus avances planetarios y se naturaliza la pérdida de dominios en favor de ella, como los científicos y tecnológicos. Se piensa entonces en una posible complementariedad, que permitirá al español avanzar sobre el planeta en un terreno ya preparado (no prelo, p. 21).

No entanto, no fragmento abordado ainda parece prevalecer a primeira modalidade de relacionamento com a língua inglesa, de modo que possamos compreender a sequência na relação contraditória que traz no que se refere às relações entre línguas no espaço global, como uma expansão do adjetivo “avassalador”, que destacamos em uma sequência anterior – na qual aparecia como atributo de “anglicismo”, projetado como uma ameaça. E, se em todos os excertos destacados até este ponto são trazidos, de alguma forma, dizeres que remontam à necessidade de defesa da língua, vemos esses sentidos materializarem-se mais claramente na descrição das ações que se projetam como necessárias:

Por eso, es imprescindible defender, proteger el español, evitar que se deteriore o se fragmente, luchar contra los anglicismos y galicismos injustificados, combatir el mal uso del idioma... Defender, en definitiva, el valor del español como vehículo cultural y económico universal⁶⁵.

Assim, a explicativa na qual aparece o sintagma “Es imprescindible”, seguida de verbos no infinitivo – que conferem um tom impessoal à exortação – pertencentes a um campo semântico vinculado ao bélico, como “defender”, “proteger”, “evitar”, “luchar”, “combatir” criam uma rede de sentidos que aludem a uma verdadeira batalha.

Desse modo, através da fala de três de seus principais representantes, no documento no qual é apresentada a memória do primeiro ano de trabalho da Fundação, observamos como se projeta imaginariamente a língua e o gesto de intervenção para regulá-la, apresentando a Fundéu como sua “defensora” no âmbito dos meios de comunicação, que são vistos em uma clara aliança com empresas para as quais esse propósito é significado como um negócio.

Todos esses dizeres – de sujeitos que falam a partir de interesses econômicos para com a regulação da língua – e a própria união das instituições que compõem a Fundéu – uma agência de notícias e um banco, com o aval da RAE (uma instituição de grande tradição como agente regulador da língua) – podem ser melhor

⁶⁵ Ayuso Canals, *Memoria Anual 2005*, p. 12, disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

compreendidos se colocados em relação com a NPLP liderada, como já dissemos, fundamentalmente por essa academia.

A relação Fundéu BBVA - RAE

Atualmente o objetivo fundamental da RAE, conforme seus estatutos – vigentes desde 1993 –, é “velar por que la lengua española, en su continua adaptación a las necesidades de los hablantes, no quiebre su esencial unidad”, compromisso plasmado, como veremos, no documento que apresenta a “Nueva política lingüística panhispánica” (NPLP), compartilhada pelas vinte e duas corporações que fazem parte da “Asociación de Academias de la Lengua Española” (ASALE), criada no México em 1951, conforme registros do site da instituição⁶⁶.

Tal política teria uma orientação mais adequada à atualidade:

En nuestros días, las Academias, en una orientación más adecuada y también más realista⁶⁷, se han fijado como tarea común la de garantizar el mantenimiento de la unidad básica del idioma, que es, en definitiva, lo que permite hablar de la comunidad hispanohablante, haciendo compatible la unidad del idioma con el reconocimiento de sus variedades internas y de su evolución (ASALE Y RAE, 2004, p. 3).

Nesse sentido, segundo Arnoux (2015b, p. 40), essa nova política lingüística, apresentada no “Congreso de La Lengua de Rosario” em 2004 – e que teria começado a ser desenhada já em 1990 – embora conte com a participação das academias nacionais, por meio da ASALE, tem na RAE o seu principal agente:

La “unidad en la diversidad” constituye la fórmula que se asocia, de manera más o menos explícita, con la declarada gestión democrática de la lengua compartida. A esta gestión la garantiza en principio la participación de las academias nacionales, aunque España siga teniendo una posición dominante en la política lingüística de área idiomática (ibid., p. 40-41).

De acordo com Senz (2011), essa necessidade de atualização que culminou na

⁶⁶ <http://www.rae.es/la-institucion/historia/origenes> <acesso em 29/08/2017>.

⁶⁷ Nesse momento do documento, se faz referência à política anterior da RAE, que é justamente objeto de “reformulação” ou de renovação e que encontrava sua expressão no lema ao qual fizemos referência em nota: “Limpia, fija y da esplendor” – o qual, como já dissemos, predicava sobre o fazer dessa instituição.

adoção de uma nova orientação se fez sentir com as mudanças pelas quais passava a sociedade espanhola no final do século XX, às quais já nos referimos anteriormente, e que, de acordo com a autora, tornavam as publicações da RAE incompatíveis com a nova mentalidade que se moldava⁶⁸:

España se había incorporado al fin al tren de la tecnología, de la alfabetización y de la economía capitalista, asimilaba las revoluciones sociales que habían difuminado las diferencias entre sexos y clases sociales, dejaba atrás el peso de la moral católica y emergía de décadas de aislamiento político y cultural. Entretanto, la ortografía académica seguía confinada a los límites de lo manuscrito y de las necesidades escolares básicas; la gramática – aún oficialmente no renovada desde 1931 – estaba doctrinalmente obsoleta, y el diccionario normativo respondía a una metodología lexicográfica caduca y seguía reflejando una visión de la sociedad, la moral y el idioma completamente trasnochada (ibid., p. 220).

Lauría e García (2009) atentam para o fato do movimento de renovação, impulsionado pelo contexto de globalização econômica e de integrações regionais, incidir inclusive no lema orientador da academia:

El contexto de globalización económica y de las integraciones regionales impulsó la renovación de los instrumentos lingüísticos académicos. Esta renovación vino de la mano de un cambio en el lema orientador que fuera capaz de representar con fuerza el estatuto de lengua internacional del español. El viejo lema “Limpia, fija y da esplendor” se reformuló primero en “Unifica, limpia y fija” (1999) para dar lugar en los últimos años al de “Unidad en la diversidad [...]” (ibid., p. 84).

Com relação a tais mudanças, Del Valle (2007) afirma que desde 1990 a RAE busca livrar-se de alguns estigmas, ciente da importância da sua imagem para manutenção de sua autoridade e nesse contexto é elaborada a NPLP. Vejamos suas observações:

Como toda institución que tiene responsabilidades normativas, la RAE tiene que mantenerse atenta a sus fuentes de legitimidad y de hecho sus representantes son profundamente conscientes del impacto que

⁶⁸ De acordo com os registros presentes no já mencionado documento sobre a NPLP “las funciones atribuidas tradicionalmente a las Academias de la Lengua consistían en la elaboración, difusión y actualización de los tres grandes códigos normativos en los que se concentra la esencia y el funcionamiento de cualquier lengua y que aseguran su unidad: la *Ortografía*, el *Diccionario* y la *Gramática*” (ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA Y REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2014, p. 3). Podemos vincular esse trabalho ao “espírito” expresso no lema que predicava sobre o fazer acadêmico e que retomamos, aqui, mais uma vez: “Limpia, fija y da esplendor”.

su imagen pública pueda tener sobre su autoridad. Y por eso, desde los años noventa, se han dado los pasos oportunos para librarse de los clásicos estigmas del conservadurismo, elitismo y eurocentrismo. Ya vimos que frente a la vieja acusación de purismo conservador la Academia dice ahora abrazar la variación y el cambio e insiste en su modernidad y compromiso con el progreso tecnológico (ibid., p. 80).

As mudanças advindas da nova etapa da economia mundial, do mesmo modo que impulsionaram o processo de renovação acadêmica, também se relacionam ao processo de constituição da Fundéu BBVA, nesse caso, por dois motivos principais, a saber: primeiro, pelo interesse que começa a ser assumido por parte das empresas com relação a questões relativas à língua, como foi possível ver na fala de Ayuso Canals, representante do BBVA, ao expor o projeto do banco e o desejo de expansão e busca por novos mercados além dos limites de seu país de origem – no caso, a Espanha. Nesse discurso, o espanhol era projetado como “língua compartilhada” e como ativo espiritual e material. O segundo motivo tem a ver com o avanço tecnológico que impactou os meios de comunicação, como observa Senz (2011, p. 172), sobretudo com o encurtamento das distâncias possibilitado pela internet: “el desarrollo de la microtecnología, de las telecomunicaciones, de las vías de comunicación y medios de transporte mundiales y, ya a finales de siglo, de Internet ha dado pie a un mundo cada vez más ampliamente interconectado”. Como resultado temos o barateamento dos custos de mobilidade e comunicação, possibilitando o aumento do fluxo de informação e trocas culturais, ampliando, consequentemente, o alcance desses veículos midiáticos em troca da perda do controle até então exercido pelos Estados nacionais. Vejamos, nesse sentido, as afirmações da autora:

A resultas de todo ello, los costes de la movilidad y de la comunicación se han reducido lo bastante para permitir un inédito aumento de los flujos de capital, de población, de información y de intercambio cultural, y los Estados nación han visto seriamente amenazado el control de su futuro y mantenimiento de su identidad (ibid., p. 172).

O aumento do “fluxo de informação e de trocas culturais”⁶⁹, sentido como uma ameaça ao controle e manutenção das identidades dos Estados nacionais⁷⁰, parece afetar os

⁶⁹ Este, como vimos no capítulo 1, já vinha acontecendo desde meados do século passado.

⁷⁰ Cabe observar que, no meio de um discurso que se refere às transformações tecnológicas como algo que implica “avanço” e “progresso”, esta aparece, em alguns casos, como uma espécie de “reação adversa”.

meios de comunicação com relação à língua espanhola, tal como observa Arnoux ao analisar a trajetória dos manuais de estilo:

hay que considerar que el proceso de globalización ha incidido, primero, en la preocupación – común por parte de medios de diferentes países del mundo hispánico y de las agencias de prensa cuyos servicios informativos tienen ese alcance – por elaborar normas frente a lo que se visualizaba como un **vacío normativo de las instituciones que debían regular el área lingüística** en un momento en el que se temía la invasión de términos extranjeros y construcciones que afectarían la lengua. Luego, en los años noventa, es lo que impulsó el apoyo que brindaron los medios a la Real Academia Española y al Instituto Cervantes⁷¹ para que elaboraran instrumentos lingüísticos que abarcaran el área idiomática y permitieran adoptar criterios comunes (2015a, p. 141, grifos nossos).

Em meio justamente a essas condições de produção, marcadas pelo que Arnoux (2015a) designa mediante a expressão “vazio normativo” no que se refere à regulação da língua nos meios de comunicação, o DEU⁷² começa a publicar seus instrumentos lingüísticos que, a partir de 2005, vinculam-se à Fundéu BBVA⁷³. Na perspectiva de Senz, a criação desta fundação proporciona um alcance maior aos objetivos do antigo DEU:

La **misión** que la nueva fundación se propuso en sus inicios y en la cual persiste es la misma que la que tenía el DEU, pero con mayor alcance: la **unidad y defensa idiomática y la uniformización y fijación del castellano en los medios en español de América Latina, Estados Unidos y España** (2011, p. 251, grifos da autora).

Dessa forma, tal “missão”, que teve início com a prestação de serviços da EFE, foi ganhando espaço na agência, que criou setores cada vez mais especializados buscando regular o espanhol no espaço da comunicação, perpetuando a imagem de língua frágil, ameaçada e que precisava ser defendida, e fazendo ressoar – ainda em 2005 – o “temor da fragmentação”, tal como enunciado em outras épocas: no século

⁷¹ Já registramos na Introdução desta dissertação que o “Instituto Cervantes” depende do “Ministerio de Asuntos Exteriores” de Espanha e foi criado pelo governo desse país em 1991 “para promover, ensinar espanhol e divulgar a cultura da Espanha e dos países hispanofalantes”, segundo consta no site desta instituição: <http://saopaulo.cervantes.es/br/default.shtm> <acesso em 20/08/2016>.

⁷² Lembramos que a sigla refere a: “Departamento de español urgente”, da agência EFE.

⁷³ Como vimos no Capítulo 1, de acordo com Gómez Font (2009, p. 226), o DEU publicou o MEU até sua décima sétima edição e, segundo consta na memória anual da Fundéu, a fundação deu continuidade à publicação do manual, cuja edição mais recente data de 2015. <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

XIX, especialmente, após as guerras de independência americanas⁷⁴. Nesse sentido, cabe trazer a observação feita por Del Valle:

El siglo diecinueve, tras las guerras de independencia americanas (libradas mayormente en la segunda década) – será testigo de tensas negociaciones sobre el devenir de la lengua (¿se fragmentará o no?), sobre su status simbólico (¿representa o no una única cultura panhispánica?) y sobre las fuentes de autoridad sobre su gestión (¿es sostenible un dispositivo institucional que gravite en torno a la Real Academia Española?) (2011, p. 467).

O autor coloca aqui três questões que passam pelo temor de fragmentação, pelo valor da unidade da língua e pela subordinação à norma produzida na Espanha – aspectos que, em determinados momentos, se cruzam. Nesse sentido, nos parece relevante trazer as observações que Lara (2013) – importante lexicógrafo em língua espanhola – formula em sua *Historia Mínima de la lengua española*. Segundo o autor (ibid.), com a independência dos países americanos em relação à Espanha, o futuro do espanhol acabou sendo colocado em questão por muitos intelectuais que se perguntavam se tal processo não deveria se completar com uma “língua própria”, que não fosse a da metrópole. Ainda de acordo com o lexicógrafo (ibid.), na contramão desse pensamento estava o venezuelano Andrés Bello, que via na unidade um novo valor, embora não se opusesse à variedade e riqueza do espanhol, e soube conciliar em sua *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* o valor da unidade da língua, com respeito à realidade da diversidade hispânica e à liberdade para expressar-se. Nesse sentido, cabe citar também as observações de Fanjul (2011) acerca do pensamento do estudioso, que realmente não correspondia a qualquer subordinação à norma da Espanha, ao contrário: “antecipa-se, em Bello, a percepção e legitimação de uma padronização policêntrica apoiada nos usos de prestígio local” (ibid., p. 312). Assim, vemos que as observações de ambos autores a respeito do caso específico de Bello, uma figura proeminente no campo dos estudos da linguagem na primeira metade do século XIX e, também, no campo da política, nos permitem ter uma ideia das complexas relações que se teciam, no plano da língua, entre os novos países que iam ganhando sua independência política e a Espanha.

⁷⁴ Pensemos que o lema da nova política panhispânica é “unidad na diversidad” e que “fragmentación” é um significante que entra em clara tensão com “unidad”.

No entanto, ainda segundo Lara, o temor da fragmentação, rapidamente assimilado, deu margem a interpretações que conduziram a gestos autoritários em relação à língua espanhola:

Conservar la unidad del español se convirtió, desde entonces, en un interés compartido por la mayor parte de los hispanohablantes; pero también desde entonces, toda diferencia dialectal en el amplio mundo hispanohablante se considera bajo esa lente, no como riqueza, sino como peligro de fragmentación lingüística, lo que da lugar a permanentes intentos por conservar la unidad y controlar la evolución del español mediante las academias de la lengua y sus tentaciones autoritarias (ibid., p. 435-436).

A apresentação de certos aspectos que filiam historicamente a “ameaça ao valor de unidade da língua” que aparece na manifestação de preocupação dos meios de comunicação nos permite trazer as condições de produção do que interpretamos como uma “injunção a regular” a língua nesses meios e a criação da Fundéu, em 2005, fundação que parece tomar para si esse trabalho – ou, para recuperar o significativo mobilizado no discurso que abordamos (OLMOS, 1997), que implica uma singular interpretação por parte do jornalista, essa “missão”. Nesse sentido, o de ampliar nossa compreensão das condições de produção dessa criação, retomamos nosso intuito de conhecer melhor o vínculo entre a fundação e a RAE. Isto nos permitirá mobilizar aspectos que também nos possibilitarão abordar a referida “injunção a regular a língua”, bem como o modo como esta se dá.

Poderíamos começar por observar que esse vínculo parece relacionar-se com esse período de necessária atualização pelo qual passa a academia ou academias (RAE e ASALE), do qual vínhamos falando. De acordo com Senz (2011, p. 239), esse processo de renovação acadêmica tinha como um dos objetivos “recuperar la influencia sobre el mundo educativo y establecer vínculos con los medios de comunicación en español que permitieran instituir en sus libros de estilo un predominio de los criterios académicos” – influencia à qual, segundo a autora, os meios de comunicação se mostraram mais permeáveis. Nesse sentido, para ilustrar a recuperação dessa influência, Senz cita a criação do DEU que, como vimos no capítulo 1, já contava com a participação de filólogos da RAE e, também, o que considera os dois “marcos principais” de sua atuação: i. O projeto de criação de uma “Fundación para la Defensa de la Lengua Española” – o que, de acordo com a autora

se realizaria, em certa medida, em 2005, com a criação da Fundéu BBVA; ii. O projeto de produção de um manual de redação jornalística de referência para todos os meios (ibid., p. 243-244)⁷⁵.

Com relação ao projeto do manual único, Gómez Font (2009, p. 230) atribui a sua origem ao “I Congreso Internacional de la Lengua Española” (CILE I, Zacatecas, 1997), embora observe que a ideia de um livro comum para todos os meios de comunicação em espanhol já tivesse sido mencionada em algumas ocasiões⁷⁶. Tal projeto teria sido anunciado por Gómez Font, filólogo do DEU na época e por Álex Grijelmo, jornalista e então responsável por *EL PAÍS: Libro de Estilo*, durante o evento (o já mencionado CILE I). Ainda segundo ele (1997), o “projeto Zacatecas”, como ficou conhecido, seria patrocinado pelo Instituto Cervantes convocando a adesão dos principais meios de comunicação do mundo hispanofalante e dos Estados Unidos⁷⁷ na criação de um manual comum a fim de “unificar criterios y evitar la dispersión y la fragmentación del español periodístico”, tal como observava na referida ocasião. No entanto, em texto apresentado nas “Novenas Jornadas Nacionales sobre Normativas del Idioma Español” Gómez Font (2005) relata que pouco tempo depois de iniciado o projeto fora cancelado:

El proyecto, gracias al patrocinio del Instituto Cervantes, se puso en marcha a finales de 1997, y se comenzaron a digitalizar todos los libros de estilo⁷⁸. Hubo varias reuniones de trabajo en la sede del instituto Cervantes, y, al cabo de poco más de un año, hubo órdenes de paralizar los trabajos. Tiempo después, tomó el relevo la Real Academia Española, con un proyecto parecido, el del Diccionario Panhispánico de Dudas (ibid., p. 9).

No entanto, o filólogo esclarece as diferenças que percebe entre esses dois projetos: no se trata exactamente de lo mismo, y el deseo de conseguir algún

⁷⁵ Segundo Gómez Font (2009), como veremos, este manual não teria se concretizado.

⁷⁶ Dentre outras, em congressos e seminários, e também quando o filólogo espanhol Lázaro Carreter fez seu discurso como diretor da RAE. Este último se encarregou, inclusive, de retomar a ideias nos prólogos dos manuais de estilo do jornal espanhol *Diario ABC* e da televisão espanhola *TVE*.

⁷⁷ Arnoux observa em um de seus estudos sobre a *Política Lingüística Panhispánica* que se postula uma “necesidad de la expansión de la lengua a lugares que se muestran propicios para ello y rentables económicamente” (no prelo, p. 8), preocupação que já pode ser sentida aqui com a ampliação dos espaços de regulação da língua, ao incluir os meios de comunicação dos Estados Unidos, tendo em vista o aumento de sua população hispana.

⁷⁸ Com relação à bibliografia reunida para a realização do Projeto Zacatecas, Gómez Font (2005) afirma tratar-se de 163 obras, entre dicionários, livros, atas de congressos sobre a língua, anotações de trabalho de alguns meios de comunicação, etc., sendo cerca de um terço de tais obras composto por manuais de estilo e normas de redação, destacando que metade deles era de alguns dos principais meios de comunicação americanos.

día un manual de estilo patrocinado por los principales medios de comunicación hispanohablantes sigue latente en muchos de los que nos dedicamos a estos menesteres de estudiar, analizar y aconsejar sobre el uso del español en la prensa (ibid., p. 9).

Ainda assim, de acordo com Senz (2011, p. 249), mesmo reconhecendo que o *Diccionario Panhispánico de Dudas*⁷⁹ (2005), idealizado pela RAE e ASALE, não atendia às demandas do antigo projeto, os representantes dos meios de comunicação, reunidos na apresentação do dicionário, se comprometem a incorporar em suas respectivas redações os critérios e normas propostos nesse dicionário.

Se um dos marcos de atuação do DEU, segundo Senz (ibid.), – o projeto de redigir um manual único – não pôde ser realizado naquele momento⁸⁰, o projeto da criação de uma “fundação para defesa da língua” parece, sim, concretizar-se com a criação da Fundéu BBVA em 2005, o que só ocorre, segundo a própria Senz (ibid., p. 250), quando Álex Grijelmo é nomeado diretor da agência EFE⁸¹.

Neste ponto de nosso trabalho, diante da série de aspectos expostos sobre a relação entre a Fundéu BBVA e a RAE – que nos deixa ver algumas especificidades, mas, sobretudo, nos permite reconhecer um claro movimento de alianças – poderíamos abordar observações realizadas por outros autores que nos permitirão caracterizar melhor a produtividade de tal confluência institucional.

Em primeiro lugar, julgamos pertinente considerar alguns aspectos relativos ao processo de regulação da língua espanhola e os agentes nele envolvidos. A esse respeito Lauria e García (2009) apontam o papel preponderante exercido pela RAE ao longo do tempo, instaurando uma memória que naturaliza esse lugar mesmo diante de uma proposta que consideraria a diversidade, como a norma pan-hispânica:

La necesidad de imponer las nociones de norma panhispánica, lengua común y español general está vinculada con la pretensión de construir un discurso igualador de formas lingüísticas diversas. Siendo la RAE la portadora centenaria del prestigio y la legitimidad y, por tanto, agente lógico de recolección, evaluación y procesamiento de la realidad lingüística, esa forma representativa del español común provendrá naturalmente de ese centro [...] (ibid., p. 84)

⁷⁹ Cabe ressaltar que o DPD (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA Y ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA. *Diccionario Panhispánico de Dudas*. Madrid: Santillana, 2005) faz parte do já citado projeto de renovação da academia regido pela *Nueva Política Lingüística Panhispánica* (ASALE Y RAE, 2004).

⁸⁰ De acordo com Gómez Font (2009, p. 233) um novo projeto foi sugerido, anos depois, também em um Congresso, no caso o “III Congreso Internacional de la Lengua Española” (III CILE, Rosario, 2004), e foi batizado Projeto Rosario, mas também não chegou a ser realizado.

⁸¹ Vale lembrar que Grijelmo havia sido um dos idealizadores do Projeto Zacatecas.

No entanto, as autoras atentam também para o fato de que, além de produzir instrumentos linguísticos, os agentes de standardização também precisam garantir sua aceitação por parte dos falantes, pois observam que eles – se referindo a “los Estados, ciertas agencias de política lingüística como las academias, entre otros” – exercem tal standardização “a través de la elaboración de otros instrumentos normativos, pero también mediante la búsqueda de adhesión por parte de los usuarios” (ibid, p. 66). Ainda segundo essas mesmas autoras (ibid., p. 66), um dos recursos capazes de gerar discursivamente essa adesão é “constituirse en un agente legitimado, portador de prestigio”. E, analisando especificamente o caso da RAE, ao descrever parte do processo que a manteve, por séculos, como principal autoridade linguística, citam (ibid., p. 67) como um dos exemplos de suas práticas persuasivas na atualidade, a atenção dada, pelos meios jornalísticos e oficiais à palavra da academia.

Arnoux (2015b) também traz uma consideração para compreendermos melhor a aliança entre Fundéu BBVA e RAE. Diz a autora (ibid., p. 41) que, no intuito de afirmar a política linguística pan-hispânica, esta última cria um dispositivo – coordenado juntamente com a “Asociación de Academias de la Lengua Española” (ASALE) e o Instituto Cervantes – cujas bases se assentariam nos seguintes pilares: os instrumentos linguísticos, os grandes corpus de referência, as estratégias de expansão do espanhol como língua estrangeira e os congressos da língua. Ainda segundo a autora, a Fundéu não estava alheia a este dispositivo institucional e, nesse sentido, ressalta o vínculo, de longa data, mantido com a RAE – vínculo este, retratado no documento referente às Memorias da Fundéu de 2005, por García de la Concha que comenta, em seu relato, a importância da sintonia entre tais instituições:

Al transformase el Departamento de Español Urgente en Fundación, pareció oportuno institucionalizar la colaboración de la Real Academia Española con la Agencia EFE a fin de aprovechar de modo más eficaz el trabajo conjunto que la Academia y la Asociación de Academias de la Lengua Española vienen desarrollando a favor de la unidad del idioma y que recientemente ha cristalizado en el *Diccionario panhispánico de dudas*. La participación de los académicos de la Española y del secretario general de la Asociación en el Consejo Asesor de Estilo de la Fundéu garantiza las sintonías con las posiciones académicas en materias discutidas, en tanto que la Presidencia del Patronato, vinculada al director de la Real Academia Española, presidente, a su vez, de la Asociación de Academias, trata de facilitar la extensión de la Fundéu en Hispanoamérica, en conexión con las Academias de cada uno de los países y en cercanía a sus medios de

comunicación⁸².

Assim, tendo em vista, de um lado, as observações realizadas por Lauria e Garcia (2009) a respeito do lugar e da tradição da RAE em termos de regulação da língua e de Arnoux (2015b) com relação a essa academia criar um “dispositivo institucional” e, por outro, a série de considerações realizadas ao longo deste item 1 a respeito da articulação entre a agência EFE e o banco BBVA, mediante a assessoria da RAE, podemos interpretar que a relação entre ela e a Fundéu BBVA está marcada por um vínculo cujo funcionamento interpretamos como um modo de legitimação do próprio lugar da fundação.

No entanto, quando pensamos na necessidade de renovação das academias (SENZ, 2011) que apresentamos acima, é possível dizer que essa aliança opera também no sentido de “resgatar” e favorecer a imagem da RAE como uma autoridade linguística. Além disso, esta ganha em termos de influir sobre um espaço – o do espanhol nos meios de comunicação – difícil de atingir.

Por fim, poderíamos acrescentar que a criação da Fundéu BBVA representa uma verdadeira confluência de interesses: de um Banco, de uma agência de notícias e da RAE – um real investimento no sentido de explorar a língua como ativo econômico. Cabe acrescentar que, mesmo que a fundação não tenha fins lucrativos (tal como consta em seu site⁸³), ela se perfila como capaz de construir um patrimônio simbólico que ajude a dar continuidade a objetivos em termos de regulação altamente rentáveis para as instituições que constituem a Fundéu BBVA e, também, garantir um caro desejo da RAE: ampliar claramente seu espaço de regulação.

Neste ponto, antes de passarmos para o item 2 deste capítulo, consideramos necessário ter uma primeira aproximação ao modo como a Fundéu BBVA projeta seu trabalho com a língua na atualidade. De acordo com o item *Qué hacemos* presente no seu site⁸⁴, a fundação atua em diversas frentes de trabalho, como podemos ver a seguir:

- **Publicamos diariamente recomendaciones lingüísticas** a partir del análisis de las noticias que aparecen en los medios de comunicación. Las difundimos en nuestra página web, a través de las

⁸² García de la Concha, *Memoria Anual 2005*, p. 9, disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

⁸³ Disponível em: <http://www.fundeu.es> <acesso em 12/03/16>.

⁸⁴ <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/cuales-son-sus-tareas/> <acesso em 12/03/2016>.

líneas de la Agencia EFE, las redes sociales y por correo electrónico de forma gratuita a todas las personas interesadas en recibirlas.

- **Respondemos a todo tipo de dudas sobre cuestiones lingüísticas** por correo electrónico, por teléfono y a través de las redes sociales.
- Administramos la **página web www.fundeu.es** que incluye recomendaciones, consultas y una selección de noticias y artículos relacionados con el español y su uso en los medios.
- Contamos con una **aplicación gratuita** para dispositivos móviles que pone al alcance de los usuarios todo el caudal de recomendaciones lingüísticas de la Fundéu BBVA y permite consultar al equipo cualquier duda relacionada con el idioma.
- Mantenemos **perfiles en [Twitter](#), [Facebook](#), [Google +](#), [Pinterest](#), [Vine](#), [Instagram](#)** y otros espacios de la web 2.0 para ofrecer nuestro servicio y mantener el contacto con los usuarios.
- Gestionamos la **[Wikilengua del español](#)**, un sitio abierto y participativo para compartir información práctica sobre la norma, el uso y el estilo del español.
- Organizamos y promovemos congresos, seminarios, cursos y talleres sobre cuestiones relativas al idioma español en los medios informativos. Entre ellos destaca el **Seminario Internacional de Lengua y Periodismo**, en colaboración con la Fundación San Millán, que se celebra anualmente desde 2005.
- Hemos elaborado un **manual para los nuevos medios**, recogido en la sección **[#EscribirenInternet](#)**, que ofrece consejos sobre las nuevas formas de comunicación en el mundo digital (medios y redes sociales, blogs, wikis, etc.) y que ha dado lugar a la publicación del libro *Escribir en internet. Guía para los nuevos medios y las redes sociales*.
- Elaboramos y difundimos en diferentes formatos recomendaciones y crónicas sobre el lenguaje futbolístico dentro de la **[Liga BBVA del Español Urgente](#)**.
- Moderamos la lista **[Apuntes](#)**, un foro en internet creado por la Fundéu BBVA como soporte para debates sobre temas lingüísticos.
- Editamos **libros especializados** sobre cuestiones de lenguaje. Los últimos hasta el momento son una nueva edición del *Manual de español urgente* y *El español más vivo: 300 recomendaciones para hablar y escribir bien*.
- Publicamos una **[memoria anual](#)** en la que se reflejan las actividades de la fundación en cada ejercicio y se recogen los principales errores lingüísticos detectados por la Fundéu BBVA en sus análisis de los medios de comunicación (grifos do original).

Estamos aqui diante de uma enumeração sobre a qual vale a pena introduzir algumas observações. Com relação a seu funcionamento, observa-se que quase todos os tópicos estão encabeçados por verbos que descrevem um “fazer com a língua” (sobre a língua) – *publicamos, respondemos, administramos, mantenemos, gestionamos, organizamos, promovemos, difundimos, moderamos e editamos* – em um movimento de reescrituração por “expansão enumerativa” (GUIMARÃES, 2009, p. 60), no qual os verbos apresentados como parte do “conjunto de afazeres” da

fundação “reescrevem” (cf. GUIMARÃES, 2002) o enumerador “*Qué hacemos*” submetendo-o a especificações (eventos, publicações, serviços de consulta, etc.) todas elas no sentido de dar conta de regular a língua. Podemos dizer que os tópicos da enumeração pontuam um movimento de acréscimo (ORLANDI, 2012, p. 125) que atestam a ilusão de completude com relação a esses gestos, de modo que, nessa sintaxe enumerativa, o trabalho de regulação da língua em sua totalidade se projete como algo possível de ser realizado, antecipando o corpo da língua como objeto passível de estabilização lógica (PÊCHEUX, [1988] 1990) tanto no que se refere à forma quanto aos sentidos e o próprio gesto regulador que se apresenta como natural e “necessário”.

Nesse sentido, cabe recuperar aqui algo que esteve muito presente neste item 1: o modo como a própria Fundeu BBVA se significa como instituição. Assim, em sua *Memoria Anual 2005*, aparece a antecipação dela mesma como “defensora da língua espanhola”. Este sentido também está presente na *Memoria anual 2016*, nas palavras de Müller-Thyssen:

El hecho de que nuestro servicio llegue a cientos de miles de usuarios y crezca y se expanda, tanto numérica como geográficamente, nos hace cada día más conscientes y más responsables, por tanto, del papel que jugamos en la defensa de nuestra lengua⁸⁵

Ao abordar a enumeração que consta hoje no site da fundação e que diz respeito a tudo o que ela faz com a finalidade de “regular a língua” é possível pensar que ela se projeta também como uma “gestora” a serviço dessa defesa.

Ainda a respeito dessa lista de ações, definidas pela própria fundação, gostaríamos de ressaltar que, em fragmentos tais como “todo tipo de dudas sobre cuestiones lingüísticas”, “cualquier duda relacionada al idioma”, a **dúvida** é significada como algo “natural” e “recorrente” e, a solução para ela é projetada como uma **urgência** (observe-se a presença do adjetivo correspondente no título de algumas produções) que pode ser resolvida através de qualquer canal de comunicação, “por correo electrónico, por teléfono y a través de las redes sociales”, “dispositivos móviles”. O significante “**recomendación**” também aparece reiteradas vezes nessa enumeração; de fato, este e os que acabamos de destacar (dúvida e urgência)

⁸⁵ Müller-Thyssen, *Memoria Anual 2016*, p. 2, disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>, grifos nossos).

permearão todo o item 2 deste capítulo, sendo chaves para a compreensão do modo como é realizado o trabalho de regulação da língua por parte da Fundéu BBVA.

2. Da redação às ruas e do manual ao site

Nosso intuito aqui é abordar, numa primeira aproximação, o site da Fundéu BBVA, criado no primeiro ano de existência da fundação (2005); no entanto, antes, nos deteremos na criação do *Manual de español urgente* (MEU) que, como antecipamos em vários momentos deste trabalho, foi o primeiro instrumento linguístico produzido – já com a assessoria de membros da RAE – pela agência EFE e que, posteriormente, com a extinção do “Departamento de español urgente” (DEU) passou a estar a cargo da Fundéu BBVA⁸⁶. Tal abordagem nos permitirá conhecer melhor as condições de produção do referido site.

Nesse sentido, segmentaremos o presente item mediante a introdução de três títulos e, portanto, de três partes: na primeira, nos concentraremos em ver como surge o MEU, ainda dentro do DEU, da agência EFE; posteriormente, nos concentraremos no *Manual de español urgente* de 2015, já editado pela Fundéu BBVA – não sem tecer algumas comparações ou relações com o funcionamento do site desta fundação – para, por meio do último título, sinalizar que abordaremos especificamente o já referido site. Tal segmentação pretende, por um lado, tratar as relações entre DEU e Fundéu BBVA (no que diz respeito, sobretudo, à criação e produção do MEU) e, por outro, marcar a relação de (des)continuidade que existe entre o manual e o dispositivo presente na página da fundação.

A criação do *Manual de español urgente* pelo DEU

Em uma síntese do que já foi antecipado no item 2 do capítulo 1, podemos dizer que o primeiro gesto da agência EFE no sentido de regular a língua dos meios de comunicação se deu com as normas de estilo escritas por Mendo em 1965 – diretor-gerente da agência na época –, que culminam na elaboração do *Manual de Estilo* elaborado por Manuel Velasco em 1976 e do *Manual de Estilo de EFE* escrito em 1978 por Fernando Lázaro Carreter – todos destinados apenas ao uso da redação⁸⁷. Esse

⁸⁶ Este histórico, que já foi registrado de modo sintético numa nota de rodapé do primeiro item deste capítulo, será retomado oportunamente.

⁸⁷ Conforme item 2 do capítulo 1 deste trabalho, a partir do relato de Olmos (1997).

último manual (o de 78), segundo Olmos (1997), havia despertado muito interesse por parte das instituições⁸⁸ e tal demanda teria levado à criação do DEU. Nas palavras do jornalista:

Del *Manual de estilo* a la creación de un departamento filológico que supervise y asesore diariamente a los periodistas de EFE sobre el uso correcto del idioma sólo hay un paso (ibid., p. 493).

Nesse discurso, cabe observar que todo esse movimento se apresenta para o próprio sujeito como algo que decorre naturalmente de situações ordinárias, como uma consequência do reconhecimento da necessidade da implementação de tal serviço.

De igual maneira acontece com o início dos trabalhos do DEU. Primeiramente, faz-se referência às incumbências diárias dos filólogos: “van a revisar atentamente las informaciones de los hilos informativos de EFE, **señalar los defectos** que encuentran y **proponer las soluciones adecuadas**” (OLMOS, ibid., p. 494), e acrescenta: “Las notas de los filólogos se distribuyen por las redacciones de la central y por las delegaciones de EFE en España y en el exterior.”. Num segundo momento, se expõe, por meio da citação de uma conversa com um dos filólogos do departamento, como essa tarefa é recebida por alguns redatores:

Al principio, nuestras correcciones no son muy bien recibidas. Algunos redactores nos llaman incluso “**inquisidores**”, comenta Pedro García Domínguez, doctor en Filología Moderna y filólogo del departamento. ‘Ven en nuestro trabajo una **intromisión** en su cometido (OLMOS, ibid., aspas do original, negritos nossos).

Chama nossa atenção o modo como esse “no son bien recibidas” é significado pelo próprio sujeito do discurso como um efeito de um trabalho de “intromisión” nos encargos dos redatores, sendo que, antes, esse mesmo sujeito retomara a projeção que estes últimos teriam feito dos filólogos mediante a introdução de um significante com relação ao qual deixa marcas da heterogeneidade que implica dentro de seu “relato”: “inquisidores”⁸⁹ – a introdução do significante entre aspas marca um distanciamento ou uma não coincidência com sua perspectiva⁹⁰.

⁸⁸ Cf. o item “Y llueven las peticiones” no livro de Olmos (1997, p. 493), citado no capítulo 1.

⁸⁹ De especiais ressonâncias nesse espaço de enunciação.

⁹⁰ Estamos tomando como base os conceitos de Authier-Revuz (1990) sobre heterogeneidade constitutiva e mostrada.

Nesse mesmo sentido, opera, no dizer de Olmos, o caráter de “transitoriedade” do modo como se dá essa “interlocução” entre redatores e filólogos:

Pero lo que produce un **cambio radical** en las relaciones de los filólogos con la redacción es el hecho de que los periodistas de EFE **se dan cuenta** de que pueden **consultarles** cuando, al redactar, se encuentran con alguna duda” (ibid., p. 495, grifos nossos).

Aquela situação inicial, aqui significada como um “mal-entendido” já superado, não é só revertida a partir de um gesto projetado como uma espécie de “epifania” por parte dos redatores (“se dan cuenta”), mas também ressignificada mediante o sintagma “un cambio radical”. Esta mudança desata a expansão das funções do DEU, tal como aparece no seguinte fragmento que retiramos do próprio texto de Olmos:

En un principio este servicio de consulta **se pone a disposición** del personal de redacción de la casa. Pero inmediatamente Jesús Revuelta envía a los directores de los medios suscritos al servicio informativo de EFE en España y América una carta diciéndoles que el departamento de español urgente de la agencia se ofrece a actuar como “servicio de consulta sobre terminología, vocabulario, traducción y ortografía de denominaciones y voces extranjeras”. Y poco tiempo después se atiende a todo aquel que, mostrando preocupación por las cuestiones de lenguaje, llama por teléfono.

No pasa mucho tiempo sin que los abonados soliciten que se les envíen las correcciones que los filólogos vayan haciendo sobre el servicio, y EFE semanalmente envía por el hilo a sus abonados sus recomendaciones lingüísticas que comienzan a publicarse en medios de España y América (1997, p. 495, grifos nossos).

É preciso observar, neste momento, que todo esse processo que leva o departamento a se firmar como um serviço de consulta dos meios é narrado como se fosse algo que atende a uma demanda natural – primeiro da redação da agência e depois de todos os meios – ignorando o fato de que o próprio gesto de elaborar um manual e, mais ainda, de criar um departamento para revisar o trabalho dos jornalistas, apontar seus problemas e elaborar “notas corretoras”, acaba por gerar uma determinada relação com a língua, ao interpelar o falante como um **sujeito da dúvida**⁹¹. Podemos dizer então que a posição do sujeito do discurso está marcada por uma total identificação com o gesto de intervenção projetado pelo DEU, de modo que não o coloca em questão; de fato, seu relato reforça essa naturalização.

⁹¹ Cf. Celada, Costa e Brianezi (2015), artigo que retomaremos mais adiante.

Nesse sentido parecem funcionar também a série de fragmentos que sublinhamos: a maioria deles marca o ritmo daquilo que se relata, destacando relações de imediatismo e fluidez entre os fatos que se apresentam como interligados⁹² e que vão desaguar no fragmento: “y EFE semanalmente envía por el hilo a sus abonados sus recomendaciones lingüísticas que comienzan a publicarse en medios de España y América”. Nele se materializa um desejo, em resposta à injunção a regular que afeta o próprio sujeito do discurso; no caso, numa periodicidade (“semanalmente”) com a qual deixa marcas de se identificar positivamente.

Dessa forma, na agência EFE, o movimento de expansão do gesto regulador que teve início em sua redação, estende-se aos demais meios de comunicação e passa ao público em geral quando o manual da agência começa a ser vendido em livrarias, o que ocorre, segundo Gómez Font (2009, p. 226) – e como já antecipamos no capítulo 1 – em 1985, em sua 4ª edição, com o título de *Manual de español urgente: 4ª edición corregida y aumentada del Manual de Estilo de la Agencia Efe*, atingindo, ainda segundo o filólogo, bastante prestígio.

Arnoux, Blanco e di Stefano (1999) ao tratar da iniciativa dos meios de comunicação espanhóis de tornarem seus manuais acessíveis ao público – atitude que os meios de comunicação estrangeiros já haviam tomado⁹³ – veem nesse gesto a construção de duas representações, a saber: a da instituição que publica o manual e a da língua que este “veicula”. Vejamos suas observações:

Su publicación constituye una operación ideológica de los medios gráficos destinada a construir una representación de sí mismos como instituciones responsables de un magisterio moral y lingüístico en el momento en que, de hecho, el conjunto de los medios periodísticos asume funciones sociales ejercidas antes por las instituciones – escuela, iglesia, justicia, fundamentalmente – y en que los grandes diarios tienden a controlar otros medios gráficos y a ubicarse como cabezas de grupos mediáticos. Pero, además de esta operación, con la publicación de sus manuales suministran una representación de la

⁹² A apresentação desses fatos poderia aqui encontrar uma síntese: seria possível dizer que, na redação, os sujeitos passam por um processo de interpelação que os leva a duvidar, primeiro, mediante o estabelecimento de algumas normas internas, que acabam por constituir um manual que deve ser seguido; e, posteriormente, por meio da criação de um Departamento que passa a atuar na revisão de sua produção e na verificação, inclusive, do cumprimento de tais normas.

⁹³ Arnoux, Blanco e di Stefano asseveram que quando os meios de comunicação espanhóis decidem fazê-lo, os meios internacionais já publicavam suas normas: “Los grandes diarios de Estados Unidos y Europa – como también los de países sudamericanos, como México, Venezuela, Colombia y Brasil – han dado a conocer al público masivo, hace ya largo tiempo, sus normas para encarar la escritura de sus notas periodísticas” (1999, p. 180).

lengua como espacio cuya codificación permite regular las prácticas y asegura un uso transparente del lenguaje (ibid., p. 177-178).

Com relação ao funcionamento desses manuais na sociedade no decorrer dos anos, Arnoux explica:

los manuales de estilo periodísticos, en tanto instrumentos lingüísticos (Auroux, 1994⁹⁴), son intervenciones realizadas desde un lugar social de autoridad. Este deriva del peso actual de los medios y está reforzado, en algunos casos, por la participación de representantes del mundo académico. Al establecer un dispositivo normativo que regula la lectura y la escritura de la prosa informativa muestran que más allá de contribuir a la formación de la opinión pública por sus contenidos, modelan las subjetividades “hablantes” indicando formas y prácticas discursivas legítimas (2015a, p. 140).

Assim, podemos interpretar que, com a publicação dos manuais, os meios marcam sua autoridade e, em um gesto de legitimação de seu próprio lugar, se colocam como “modelo” de “bom uso” da língua “ameaçada” – em meio ao “vazio normativo” (ARNOUX, ibid., p. 141) que existia na época, conforme vimos no item 1 deste capítulo. Dessa forma, o MEU parece exercer uma função importante para a agência EFE, que se mantém ainda quando da criação da Fundéu BBVA, uma vez que, de acordo com a *Memoria Anual 2005*, seção *Presentación de la Fundéu*, consta entre os objetivos da fundação a atualização do manual⁹⁵.

A outra providência a ser tomada, segundo consta nesse mesmo documento, seria a criação de uma página na internet, algo que consegue se concretizar ainda no primeiro ano de existência da fundação (2005), adquirindo importância cada vez maior e sendo considerada em 2013, por Müller-Thyssen – como diretor geral da Fundéu – sua principal vitrine: “Y no olvidemos nuestro principal escaparate: la página web, **actualizada diariamente**”⁹⁶ (grifos nossos). De fato, o fragmento que destacamos parece responder satisfatoriamente à injunção à regulação de que vimos falando e à “urgência” – um significante central no processo de interpelação que tentaremos compreender ainda melhor – atrelada a esse operação; urgência esta à qual o próprio sujeito do discurso parece se submeter, em plena identificação com a coerção que um

⁹⁴ A obra citada de Auroux corresponde à mesma das nossas referências bibliográficas, sendo que em nosso caso utilizamos a edição de 2009.

⁹⁵ <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/17>.

⁹⁶ Ibid., <acesso em 20/08/17>.

tempo, acelerado, implica. Se lembrarmos que no relato de Olmos (1997, p. 495) aparecia também uma marca temporal que indicava uma forte satisfação por parte do sujeito do discurso: “semanalmente”, para marcar o tempo de envio das “recomendaciones”, a observação que fazemos ganha ainda mais força pois, de fato, há uma progressão no ritmo de trabalho.

Passaremos agora ao MEU, para abordar fundamentalmente a edição de 2015, sob responsabilidade da Fundéu BBVA.

Com foco no Manual de español urgente (Fundéu, 2015)

Após a criação da Fundéu, o MEU – tal como já foi antecipado em nota de rodapé no item 1 deste capítulo – contou com apenas quatro edições, sendo as três primeiras dos anos de 2005, 2006 e 2008 e, após um hiato de sete anos, a sua última edição em 2015. Durante esse período, mais especificamente no ano de 2009, o MEU é mencionado nas memórias da Fundéu como uma das quatro grandes ferramentas de consulta presentes no site, juntamente com o “Vademécum” (repertório de comentários linguísticos e esclarecimento de dúvidas sobre o uso da língua espanhola⁹⁷), as “Consultas” e as “Recomendaciones”⁹⁸, dando indícios de que o manual poderia ser acessado, de alguma maneira, através da página web da fundação⁹⁹. No entanto, tal serviço não volta a ser mencionado e não aparece na *Memoria Anual 2011*, ano descrito como “el de la explosión de la Fundéu BBVA en la red”¹⁰⁰ e no qual foram introduzidas algumas mudanças na página. Assim, o gesto de publicar uma nova edição do MEU em 2015 – sete anos depois da de 2008 – com o site ganhando mais visibilidade a cada ano – produz um estranhamento que nos leva a perguntar por que esse manual ganha uma nova edição impressa nesse momento? Esta questão será norteadora no percurso que faremos neste subitem, no qual abordaremos os aspectos do manual que consideramos relevantes – a partir das antecipações presentes no paratexto do MEU (2015) e também de determinados elementos de seu interior – para, posteriormente, nos concentrarmos no site.

⁹⁷ Conforme *Memoria Anual 2005*, p. 51, <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/17>.

⁹⁸ <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/17>.

⁹⁹ Não é possível dizer como o manual figurava na página uma vez que já não encontramos registro dessa relação.

¹⁰⁰ Conforme *Memoria Anual 2011*, p. 66, <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/17>.

Partimos da noção de paratexto concebida por Genette ([1987] 2009, p. 9-10) como um certo número de produções, verbais ou não, que apresentam o texto e o tornam presente e como um limiar que, nas palavras do autor:

oferece a cada um a possibilidade de entrar, ou de retroceder. Zona indecisa entre o dentro e o fora, sem limite rigoroso nem para o interior (o texto) nem para o exterior (o discurso do mundo sobre o texto)” (ibid.)

A essa formulação nos parece relevante unir a de Alvarado (2009, p. 15), segundo quem “essas produções” representam o lugar onde podem ser formuladas as primeiras hipóteses a propósito do texto que será lido. Nesse sentido, nós nos deteremos, com relação ao MEU, na capa, na contracapa, na orelha, na “Introducción de la segunda época” e prefácio¹⁰¹, a fim de identificar como o próprio manual é significado em sua textualidade e como antecipa seus destinatários e os vincula a ele. Essas projeções, evidentemente, se vinculam à imagem de língua que aí opera.

Iniciando nosso movimento analítico pela capa, ao voltarmos nosso olhar para o desenho referente à edição de 2015 nos deparamos com a imagem de um livro impresso, colocado em pé em um espaço tridimensional, parecendo dar relevo ao próprio suporte¹⁰² (a tecnologia do livro) no qual o manual se materializa.

Imagem 1 – *Manual de español urgente* - formato impresso atual (2015)¹⁰³.

¹⁰¹ As produções do paratexto do MEU 2015 “pinçadas” para nossa análise estão disponíveis no Anexo B, que se encontra no CD, no encarte da contracapa da versão impressa.

¹⁰² Entendemos por suporte o elemento material que funciona como canal de transmissão, fixo ou móvel, tal como definido por Charaudeau (2015, p. 105).

¹⁰³ Optamos, em nosso trabalho, por numerar as imagens que nele aparecem, a fim de contribuir a sua melhor organização, iniciando uma nova numeração a cada capítulo.

Consideramos pertinente colocar essa capa em relações de sentido com algumas mais antigas, como as da 4ª edição (1985), a da 6ª (1989) e a da 14ª (2001), que aparecem a seguir:

Imagem 2 – Capas do *Manual de español urgente* (1985, 1989, 2001).

De fato, pensamos que o desenho da capa de 2015 parece romper com o conceito projetado em suas edições anteriores. Como vemos, na de 85 e na de 89, as imagens faziam referência ao computador, representado pelo teclado e pelas mãos (metonímia de um sujeito) nele apoiadas, remetendo a uma prática da escrita vinculada ao mundo digital que vinha se impondo, com a substituição, inicialmente nas empresas, das máquinas de escrever por computadores – mudança que afetou sobremaneira as redações dos jornais. Já na capa de 2001, vemos um deslocamento pelo qual o foco passa a estar na letra “ñ” do teclado, que parece funcionar como uma metáfora da língua espanhola e sua relação com o avanço da tecnologia; o sujeito, por sua vez, já não se faz presente. Por fim, na capa de 2015 não vemos mais nenhuma referência ao computador ou às novas tecnologias: ao contrário, impõe-se a imagem do livro, mais especificamente de um livro de capa dura, que alude à tradição, à durabilidade e à sofisticação, como um objeto de decoração que merece um lugar de destaque na estante, movimento que nos leva a interpretar que, talvez, a capa esteja antecipando e delimitando o possível campo de atuação do próprio manual em relação ao site, deixando registro da permanência dessa tecnologia – a do livro –, com suas especificidades, no campo dos meios de comunicação¹⁰⁴. Esta observação, em parte,

¹⁰⁴ Este campo, nomeado novamente por nós como “o dos meios de comunicação” irá sofrendo um vaivém em um jogo que ora se restringe, ora se amplia. Como antecipamos ao citar García de la Concha

já parece responder nossa pergunta inicial e veremos que tal interpretação irá sendo confirmada ao longo deste item de nosso capítulo.

Nesse sentido, parece relevante trazer uma sequência presente no texto que figura na contracapa dessa mesma edição de 2015:

Todo usuario inteligente de la lengua tropieza permanentemente con dudas. El *Manual de español urgente* es una guía ágil y concisa para resolver todas esas cuestiones cotidianas que afectan la lengua y dificultan la comunicación (FUNDEÚ, 2015, grifos nossos).

Vemos o manual significado como um “guia”, adjetivado como *ágil* e *conciso* (que traz apenas o que é essencial), atributos que remetem à facilidade (inclusive no que se refere ao tempo) que implica sua consulta. E é colocado em relação com um universo (“Todo usuário ...”) antecipado como “inteligente” acerca do qual se predica que esbarra **permanentemente** com dúvidas. A presença desse adjetivo parece intensificar o processo de interpelação à medida que atrela o reconhecimento do sujeito como “portador de tal característica” ao ato permanente de duvidar.

Na orelha dessa mesma edição temos novamente a antecipação do seu usuário, numa tensão entre um conjunto de interlocutores mais restrito e um mais amplo, movimento que – como antecipamos – iremos vendo que se reitera. Vejamos como aparece o primeiro caso:

El *Manual de español urgente* ha sido, desde su publicación en 1985, un referente para quienes tienen el español como instrumento de trabajo y buscan un sitio donde resolver sus dudas y encontrar propuestas que les ayuden a expresarse con precisión y eficacia (ibid.).

Inicialmente, se traz a memória da primeira edição do manual colocada à venda, convocando sentidos que remetem à sua tradição e ao seu público mais específico: “quienes tienen el español como instrumento de trabajo”. Aqui o manual é significado como uma referência para esses profissionais, no sentido de ajudá-los a atingir uma excelência em seu ofício – algo que parece se materializar nos adjetivos “precisión” e “eficacia”, que remetem a rigor e qualidade. Agora vejamos como, mais adiante, os

– “Es obvio que no se pensaba únicamente en los medios de comunicación” (*Memoria Anual 2005*, p. 9) – embora o foco da agência pareça ser os meios de comunicação, com a publicação do MEU e a criação do site, seu público acaba se expandindo.

contornos desse primeiro conjunto são ampliados ou, ao menos, são especificados de modo a que fique delimitado o possível alcance do manual:

No solo periodistas, sino también estudiantes, redactores de informes, responsables de redes sociales, blogueros, publicistas y, en general, cualquier persona que requiera una guía ágil y nada restrictiva para la claridad de su expresión oral o escrita encontrarán en este manual una valiosa ayuda que les permitirá volcar sus opiniones, informaciones y reflexiones con precisión, ya sea un medio tradicional o en internet (ibid.).

Essa expansão se dá em um movimento inclusivo (mediante “no solo” e “sino también”) que parece reproduzir, em sua textualidade, o percurso trilhado até que se chegasse ao manual: primeiramente, os jornalistas (afetados pela negação inicial: “no solo”), uma vez que, de início, circulava apenas pelas redações; logo, os estudantes e pessoas que precisam redigir documentos nas funções que desempenham em seu trabalho – a redação de um relatório (“redactores de informes”), por exemplo – quando os manuais passam a ser vendidos ao público; mais recentemente, os profissionais que atuam nos meios que circulam na internet, através de redes sociais, blogs, publicidade e, então, em uma enumeração que culmina no fragmento “en general”, o alcance da publicação se estende a todos os interessados (“cualquier persona que...”), reforçando os atributos do guia em termos de agilidade e de capacidade de fornecer precisão. Tal ampliação contempla, portanto, tanto os meios tradicionais quanto os da internet. Cabe observar aqui um outro aspecto que deve ser considerado em resposta à nossa pergunta inicial: um amplo público alvo demanda que se contemple diferentes suportes para atender a diferentes tipos de consulta, o que explicaria a permanência do manual no formato de um livro impresso.

Ainda na orelha do manual que abordamos, são reiterados sentidos já presentes nesse texto que aliam os de tradição e atualidade do manual aos de memória e atualidade da língua espanhola (cf. PÊCHEUX, [1988] 1990). Desse modo, se marca o lugar e o papel da nova edição, através da oposição entre “riqueza heredada de siglos de historia” e “español vivo y actual”:

Esta nueva edición, actualizada y revisada, es fruto del trabajo de la Fundéu BBVA en su análisis de los medios de comunicación, materializado en sus recomendaciones diarias, que buscan el equilibrio entre un español vivo y actual –atento al reto de las innovaciones tecnológicas– y la riqueza heredada de sus siglos de

historia (FUNDEÚ, 2015).

A projeção que se faz da oposição entre um “espanhol vivo e atual” e a “riqueza herdada de seus séculos de história” aparece intensificada pelo modo como são consideradas as mudanças advindas do progresso tecnológico, significadas como um desafio (“reto de las innovaciones tecnológicas”) para a fundação, que precisa estar atenta a tais atualizações. Além disso, se estabelece uma relação entre o conteúdo do manual e o trabalho realizado pela fundação, através da análise que esta realiza dos meios de comunicação, e que se materializa, no site, na produção de suas “recomendaciones” diárias – algo que começaremos a abordar no próximo subitem desta parte de nosso capítulo. Vemos que a relação entre o MEU e o site se faz sempre presente e, apesar de que este parece materializar o ápice no que se refere a atingir o imediatismo no tratamento da dúvida ou do erro, o manual não parece perder seu lugar nessa comparação.

Passando agora da capa ao interior do manual, nos concentramos no prefácio da edição de 2015 que estamos abordando. Começamos por reconhecer nessa textualidade a instauração de sentidos que marcam a capacidade de atualização da obra, tanto no que se refere às mudanças na linguagem, quanto àquelas implicadas na própria estrutura da mídia, provocadas pela popularização de novos gêneros da internet, que configuram uma renovação do público alvo da fundação, uma vez que, relacionadas a esses meios, surgem novas profissões. Nessas novas condições de produção e circulação, “o indivíduo” é interpelado como aquele “que pode se tornar um meio de comunicação”, em meio a um discurso ufanista acerca do que permitem os avanços tecnológicos em sua acelerada marcha, capaz de mobilizar uma ampla audiência, conforme explicitado na sequencia que recortamos:

En estos siete años se ha concatenado un avance tecnológico con otro, lo que ha originado, en torno a internet, un estado de revolución permanente que nos ha obligado a familiarizarnos con un lenguaje característico de este nuevo estado de cosas. Ahora el individuo, que puede ser un medio, es capaz de subir un video a YouTube y cientos de miles de personas admirarlo, criticarlo o simplemente comentarlo, o el alma solitaria puede sentirse arropada por centenares de amistades virtuales en Facebook, o poseer un ejército de seguidores por el acierto en uno de esos millones de tuits que se envían cada día, desde aquel primero que lanzó su creador, Jack Dorsey, en el 2006 (FUNDEÚ, 2015, p. 9).

Embora a Fundéu tenha publicado em 2012 um manual específico para esses fins, *Escribir en Internet: guía para los nuevos medios y las redes sociales*¹⁰⁵, vemos que também acaba por fazer algumas alterações na estrutura do *MEU* para contemplar esse novo segmento. De acordo com os registros presentes na seção denominada “Introducción de la 2.^a época”, foram adicionados à edição de 2015 um capítulo sobre ortotipografía e um sobre internet, em função de uma nova necessidade dos jornalistas, dado que, como se afirma nesse texto: “cada vez es más frecuente que los periodistas tengan que trabajar con los medios de edición” (FUNDEÚ, 2015, p. 11).

Retornando ao prefácio, vemos a reafirmação da função do manual de responder a dúvidas, dando:

respuestas a los millones de usuarios, que, en contra de las voces de alarma que a menudo se escuchan, sí prestan especial atención a la corrección lingüística, pues **le va en ello el prestigio que aspiran a tener ante el grupo del que forman parte o al que se dirigen** (FUNDEÚ, 2015, p. 9-10, grifos nossos).

Os sentidos aqui presentes, que projetam a língua como garantia de prestígio, desde que usada em sua forma “correta”, nos levam a fazer uma relação com a reflexão que Baronas (2003) realiza sobre o que chama de “assédio linguístico”, para se referir aos “discursos que dizem avaliativamente a língua” e que parecem se multiplicar na mídia. Na visão do autor, são produto da industrialização da língua:

uma espécie de *taylorismo* linguístico, que a partir de uma re-naturalização do mito da identidade língua-gramática, vende não um produto, mas a possibilidade de o sujeito concretizar seus desejos (ibid., p. 87).

Por fim, ainda no prefácio da edição que abordamos, se projeta a dinâmica de regulação do MEU, reiterando sentidos já presentes em seu título “urgente”:

La Fundéu BBVA, gracias a su equipo de periodistas y filólogos, a sus miles de amigos repartidos por todo el mundo y, por supuesto, a la ayuda de sus patrocinadores, la Agencia Efe y el banco BBVA, se **renueva diariamente** para responder de la mejor manera y con *urgencia*, si no con *inmediatez*, a la necesidad de los hablantes de nominar a las nuevas creaciones y actividades, y también de **resolver**

¹⁰⁵ TASCÓN, M. *Escribir en Internet: guía para los nuevos medios y las redes sociales*, Barcelona, Galaxia Gutenberg-Fundéu BBVA.

las dudas que surgen en el ejercicio diario de escribir en los medios, en los blogs profesionales o particulares y en las redes sociales (FUNDEÚ, 2015, p. 10, *itálicos do original e negritos nossos*).

Aqui aparece o signifiante “urgência” – retomado na sequência por uma alternativa que expressaria mais afinadamente seu sentido: “si no con inmediatez” – que reitera aquele que está presente não apenas no título do manual, mas também no nome do departamento: DEU (Departamento de espanhol urgente) e no da própria Fundação: Fundéu, chegando a funcionar como uma marca. O mesmo ecoa e se intensifica no prefácio através de várias locuções e de vários marcadores de tempo – “renueva diariamente”, “ejercicio diario” – que pautam o ritmo de uma sintaxe que avança tomada pela injunção de resolver, de forma permanente¹⁰⁶ e rápida, não só o que se coloca como “lacunas” produzidas pelas inovações tecnológicas, mas também as dúvidas advindas do trabalho cotidiano com a prática da escrita¹⁰⁷. O que chama a atenção, no entanto, é que tudo isso é dito no texto introdutório de um manual impresso, o que no mínimo implica uma contradição, por conta do tempo necessário para elaboração e publicação de um livro.

Tal “urgência” pode ser vinculada aos ritmos da produção e circulação do que Charaudeau (2015, p. 101) chama de “informação midiática”, cuja finalidade – para o autor – é relatar o que ocorre no espaço público, de modo que o acontecimento seja selecionado e construído em função de seu potencial de “atualidade”, “socialidade” e “imprevisibilidade”; e, no que tange ao potencial de “atualidade”, este será avaliado em função da distância que separa o momento de aparição do acontecimento do momento da informação:

Esse potencial se transformará em tendência, por parte das mídias, de tratar o acontecimento em seu imediatismo, como se ele existisse num estado definitivo e logo fosse afastado por um outro acontecimento sem relação com o anterior (ibid., p. 102).

¹⁰⁶ Voltemos sobre um fragmento do relato de Olmos, aqui já abordado, quando se referia às cenas imediatamente posteriores à primeira interlocução entre redatores e filólogos:

No pasa mucho tiempo sin que los abonados soliciten que se les envíen las correcciones que los filólogos vayan haciendo sobre el servicio, y EFE *semanalmente* envía por el hilo a sus abonados sus recomendaciones lingüísticas que comienzan a publicarse en medios de España y América (1997, p. 495, *grifos nossos*).

Naquele momento, o “semanalmente” parecia materializar que a agência atingiria um triunfo. Vemos no fragmento que analisamos agora no corpo do texto (e ainda em outros à medida que avancemos na análise e chegemos no site) que a meta da urgência conseguirá superar os sentidos desse advérbio.

¹⁰⁷ A questão da “dúvida” será retomada no seguinte subitem deste capítulo.

Consideramos produtivo, neste ponto, nos determos nos sentidos do adjetivo “urgente”. Para tanto, começaremos por registrar que Müller-Thyssen, na *Memoria Anual 2007*, dá a essa “urgente” o significado de um nome de família, na qual se inclui ao dizer:

Nosotros nos apellidamos Urgente precisamente porque somos conscientes de que esa profesión, que es urgencia, necesita de una institución como la nuestra que la ayude a cuidar su herramienta más importante: la palabra¹⁰⁸.

Dessa forma, “urgente” seria como um sobrenome, que passou, do DEU (“Departamento de español urgente”), ao MEU (*Manual de español urgente*) e à própria Fundéu (“Fundación del Español Urgente”), tendo sua origem no fato de o jornalismo (“esa profesión”) ser vinculado aos sentidos de imediatismo ou urgência, sobretudo o jornalismo de agência¹⁰⁹, o que se estenderia, portanto, aos serviços prestados pela fundação. Interessa observar, nesse sentido, que nesse fragmento, o ofício do jornalista é caracterizado por ter a palavra como ferramenta de trabalho, porém, na sequência, tal aspecto é colocado em relação com sentidos que o vinculam à impossibilidade de realizá-lo de forma plena, uma vez que necessitam de “ajuda” para isso.

En el ejercicio del periodismo los errores lingüísticos son un problema habitual **que no debe justificarse**, pero que sí se explica por el hecho, precisamente, de la urgencia, de la inmediatez con que hay que responder ante la noticia¹¹⁰ (grifos nossos).

Destacamos a negação que afeta o fragmento no qual se materializa um pré-

¹⁰⁸ Müller-Thyssen, *Memoria Anual 2007*, disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

¹⁰⁹ De acordo com o *Libro de estilo urgente*, o sucesso de uma agência de notícias reside em obter informação de interesse que seja confiável, elaborá-la com “criterios adecuados de calidad periodísticas” e difundí-la o mais rápido possível (AGENCIA EFE, 2011, p. 175). Para tanto, diante de um fato de excepcional relevância, a agência emite um *URGENTE*, comunicando sobre o assunto utilizando apenas uma linha de texto. Na sequência se emite um *Urgente* – mais amplo, com os principais “dados” do acontecimento explicados em um ou dois parágrafos – ou um *avance* e uma *ampliación* que completarão os elementos da “informação” (ibid., p. 177).

Cabe lembrar também que a primeira referência que temos da mobilização do significante “urgente” (que, como adjetivo que entra em várias combinações) remete ainda à agência EFE, com a publicação do MEU – *Manual de Español Urgente*.

¹¹⁰ Müller-Thyssen, *Memoria Anual 2007*, disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

construído (PÊCHEUX, [1988] 2009) que apresenta “los errores lingüísticos” como naturalmente vinculados ao “ejercicio del periodismo”. A oposição introduzida por “pero que sí se explica” substitui o primeiro elemento – justamente negado – por uma “explicação” que encontra a causa na própria “urgência”. Dessa forma o erro é significado como uma consequência da dúvida não resolvida por falta de tempo: na urgência, diante da dúvida e na impossibilidade de realizar uma consulta rápida, de resposta imediata, dá-se o erro. Reside aí a importância de instituições como a Fundeu e da produção de seus modos de regular.

Observamos que esse discurso pode ser compreendido como estando atravessado por um processo de interpelação (PÊCHEUX, [1988] 2009), a partir do qual o indivíduo (o jornalista, de modo específico, porém não exclusivo, como vimos apontando) se sente interpelado a ocupar uma determinada posição sujeito: a de consulente. Tal processo o afeta e o constitui – de acordo com formulações de Celada, Costa e Brianezi (2015), como “sujeito da dúvida”, instado a estar/ser **sujeito à dúvida**. Ao analisar alguns aspectos do dispositivo regulador do site da RAE – a partir, de modo mais específico, do estudo do *Diccionario Panhispánico de Dudas* (DPD) – observam em seu funcionamento gestos no sentido de alimentar a dúvida – nesse caso – no falante em geral e, a partir de uma reflexão que realizam levando em consideração um estudo de Haroche e da instalação de uma pergunta (“onde está a dúvida: na língua ou no falante?”)¹¹¹, concluem que:

la duda se relaciona con la falla de los hablantes, con su incompetencia o sus límites, como efecto de la relación de dependencia y de falta de sentido crítico que las academias alimentan con respeto a la norma culta: un objeto idealizado, infalible, a partir del cual, desde siempre, el sujeto ha sido interpelado (ibid., p. 285-286).

Esse objeto idealizado, infalível (porque equiparado à norma culta) aqui é a língua que deve ser “defendida” e, para tanto, é objeto de “observação” permanente ou de um trabalho de “viligância” como poderíamos dizer a partir da caracterização – citada em nosso capítulo 1 – que Olmos (1997, p. 696) fazia do DEU como “**vigilante** permanente de la lengua en los medios de comunicación” (grifos nossos). O

¹¹¹ Celada, Costa e Brianezi (ibid.) recorrem, em seu artigo, à reflexão sobre a pedagogia medieval realizada por Haroche em seu livro *Fazer dizer. Querer dizer*. (HAROCHE, C. **Fazer dizer. Querer dizer**. Trad.: ORLANDI, E., INDURSKY, F. y MANOEL, M. Faire dire, vouloir dire. (1984). São Paulo: Hucitec, 1992).

significante que trazemos, “vigilância”, contribui a afinar os sentidos presentes em “observação”, trazendo a ideia de “atenção” e de “cuidado”, dentro do processo de interpelação de que falamos – processo este cujo motor parece ser um dos sentidos mais cristalizados nesse discurso: o da urgência, vinculada ao “ritmo natural” da produção do jornalismo. Daí que esteja permeado por uma injunção a “acelerar”¹¹².

Ao nos debruçarmos sobre os três sintagmas que funcionam como nomes institucionais, em dois casos, e do manual ou instrumento lingüístico, em outro

Departamento de español urgente.
Manual de español urgente.
Fundación del Español Urgente.

a presença do adjetivo “urgente”, um particípio ativo do latim: *que urge*, nos leva a instalar uma pergunta que afete a estabilização lógica desse sentido que nesse discurso aparece como indiscutível, como natural: o que urge? Nos três sintagmas, tal adjetivo parece recair sobre “español”, parece funcionar como seu atributo, trazendo, portanto, mais um elemento para significar essa língua “que deve ser defendida” e que funciona como a instância que comina a regular. Vale observar também que nos três casos a relação entre “departamento”, “manual”, “fundación” e a especificação à qual são vinculados – “español urgente” – se estabelece através da preposição de um sintagma preposicional que desliza de “de” para “del”. Na designação da fundação, o vínculo com “espanhol urgente” se dá mediante uma determinação (marcada pelo determinante: *del*), o que parece reforçar um modo de significar a língua como “entidade independente” mas, sobretudo, parece indicar um status já “adquirido” pelas designações que a antecederam (*Departamento de español urgente* e *Manual de español urgente*), como se “español urgente” funcionasse aí como “algo dado” (um préconstruído): uma marca já reconhecida. Assim, o significante “urgente” parece funcionar como eixo desse processo de interpelação que tentamos compreender, dando resposta àquilo que, em um primeiro momento, seria específico do universo profissional do jornalismo, mas também, de modo “produtivo”, ultrapassando-o e

¹¹² O sociólogo Rosa reflete sobre os processos de aceleração dentro de uma ordem social mais ou menos estável ([2013] 2016, p. 19) e postula que “en la modernidad tardía la aceleración social se ha transformado en un sistema que se impulsa a sí mismo, que ya no necesita fuerzas propulsoras externas” (ibid. p. 50). Segundo o autor (ibid.), que identifica três categorias – “la aceleración tecnológica, la aceleración del cambio social y la aceleración del ritmo de vida” –, estas “han pasado a transformarse en un sistema de retroalimentación entrelazado, que se impulsa a sí mismo de manera constante”.

atingindo potencialmente todo e qualquer falante da língua espanhola. Nessa relação vemos como se instala algo que só iremos confirmando: um trabalho de regulação que remete a um modelo de produção industrial, vinculada a uma produção em série e a jornadas de trabalho que vão, como já dissemos, de segunda a sexta-feira¹¹³.

Considerando a série de considerações esboçadas, retomando a edição de 2015 do MEU que estamos abordando, é preciso reconhecer que, embora esta tenha tido uma versão digital, passando do livro para o novo suporte, o fato não parece ter atendido às expectativas abertas pela injunção a regular com urgência ou a regular urgentemente, por não responder às necessidades impostas por uma tradição nas práticas de escrita e leitura jornalística.

Indo agora, para o interior do manual, também no intuito de “pinçar” apenas alguns elementos que nos permitam compreender melhor certos aspectos que retomaremos em análises posteriores, quando abordarmos o site da fundação, é preciso observar que essa edição é composta por 9 capítulos e um apêndice, tal como consta no seu sumário:

1. Ortografía de las palabras; 2. Puntuación; 3. Ortotipografía; 4. Notas sobre pronunciación; 5. Léxico y estilo; 6. Observaciones gramaticales; 7. Topónimos y antropónimos; 8. Internet; 9. Glosario; e A. Novedades de la ortografía del 2010” (FUNDEÚ, 2015, p. 7-8).

Pinçaremos aqui apenas um elemento desse sumário: o “Glosario”¹¹⁴ (capítulo 9). Antes de nos concentrarmos em sua textualidade, cabe trazer algumas observações feitas por Medeiros (2015), quem retoma, por sua vez, alguns autores para pensar no funcionamento dos “glossários”. Recuperando a sua origem, afirma, a partir de AUROUX (2006¹¹⁵, p. 22), que estes são herdeiros de uma das primeiras formas de escrita de saber sobre a linguagem: as “listas de palavras”. Estas nascem da alteridade advinda de fontes diversas: de textos canônicos da antiguidade, de palavras ou textos estrangeiros ou da mudança de um estatuto do texto escrito (como deixar de ser suporte mnemônico para ser leitura) (ibid., p. 23). As listas, justamente,

¹¹³ Estamos retomando, de algum modo, a formulação de Baronas (2003), taylorismo linguístico – utilizado pelo autor para se referir à concepção de língua como mercadoria – chamando atenção aqui para o ritmo acelerado de produção.

¹¹⁴ Esta escolha se relaciona com o fato de que a aproximação que aqui faremos nos permitirá contar com elementos produtivos para a abordagem das “recomendaciones” da Fundéu BBVA no capítulo 3.

¹¹⁵ A obra citada de Auroux corresponde à mesma das nossas referências bibliográficas, sendo que em nosso caso utilizamos a edição de 2009.

deram origem aos glossários que, por sua vez, resultaram em dicionários. Outro ponto destacado pela autora é a dependência inicial dos glossários em relação ao texto, sendo trazidos à sua margem ou em seu interior, fazendo parte, de algum modo, de seu corpo, como uma cicatriz (cf. MEDEIROS, *ibid.*), fazendo-se autônomos somente em um momento posterior.

No caso do MEU (2015), o “Glosario” parece guardar uma certa singularidade com relação a seu funcionamento, que tentaremos compreender a partir deste ponto, uma vez que não se trata de trazer observações sobre um “texto” específico, mas sobre um discurso (o da mídia) permanentemente “observado”. Trata-se de uma lista na qual são elencadas, em ordem alfabética, (justamente) algumas “observações” feitas sobre os usos em circulação, nos meios, na atualidade. Antes, porém, são antecipados alguns aspectos a respeito de sua formulação, em uma espécie de legenda¹¹⁶ que introduz o glossário:

Imagem 3 – Legenda do “Glosario”, *Manual de español urgente* (2015).

Os aspectos projetados como necessários para orientar o leitor com relação à formulação do glossário são a especificação do regime preposicional como “usos mais característicos” e dos gentílicos como “usos mais frequentes”. A seguir, se faz referência à identificação das formas desaconselhadas (*) – o que parece ser um procedimento mais genérico, relativo a diversos tipos de casos da língua – e aos estrangeirismos, que aparecerão em itálico. Outras três orientações são

¹¹⁶ Aqui, entendemos a “legenda” como uma lista explicativa, a exemplo daquelas que acompanham os mapas, atribuindo, nesse caso, sentidos aos símbolos utilizados no texto, atuando também como um elemento capaz de sintetizá-los. Para esta formulação, pela falta de bibliografia específica sobre isto que poderia ser uma tipologia textual, tomamos como base nosso saber como sujeitos da linguagem e o colocamos em relação com saberes presentes nos enunciados definidores do Dicionário Houaiss versão online: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#2> <acesso em 02/11/2017>.

representadas por meio de símbolos, que marcam: “una nueva acepción”, “un nuevo dato de la actual acepción” ou, no caso da seta, “tan solo una remisión”. Até aqui, no ritmo da enumeração que caracteriza essa textualidade que, por vezes, justapõe elementos de diversa índole, notamos algo (uma tendência na regularidade) que já se fizera presente no item 1. deste capítulo: **a partição da língua** entre o correto e o incorreto (cf. MILNER, 2012) está fortemente ligada à questão de como se vê a relação entre língua e outras línguas ou, se preferirmos, como se trabalha no interior da primeira a relação com a alteridade – observe-se, nesse sentido, a recorrência de significantes vinculados ao “novo”. E, deste modo, chegamos na questão que relaciona o glossário do MEU aos sentidos inscritos na história desse termo, de acordo com Aurox (apud MEDEIROS, 2015): lembremos que para esse autor, os glossários se filiam às listas de palavras, que nascem da relação com a alteridade.

Por fim, na legenda que abordamos, a lista de siglas se resume aos seis dicionários utilizados como referência. Vemos que na enumeração dos mesmos aparecem aqueles presentes no site da RAE¹¹⁷: *Diccionario de la lengua española* e *Diccionario panhispánico de dudas*, e também no site da ASALE¹¹⁸: *Diccionario de americanismos* – todos eles, fortemente vinculados à política “panhispánica” da qual tratamos no item 1 do presente capítulo.

Passando agora ao glossário do MEU, de acordo com o registro apresentado no capítulo do manual denominado “Léxico y estilo”, ele consiste em:

una relación de palabras y giros que circulan hoy, a propósito de los cuales se hacen observaciones. Es una selección de la información que publica diariamente la Fundéu BBVA en su sitio de internet (FUNDÉU, 2015, p. 73).

Vemos aqui uma clara relação entre o glossário e as “recomendaciones” presentes no site, uma vez que a lista inclui uma seleção da “informação” ali publicada, fruto da observação dos usos dos meios de comunicação, relação essa que compreenderemos que está marcada por uma reformulação¹¹⁹ (ARNOUX, [2006] 2009, p. 97-98), em nosso caso, num suporte com suas especificidades – sendo, talvez, a mais determinante, a que obriga à concisão.

¹¹⁷ Disponível em: www.rae.es <acesso em 10/10/2017>.

¹¹⁸ Disponível em: <http://www.asale.org/recursos/diccionarios/damer> <acesso em 10/10/2017>.

¹¹⁹ Essa questão será retomada e desenvolvida de forma mais consistente no capítulo 3.

Desse glossário, mobilizaremos três casos que nos aproximarão a alguns dos procedimentos regularmente presentes nele. Nesse sentido, acompanhando a enumeração presente na legenda que acabamos de abordar, começamos por um caso de regulação que se refere ao regime preposicional e, assim, selecionamos “atemorizar” e “atemorizarse”:

138 • { asirse }	
asirse a una rama	asqueroso a la vista; de ver; de aspecto; en su aspecto
Asís (Italia) MEJOR QUE Assisi	Assam MEJOR Asam
asistencia oficial al desarrollo SIGLA AOD	Assisi MEJOR Asís
Asjabad (Turkmenistán) MEJOR QUE Ashgabat	Astaná (Kazajistán)
Asmara (Eritrea)	Astracán (Rusia) MEJOR QUE Astraján, Astrakhan
Asociación de Libre Comercio Centroamericano SIGLA CAFTA	Asunción (Paraguay) GENTILICIO asunceno, -na; asunceño, -ña
Asociación de Naciones del Sudeste Asiático SIGLA ANSA	asustarse de, con, por los rumores
Asociación Ecologista de Defensa de la Naturaleza SIGLA AEDENAT	atajo MEJOR QUE hatajo
Asociación Española de Normalización y Certificación SIGLA AENOR	ataque de denegación de servicio SIGLA DoS
Asociación Internacional de Federaciones de Atletismo SIGLA IAAF	ataque distribuido de denegación de servicio SIGLA DDOS
Asociación Internacional de Gais, Lesbianas, Bisexuales, Transexuales e Intersexuales SIGLA ILGA	atemorizar a los niños
Asociación Internacional de Transporte Aéreo SIGLA IATA	atemorizarse de, por algo
Asociación Latinoamericana de Integración SIGLA ALADI	Atenas (Grecia) GENTILICIO ateniense
Asociación Mundial Antidopaje SIGLA AMA	atentamente ABREVIATURA atte.
	atentar contra los principios
	aterrizar En principio, no hay necesidad de crear nuevos términos para aludir a los aterrizajes en otros planetas, satélites u objetos astronómicos, pues esta voz no alude al planeta Tierra.

Imagem 4 – Glosario, *Manual de español urgente* (2015, p. 138).

Vemos, neste caso, que o tratamento dado a essa específica questão morfossintática se resolve registrando apenas a forma que deveria se estabilizar – indicando que o que se antecipa como “dificuldade” em relação a essas formas verbais é o uso (ou não) da preposição ou o uso de qual preposição.

Passamos agora, pela relevância que parecem ter os gentílicos no gesto regulador da fundação, ao caso de “Baviera”:

Imagem 5 - Glosario, *Manual de español urgente* (2015, p. 141).

A “palabra” é seguida da indicação entre parênteses do país ao qual o Estado pertence, no caso, Alemanha; em seguida, aparece “gentilicio” como um modo de “clasificar” o termo, seguido de sua forma no masculino e da desinência para construção do feminino; na sequência temos ainda, entre os símbolos ◇ ◇, a observação “mejor que” seguida de “Bayern”, numa sintaxe que predica sobre a “palabra” em questão e a coloca em relação com a forma desaconselhada e provavelmente em circulação, de acordo com as observações que a fundação continuamente afirma fazer. Por fim, encabeçada por um “pero”, que trabalha uma oposição a respeito da própria observação, aparece o registro do nome do time de futebol “Bayern de Múnich”, que deve ser recorrente nos meios de comunicação, sobretudo no âmbito esportivo e, portanto, deve estar cristalizada; este fato, implícito, parece ser o que determina a autorização da forma “Bayern” ao falar do nome desse time.

E, por fim, pinçamos o caso de um estrangeirismo, algo que parece ser crucial na relação que já assinalamos a respeito da alteridade – e especificamente, das relações entre línguas ou entre espanhol e outras línguas no espaço da comunicação global, como é muitas vezes chamado. Vejamos o tratamento dado a “check list”:

Imagem 6 – Glosario, *Manual de español urgente* (2015, p. 150).

Chama nossa atenção a sintaxe do tratamento desta “palavra”, que opera trabalhando a substituição da forma marcada em itálico como um estrangeirismo e também, pelo asterisco, como desaconselhada. No caso, a “agilidade”, atributo chave na caracterização do manual, tal como projetada no seu paratexto – mais especificamente na contracapa: “una guía ágil y concisa” –, se materializa na mobilização dos signos antecipados no que chamamos de legenda. Observamos, também, que o ritmo da enumeração das alternativas em espanhol contém três delas separadas por vírgula e culmina com um coordenador disjuntivo especificado por um “simplemente” (entre vírgulas), bastante significativo pois tanto o próprio estrangeirismo quanto as outras alternativas poderiam se reduzir a apenas a um significante: “lista”. O efeito produzido por essa sintaxe acompanha os sentidos não apenas de agilidade, como já observamos, mas também os de concisão – ambos tão caros aos autores deste manual e antecipados como muito “desejáveis” por parte dos destinatários do mesmo.

Tais efeitos se fazem presentes nos três casos abordados – cada tipo (“régimen preposicional”, “gentilícios”, “extranjerismos”) com sua sintaxe – e pensamos que isto se vincula a dois aspectos: o primeiro mais geral, tem a ver com a relação “observação dos meios” – tarefa a cargo da Fundéu BBVA – e formulação da “observación” (às vezes denominada, “recomendación”) – a partir do que antecipa como uma dificuldade naquele uso; o segundo aspecto teria a ver com a especificidade do suporte do

Manual, ao qual são atribuídas “agilidad” e “concisión”, inclusive porque provém de uma operação de redução a partir do publicado no site.

Em contrapartida, o site, embora também tenha suas limitações, parece sim, atingir o ideal de um “exercício do imediatismo”: é alimentado quase que diariamente com “recomendaciones”, elaboradas a partir da análise dos meios de comunicação, respondendo às questões “urgentes” em “tempo real”. Sem falar, é claro, do maior alcance de suas recomendações, seja por sua veiculação no site, ou pela sua difusão através de e-mail, de redes sociais, enfim, de todo um dispositivo viabilizado pelas inovações tecnológicas. Essa aproximação entre o manual e o site nos parece importante por considerar, como observa Orlandi, a importância da instância da circulação dos sentidos, os “trajetos dos dizeres”:

os meios não são nunca neutros. Ou seja, os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam (em que meios e de que maneira: escritos em uma faixa, sussurrados como boato, documento, carta, música, etc.) (2012, p. 11).

Tendo isso em vista, podemos dizer que a relação entre o manual e o site até aqui abordada está marcada, de um lado, por uma continuidade (pela relação entre as “observações” presentes no primeiro e as “recomendações” publicadas no segundo) e, ao mesmo tempo, por uma descontinuidade dada pela materialidade de cada um desses suportes e o alcance que os mesmos implicam. Retornaremos às “recomendaciones” da Fundéu no capítulo 3 para analisar seu funcionamento discursivo. Antes, porém, trataremos de compreender o funcionamento do dispositivo regulador que se materializa no site dessa fundação.

O site

O site da Fundéu BBVA, como já antecipamos, entrou no ar em 2005, mesmo ano de criação da instituição, e desde esse momento até agora sofreu algumas mudanças, tanto em relação ao conteúdo quanto à sua “interface”, ou seja, ao modo como está previsto que o usuário interaja com a página.

Trata-se de um dispositivo complexo, composto de uma página principal (www.fundeu.es), à qual se integram outros serviços mantidos pela fundação, como a *Wikilengua del español* (www.wikilengua.org), além de suas contas em redes sociais,

como Twitter e Facebook, dentre as principais.

Assim, pensando nas possibilidades que, viabilizadas pelo suporte tecnológico, a página traz, a percorreremos nos deixando levar por certos circuitos nela previstos no que se refere, especialmente e como acabamos de antecipar, ao funcionamento do site em sua interface.

Ao abrir essa página¹²⁰, percebemos uma configuração que direciona o olhar para a recomendação em destaque, como podemos ver na seguinte captura de tela:

Imagem 7 – Página inicial da Fundéu BBVA de 11 de setembro de 2016¹²¹.

A “recomendación” “Juegos Paralímpicos, claves de redacción” encabeçava o site em 11 de setembro de 2016, se inscrevendo sobre o fundo de uma foto de um outdoor com a figura de um atleta paralímpico em ação, e que se recortava sobre uma paisagem com indícios de ser urbana. Tal “recomendación” aparecia em uma espécie de “*banner* rotativo”, no qual alternava-se com uma outra: “Paralímpico, no paraolímpico ni parolímpico”¹²². Como pudemos ver ao longo do tempo em que

¹²⁰ www.fundeu.es <acesso em 11/09/2016>

¹²¹ Daremos continuidade à numeração das imagens apresentadas ao longo do capítulo; só observamos que, neste caso, em que se trata de capturas de tela, quando se fizer necessário desdobrar alguma delas mediante a amostragem de detalhes, acrescentaremos uma letra que sub especifique esse número.

¹²² Cabe esclarecer que nesse site, regularmente, é publicada uma recomendação diária; porém, em algumas ocasiões, tal como acontece no caso que observamos, a publicação pode incluir duas e aí se recorre ao *banner* rotativo de que falamos.

observamos o site¹²³, as recomendações, de modo regular, aparecem associadas a um acontecimento, em evidência na mídia, concomitante ao momento de sua publicação¹²⁴. No caso em questão, as duas do dia que abordamos, foram publicadas no período em que estavam ocorrendo os Jogos Paralímpicos no Rio de Janeiro (Brasil).

Algo que nos parece importante observar são as semelhanças – sobretudo pensando na primeira aproximação de um sujeito que entra no site – entre o layout desse conjunto e o desenho dos sites de notícias. Quando dizemos “esse conjunto” estamos pensando, fundamentalmente: i) na foto, cuja fonte regularmente aparece registrada como sendo dos arquivos da agência EFE; ii) a recomendação que pode ser associada a uma manchete, e iii) o início do texto que se amplia, ao clicar sobre ele, e nos dá acesso a sua versão integral. De fato, o efeito que queremos frisar é que, nessa página, a “recomendación” funciona como uma composição que entrelaça materialidades significantes¹²⁵ e parece se apresentar “como se fosse uma notícia”, por efeito de um gesto que podemos vincular a uma espécie de “mimese da mídia”¹²⁶.

Focalizaremos, a seguir, o topo da página que já aparece na captura de tela da imagem 7; para tanto, colocamos sua imagem em detalhe:

Imagem 7a - Página inicial da Fundéu BBVA: Topo da página.

O logo da Fundéu BBVA, uma espécie de “f” com acento¹²⁷, entra em relação, do lado direito desse topo, com o do Banco – este, precedido pelo da agência EFE – e com o registro da assessoria da RAE: “Asesorado por la Real Academia Española”, marcando, assim, a articulação institucional à qual já fizemos referência no item 1

¹²³ Por mais que as citações que realizamos desse site sejam fundamentalmente de 2016, cabe esclarecer que seguimos a rotina de acessar a página – em alguns momentos, diariamente – ao longo de 2015, 2016 e parte de 2017.

¹²⁴ Este aspecto será retomado no capítulo 3, onde veremos que aparecem, também, outras alternativas.

¹²⁵ Cf. Lagazzi, 2009.

¹²⁶ A expressão, que nos parece muito produtiva, foi introduzida pelo Prof. Adrián Fanjul (USP) quando participou da banca de qualificação do projeto de pesquisa, parte de cujos resultados textualizamos nesta dissertação.

¹²⁷ Lembremos que no capítulo 1, ao abordar o nome da agência, a interpretação que parecia prevalecer era a de que EFE fazia referência à própria letra e não era uma sigla.

deste capítulo. Logo abaixo do primeiro logotipo, já se apresenta a possibilidade de clicar no *buscador urgente de dudas* e, do lado direito, estão disponíveis os botões de compartilhamento nas redes sociais (RSS, Instagram, Vine, Pinterest, Youtube, Google+, Twitter, Facebook). O que nos parece importante destacar é que esse topo, que permanece presente à medida que rolamos a página para baixo, sempre deixa acessível, por um lado, o *buscador de dudas* e, por outro, a possibilidade de o usuário compartilhar nas redes sociais a solução encontrada a suas consultas.

Vamos agora ao que se encontra logo abaixo do topo, onde aparece o seguinte menu:

Imagem 7b - Página inicial da Fundéu BBVA: “Menu”.

A partir dele temos acesso às recomendações publicadas no site ao longo do tempo, agrupadas de diferentes formas: no item *recomendaciones* as encontramos em ordem cronológica, das mais recentes para as mais antigas; e no item *categorías*, podemos acessá-las por tema, pela letra inicial, por *tipos de duda* – como, por exemplo, “gramática”, “léxico”, “ortografía”, etc.¹²⁸ – ou ainda por *tipos de unidad*: “números”, “abreviaturas”, “adjetivos”.

Clicando em *consultas*, item presente no menu, também é possível acessar as dúvidas enviadas pelos consulentes à fundação: no caso, aparecem vinculadas às respectivas datas em que foram atendidas, o que parece marcar o ritmo do trabalho atendendo à “urgência”, colocada na base do processo de interpelação, como já vimos.

¹²⁸ Vemos que aparece aqui a mobilização dessa metalinguagem, à qual já fizemos referência neste mesmo item, ao tratarmos da composição do MEU.

fundéu BBVA
[buscador urgente de dudas]

Asesorada por la Real Academia Española

RECOMENDACIONES CONSULTAS CATEGORÍAS ESPECIALES

Consultas

Última consulta atendida: 09/09/2016
exreo / ex-reo / ex reo / exreco
En las noticias sobre el caso de un expreso de Guantánamo refugiado en Uruguay veo la forma **ex-reo** escrita de muy distintas maneras. ¿Cuál es la adecuada?

<p>05/09/2016 hacerle caso, hacerla feliz</p> <p>Hola, me gustaría saber si es correcto utilizar el pronombre <i>las</i> en <i>hacerlas caso y hacerlas felices</i>.</p>	<p>05/09/2016 santo/santa o Santo/Santa</p> <p>¿Cómo se escribe la palabra «santo/santa», o en su defecto su apócope «san»? ¿Con la inicial en mayúscula o minúscula?</p>	<p>02/09/2016 reencarnar</p> <p>En referencia a lo expresado por María Kodama sobre el deseo de Borges de <i>reencarnar</i>, quería saber si es posible usar este verbo sin</p>
<p>01/09/2016 de parte de, por parte de</p> <p>Quisiera saber la forma correcta: <i>de parte de</i> o <i>por parte de</i>.</p>	<p>26/08/2016 gasolineras fantasma/fantasmas</p> <p>Con motivo de la noticia de que la Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia (CNMC) defiende</p>	<p>24/08/2016 cupping</p> <p>Leo en muchos medios de comunicación que algunos deportistas utilizan tratamientos de <i>cupping</i>. ¿Existe alguna alternativa en español?</p>

¿TIENES UNA DUDA?

Si no encuentras la respuesta en nuestro buscador, envíanos tu consulta.

nombre y apellidos

correo electrónico

tema de la consulta

escribe aquí tu consulta

Imagem 8 – Página da Fundéu BBVA: Menu *consultas*.

Cabe frisar que nessa parte do site encontramos a reiteração da possibilidade de acesso à realização de uma consulta, algo que já aparece ao abrir a página, tal como podemos ver ao voltar sobre a imagem 7 da captura da tela inicial: do lado direito da recomendação há uma pergunta “¿Tienes una duda?” seguida de um “Consúltanos” (sobre o qual é possível clicar para acessar um formulário) e no topo da página, como já antecipamos, um “buscador urgente de dudas”¹²⁹ – aspecto este que, por sua recorrência e seu caráter central no funcionamento do site, retomaremos mais adiante, neste item do presente capítulo.

Por fim, para concluir a revisão do menu presente no detalhe da captura 7b., clicando em *especiales* chegamos a um novo menu com quatro subitens: *ver todo* que, por sua vez, nos dá acesso ao conteúdo dos três itens subsequentes: *aplicaciones*, que contém alguns aplicativos; e dois que visualizaremos a seguir: *guias em pdf* e *micrositios*. Vamos ao primeiro deles:

¹²⁹ Vale observar uma sutil distinção: mediante “Consúltanos” o usuário envia uma pergunta elaborada por ele e, no caso de consultar o “buscador urgente” ele procuraria, entre as recomendações já publicadas, aquela que atenderia sua dúvida.

Imagem 9 – Página da Fundéu BBVA: Menu *especiales*, ítem *guías en pdf*¹³⁰.

Dando destaque a alguns dos elementos passíveis de observação, vejamos que é possível ter acesso a novos agrupamentos das recomendações, desta vez, mediante uma gama de glossários temáticos, nos quais elas perdem a configuração que apresentam ao abrir a página (e sobre a qual nos debruçaremos no capítulo 3) para integrar listas de palavras que mantêm uma certa semelhança com as que abordamos ao tratar do MEU.

¹³⁰ Obtivemos essa imagem total do menu *especiales*, ítem *guías en pdf*, com ajuda do plug-in “FireShot” do navegador Chrome.

Clicando agora no subitem *micrositios*, temos acesso a variados projetos da Fundéu:

Imagem 10 – Página da Fundéu BBVA: Menu *especiales*, item *micrositios*¹³¹.

A inclusão de alguns projetos (por exemplo, o “Aracne”), o acesso a novos agrupamentos de recomendações ou glossários (p.e., “Las dudas más frecuentes del español de la A a la Z” e “Juegos Olímpicos Río 2016 – Guía de redacción”), bem como a exibição de notícias sobre publicações referidas à língua espanhola (p.e., “Especial Dicionarios”, “DLE”) constituem uma série de gestos que parecem ir

¹³¹ Obtivemos essa imagem total do menu *especiales*, item *micrositios*, com ajuda do plug-in “FireShot” do navegador Chrome.

afirmando o lugar da Fundéu não apenas como regulador mas também como uma fundação que nucleia, a partir de uma posição de autoria, aquilo que poderia permanecer na “dispersão” e trabalha em função de naturalizar tais gestos para que sejam recebidos, lidos e aceitos como realmente necessários, apagando o caráter político do próprio gesto regulador. A isso soma-se a presença de um registro como o de “Español 10 años”, com o logo da Fundéu BBVA, o que – de acordo com formulações de Guimarães (2002, p. 12 e 42) – parece funcionar como uma “rememoração” e, no acontecimento da enunciação, o significa como “memorável”, isto é, o projeta em “sua latência de futuro” – algo que neste caso opera reforçando o trabalho que a fundação faz a respeito de seu próprio trabalho e de seu nome.

Para concluir a abordagem do menu que estamos considerando (ver captura de tela, imagem 7b.) ainda consideramos preciso observar que nele, à direita, aparece o signo “+” marcando a possibilidade de acessar outros percursos. No caso, vejamos que nos leva a um novo menu, como podemos ver na seguinte captura de tela:

Imagem 7c – Página inicial da Fundéu BBVA: Desdobramento do Menu: “+”.

No primeiro item, *#Escribireninternet*, costumam aparecer notícias e recomendações para escrever usando os “novos” meios de comunicação; *Noticias* dá acesso, justamente, a notícias que abordam questões relativas à língua espanhola (inclusive publicadas em diferentes meios: jornais, blogs, etc.) e, por fim, *Quiénes somos* traz informações sobre a Fundéu BBVA.

Neste ponto, voltamos sobre a série de itens presentes do lado direito da captura da tela inicial da página (imagem 7) para concluir nosso percurso. Começaremos por algo ao qual já fizemos referência, que aparece praticamente ao lado da

recomendação e que consideramos uma forma de interpelação do usuário como consulente: “¿Tienes una duda? Consúltanos”.

Imagem 7d - Página inicial da Fundeu BBVA: “¿Tienes una duda? Consúltanos”.

Podemos colocá-la em relação com a que aparece do lado direito da imagem que registramos na captura da tela presente na imagem 8.

 A vertical form with a blue header containing the text "¿TIENES UNA DUDA?". Below the header, on a white background, is the instruction "Si no encuentras la respuesta en nuestro buscador, envíanos tu consulta." where "buscador" is underlined. Below this instruction are four input fields: the first is labeled "nombre y apellidos", the second "correo electrónico", the third "tema de la consulta", and the fourth is a larger text area labeled "escribe aquí tu consulta".

Imagem 8a – Menú *consultas*. Formulário.

Nos dois casos, o procedimento é o mesmo; aparece uma instrução: “Si no encuentras la respuesta en nuestro buscador, envíanos tu consulta” – enunciado no qual indicamos com sublinhado o link sobre a qual é possível clicar. Observemos que, na primeira parte da condicional, “buscador” refere a um objeto que é trazido como fazendo parte de uma rotina do interlocutor, rotina esta que se apresenta como inicial, como básica e, inclusive, como já sabida ou conhecida. A condição expressa por essa subordinada implica a consulta das recomendações publicadas pela fundação e, assim, a possível solução para a dúvida em questão.

Retomando nosso percurso de leitura do site, ainda na captura da tela inicial (imagem 7), embaixo da interpelação “¿Tienes una duda? Consúltanos”, presente na imagem 7d, encontramos a seção “hoy destacamos” que, regularmente parece recuperar recomendações mais antigas; no resgate da página de 11 de setembro de 2016, por exemplo, a recomendação tratava da maneira de se referir ao acontecimento ocorrido no ano de 2001:

Imagem 7e – Página inicial da Fundeu BBVA de 11 de setembro de 2016: “Hoy destacamos”.

Por fim, embaixo desse item, no final da página inicial (imagem 7), ainda podemos clicar em “recursos”. Neste caso, não é possível fazer uma descrição com base em regularidades, pois a cada dia são disponibilizadas diferentes possibilidades. No dia em questão destacavam-se três produções da fundação: de um lado, a *Liga del Español Urgente*, que remete a quatro abas ou subitens, que se concentram na abordagem de “curiosidades del lenguaje del fútbol”¹³²; de outro, uma agrupação nova de recomendações (também presente na seção *especiales*, pela que já passamos) que mais uma vez dá acesso às recomendações – desta vez, “as mais acessadas em cada mês”; e, por fim, um de seus aplicativos: *aplicación de lenguaje financiero*.

Tendo percorrido a página inicial do site da Fundeu BBVA acompanhando a disposição da maioria dos itens presentes na imagem 7, apoiando-nos num recurso tecnológico, poderemos visualizá-la em sua totalidade, algo que, como usuários ou consulentes ou simples visitantes não conseguimos fazer sem ter que “rolar a barra”, o que nos leva a ter uma visão apenas por fragmentos:

¹³² A palavra “liga” em espanhol pode referir a uma competição entre equipes. Em nosso caso, ao fazer parte de um título tão especial como o que encontramos em *Liga del Español Urgente*, o gesto para poder interpretar seu sentido foi colocá-lo em relações de sentido com uma notícia publicada no site Terra, segundo a qual o BBVA deteve os “naming rights” do campeonato de futebol espanhol de 2008 a 2015, período em que era chamado “La Liga BBVA”. A partir de 2016 passa a se chamar “La Liga Santander”. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/futebol/santander-substitui-bbva-como-dono-dos-naming-rights-do-campeonato-espanhol,98a34a9b44b9bb8f80b714bb7d1a30781hh63m7k.html> <acesso em 03/11/2017>.

Imagem 11 – Página inicial da Fundéu BBVA na íntegra, de 11 de setembro de 2016¹³³.

com o seguinte rodapé:

Imagem 12 – Página inicial da Fundéu BBVA na íntegra, de 11 de setembro de 2016: rodapé.

¹³³ Obtivemos essa imagem total da página inicial do site com ajuda do plug-in “FireShot” do navegador Chrome.

Vejamos que à série de itens que fomos apresentando, somam-se outras seções: *Tuits*, *Últimas recomendaciones*, *Últimas consultas atendidas*, *notícias en español* e *wikilengua*. Na primeira delas. Na seção *Tuits* aparece o conteúdo publicado na rede social; já em *Últimas recomendaciones* e *Últimas consultas atendidas* o conteúdo apresentado se refere exatamente ao que o próprio título anuncia; e, em *notícias en español* – segundo se esclarece na seção *preguntas frecuentes* do referido site – estão inclusos: “**contenidos relacionados con el mundo de la lengua publicados por los servicios de la Agencia EFE** y enlaces a informaciones y artículos sobre ese mismo asunto en otros medios que entendemos que pueden ser de interés para nuestros seguidores”¹³⁴. Por fim, em *wikilengua*, são trazidos, em destaque, casos advindos do respectivo projeto, sendo também possível acessar a sua página, diretamente.

Uma vez realizado o percurso pelos principais itens do site, apontando suas regularidades a partir do que visualizamos na parte da página inicial presente na imagem 7, encontramos diversas formas de acessar as “recomendações”, através de diferentes itens dos menus, que as agrupam das mais diversas maneiras. Do mesmo modo, a “consulta”, que responderia a uma dúvida, também se mostra como uma possibilidade permanente, através da Interpelação direta ao consulente: “¿Tienes una duda? Consúltanos,” que o acompanha enquanto navega pelo site. Nesse sentido, é preciso dizer que as “dúvidas” dos consulentes também podem ser resolvidas de formas variadas: mediante o *buscador urgente de dudas*, no qual pode procurar por uma recomendação que aborde a sua dificuldade; lendo as consultas realizadas por outros usuários; enviando uma consulta particular, etc. Assim percebemos que, embora pareça diversificado, o funcionamento do site segue perpetuando a base de um processo de interpelação que já estava presente no DEU: a elaboração permanente de “recomendações” a partir do serviço de consulta e da **observação** das produções dos meios de comunicação.

Brianezi¹³⁵ (2014), ao analisar como se constrói a imagem da dúvida no paratexto do “Diccionario Panhispánico de Dudas” (RAE; ASALE, 2005 *apud* BRIANEZI, *ibid.*), identifica que ali se faz referência à dúvida **concreta** (2014, p. 79), para designar aquela que “chegava” – por via de um canal aberto para consultas pela

¹³⁴ Disponível em: <http://www.fundeu.es/preguntas-frecuentes/> <acesso em 11/09/2016>, grifos do original.

¹³⁵ Brianezi fundamenta sua análise no conceito de “antecipação imaginária” (PÊCHEUX [1969] 2010).

própria instituição – diretamente enviada pelo falante. Nesse “relato” que os autores do dicionário compõem, a dúvida aparece como posta, dada, natural e intrínseca ao falante. Além disso, nesse mesmo paratexto, a autora observa que se projeta uma outra dúvida, a que ela (ibid., p. 94) chama de “potencial” e que corresponderia àquela “antecipada” pelas instituições autoras: nesse sentido, afirma que “a academia a ‘antecipa’ e ‘se antecipa’” sobre algo que o sujeito não reconheceria como “erro” – por exemplo, os estrangeirismos – e, desse modo, instaura um funcionamento que, visto como processo de interpelação – fará com que o falante possa “vir a perguntar ou buscar”, alimentando assim a posição de um sujeito, justamente, “sujeito à dúvida”.

Tendo em vista as considerações da autora, podemos interpretar que o dispositivo do site da Fundéu BBVA trabalha com as mesmas projeções uma vez que o consulente pode enviar a sua dúvida, concreta, à instituição para que lhe responda, mas também pode, consultando as recomendações, baixando os glossários temáticos criados pela Fundéu ou – para citar as principais formas de consulta – lendo as seções em destaque na página inicial, deparar-se com dúvidas que ainda não havia identificado, mas que foram antecipadas pela instituição. Nesse sentido, cabe ainda ressaltar que as recomendações da Fundéu são criadas, de acordo com os registros da *Memoria Anual 2007*, principalmente a partir da observação que faz dos meios de comunicação, a partir dos usos que encontra em desacordo com aqueles tidos como ideais:

En el 2007 el equipo de la Fundación del Español Urgente, formado por periodistas y filólogos, detectó más de cien **errores lingüísticos** diferentes en los medios de comunicación de habla hispana. **Cien problemas** que la Fundéu transformó en **otras tantas recomendaciones** [...]¹³⁶.

Poderíamos concluir que as dúvidas – tanto as concretas quanto as antecipadas – “andam de mãos dadas” pois “surgem”, de um lado, das consultas recebidas e, de outro, do trabalho de observação – ambos a cargo da Fundéu BBVA.

No site, a antecipação da dúvida parece estar fortemente vinculada, como já foi dito, aos temas mais comentados na mídia, o que nos leva a interpretar que tal fato está, também, associado a uma projeção (PÊCHEUX, [1969] 1993) dos consulentes

¹³⁶ Müller-Thyssen, *Memoria Anual 2007*, disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

em potencial: um especialista, que deseja escrever sobre determinado tema da atualidade (seja ele um jornalista ou um criador de conteúdos para a internet, por exemplo); um falante que “se sente inseguro” ao redigir sobre determinado assunto e busca uma solução para suas questões; um leitor habitual, que visita o site regularmente apenas para ler suas recomendações ou, ainda, um leitor acidental que, ao procurar informações sobre determinado tema, acaba chegando ao site e, por seu desenho, tarda em perceber que não se trata de um site de notícias.

De igual maneira, se pensarmos nos propósitos dos manuais de redação e estilo, inseridos no processo de gramatização (AUROUX, 1992) da língua espanhola¹³⁷, percebemos que o site parece atender e perseguir “objetivos” semelhantes. Assim, conforme Arnoux, Blanco e Di Stefano, são dois os objetivos dos manuais:

por un lado, satisfacer necesidades prácticas de los redactores y, por otro, cumplir una función orientadora de la sociedad en su conjunto, la que se auto asignan como producto de su creciente poder económico e ideológico (1999, p. 178).

Dessa forma, podemos dizer que os objetivos permanecem os mesmos, mas os meios para atingi-los parecem modificar-se. Nesse sentido, Bonnin e Lauria atentam para as mudanças com relação às atuais condições de produção.

Es inevitable considerar en el mundo de hoy la presencia de internet, ya no con una concepción territorial del espacio (homogéneo y delimitado), un “lugar” al cual los usuarios “vamos”, sino como una dimensión de las prácticas sociales que tiene en el lenguaje una parte central de su materialidad. Se trata de una extensión heterogénea, en la que se suceden y coocurren múltiples procesos (2015, p. 297).

E, ainda, acrescentam uma observação que consideramos crucial:

El pasaje de los espacios nacionales de las lenguas al espacio de la globalización ya no pueda pensarse, entonces, como una mera ‘ampliación’, como un mero cambio de escala, sino que debe entenderse como una alteración en las prácticas de funcionamiento de las lenguas (ibid.).

Assim, os autores, ao analisar a trajetória dos dicionários *on line*, descrevem um

¹³⁷ Na Introdução deste trabalho apresentamos o conceito do autor.

primeiro momento, situado na versão da web – a chamada “web 1.0”, modelo conhecido como “*one to many*” – que implicou apenas em uma mudança de suporte, que acabou por ampliar o espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2002) de tais instrumentos:

Los primeros diccionarios *online* no fueron sino la versión binaria de los instrumentos lingüísticos analógicos. El gran cambio que estas obras lexicográficas sufrieron, en relación con sus antecesoras, fue el de la disponibilidad (BONNIN; LAURIA, *ibid.*, p. 300).

A edição de 2015 do *MEU* também contou, como vimos, com uma versão digital, no entanto, essa simples conversão não foi suficiente para atingir a velocidade de atualização idealizada pela fundação – somente viabilizada com a criação do site.

Nesse sentido, os próprios Bonnin e Lauria (*ibid.*) veem nas condições contemporâneas de produção, com o surgimento da “web 2.0”¹³⁸ e a passagem para o modelo “*many to many*”, uma nova fase da gramatização, que definem a partir de três características, a saber: a primeira é “*la independencia relativa de los límites territoriales del Estado nación* en algunos rubros de consumo de bienes y servicios, sobre todo culturales”; a segunda, “*el trabajo colaborativo* se presenta cada vez más como regla y no como la excepción en las tareas que involucran el lenguaje”; e a terceira e última, “el rol novedosamente activo de los usuarios, que generan contenidos originales y dispone de elementos que favorece el abandono del papel tradicionalmente pasivo asignado por los medios impresos, en los que la lectura era de tipo unidireccional” (*ibid.*, p. 301-302, destaques dos autores).

Tendo isso em vista, podemos reconhecer, no caso do site da Fundeu, a primeira característica apontada pelos autores, ou seja, a ampliação do espaço de enunciação e, em parte, a terceira, no que se refere aos diferentes modos de leitura e interação possibilitados pelo ambiente virtual que, como vimos, permite o acesso a conteúdos diversificados, com *links* para outras páginas e redes sociais. No entanto, a segunda característica não parece aplicar-se uma vez que a produção e seleção do

¹³⁸ Bressan (2007), em um trabalho produzido no campo da comunicação social no qual aproxima-se dos conhecimentos relacionados à tecnologia da informação, esclarece que a designação web 2.0 foi utilizado pela primeira vez em outubro de 2004 durante uma conferência da qual participaram as empresas O’reilly Media e MediaLive International, produtoras de eventos e conteúdos relacionados às tecnologias da informação. Ainda segundo o autor (*ibid.*), em linhas gerais, a web 2.0 diria respeito a uma segunda geração de serviços e aplicativos da rede e a recursos de tecnologias que permitem um maior grau de interatividade e colaboração na utilização da internet.

que é publicado na página segue concentrada nas mãos da fundação, contando com a colaboração do usuário apenas para enviar dúvidas ou compartilhar o conteúdo através das redes sociais, por exemplo, atuando, portanto, não como um co-autor, como pareceria ser a tendência atual, mas como um colaborador e difusor dessa produção¹³⁹.

Dessa forma, entendemos que o gesto de publicar uma página na internet possibilitou à Fundeu BBVA não só ampliar o alcance de sua produção, como também aumentar sua capacidade de armazenamento, atualização e acesso. E ainda com relação às novas condições de produção que vínhamos tratando a partir de Lauria e Bonin (2015), o próprio Bonin (2014), ao tratar dos novos instrumentos linguísticos baseados na internet, aponta, a partir da análise de dados sobre consulta dos domínios mais visitados e sua “popularidade” na internet, tanto do tráfego global da internet quanto da Espanha, uma dificuldade por parte da RAE em encontrar um caminho dentro do universo digital no início do século XXI. Ao consultarmos os dados atuais, no próprio site citado por Bonin (2014) com relação ao posto ocupado pelo site da academia (3.703º no tráfego global e 202º na Espanha)¹⁴⁰ e da Fundeu (29.127º no tráfego global e 1.425º na Espanha)¹⁴¹ no momento da consulta, percebemos uma distância grande entre as posições de ambas.

Estatísticas de tráfego do site www.rae.es.

¹³⁹ A ideia da produção coletiva de conteúdo, embora esteja presente em *Wikilengua*, projeto da fundação que pode ser acessado através do site, não parece se aplicar ao funcionamento da página principal (www.fundeu.es).

¹⁴⁰ <https://www.alexa.com/siteinfo/rae.es> <acesso em 25/01/2018>.

¹⁴¹ <https://www.alexa.com/siteinfo/fundeu.es> <acesso em 25/01/2018>.

Estatísticas de tráfego do site www.fundeu.es.

Inclusive, ao compararmos os dados de acesso de outro instrumento linguístico, muito “popular” na atualidade, o dicionário *online* do site WordReference.com (322° no tráfego global e 49° na Espanha)¹⁴² nesse mesmo dia, também percebemos uma distancia significativa com relação ao posto da RAE, fato que confirma a observação de Bonnin.

Estatísticas de tráfego do site www.wordreference.com.

¹⁴² <https://www.alexa.com/siteinfo/wordreference.com> <acesso em 25/01/2018>.

Diante desses números, é possível pensar que, embora o site da RAE possua maior popularidade que o da Fundéu, este último não deixa de representar mais um domínio vinculado a essa instituição, capaz de explorar novos caminhos e possibilidades nesse imenso espaço da internet, a conquistar.

Nosso propósito neste capítulo foi compreender como a Fundéu se constituiu e, para tanto, qual articulação se forjou na sua composição institucional determinando seu funcionamento com o intuito de regular a língua no espaço da comunicação. Em tal articulação e visando esse objetivo, a RAE virá a ter papel fundamental. Vimos que a criação da fundação ocorreu em um período caracterizado por mudanças tanto na economia espanhola, que iniciava um processo de expansão internacional, quanto em relação à política linguística, que encontrava novas soluções na NPLP, de acordo com o documento redigido e publicado pela RAE e sua nova articulação com a ASALE. Ambos fatores fizeram parte das condições de produção da fundação que, devido ao vazio normativo que existia na época a respeito do funcionamento da língua nos meios de comunicação, passou a atuar em sua regulação, assumindo um funcionamento baseado, tal como aparece em seu discurso, na “defensa da língua”. Além disso, pudemos perceber que as recomendações da Fundéu ultrapassam o âmbito das redações jornalísticas, ampliando seu alcance e seu público, primeiro através da publicação do MEU e de outros instrumentos por ela produzidos; e, posteriormente, através da criação de seu site e da exploração dos recursos possibilitados por esse suporte – o que parece implicar um salto significativo se comparado às suas primeiras publicações, mas que ainda precisa ser trabalhado no sentido de atingir maior notoriedade no espaço da web.

Dessa forma, voltamo-nos ao site e ao dispositivo regulador ali presente, para afirmar que, de fato, trata-se de uma estrutura complexa, tanto no que se refere aos “recursos” disponíveis – recomendações e consultas, notícias do espanhol, projetos especiais, acesso à *wikilengua*, redes sociais – quanto à forma como os apresenta e ao modo como possibilita a interação com o usuário. Lembremos, neste último sentido, que as recomendações, por exemplo, podem ser acessadas por várias vias: através do buscador, pelo menu “recomendaciones”, por letra, por tema, por tipo de dúvida, por unidade; contudo, embora seja notório que os recursos tenham se atualizado e diversificado, reconhecemos nesse dispositivo o funcionamento do mesmo processo que já estava presente no DEU, ancorado fundamentalmente em

dois gestos que se entrelaçam, sem manter delimitações muito claras entre si e, por fazer parte de um processo que interpretamos como sendo de interpelação, se retroalimentam. Trata-se da elaboração em série de “recomendações” a partir do serviço de consulta e da **observação** das produções dos meios de comunicação. O suporte tecnológico contribui, como parte do processo de “aceleração tecnológica” do qual fala Rosa ([2013] 2016), a justamente aumentar o ritmo ou compasso e dar conta de um certo “descompasso”: o que ocorre – recuperando algo que aponta Medeiros (2015) ao falar dos glossários – quando, no trabalho de observação dos meios, surge a “alteridade” que se materializa em formas que podem ser vistas como “erros” ou, tal como se dirá em outros momentos, como “não apropriadas”. A recomendação que opera sobre tais ocorrências marcaria o descompasso entre discurso e “língua” (entre “uso” e língua, sentidos preponderantes na discursividade que abordamos) – sendo esta última uma entidade que é preciso defender.

Vamos, então, para o capítulo 3, no qual analisaremos as “recomendaciones lingüísticas”, presentes de forma tão significativa no site, na tentativa de melhor compreender o seu funcionamento discursivo.

CAPÍTULO 3

O GESTO DE RECOMENDAR

Este capítulo se centrará em abordar alguns aspectos relativos às “recomendaciones” elaboradas pela Fundéu BBVA e veiculadas em seu site. Como observamos no anterior, numa primeira aproximação que fizemos deste último, as “recomendaciones” parecem exercer um forte protagonismo: de fato, parecem capturar a atenção do olhar quando se abre a página, ainda são retomadas e reorganizadas insistentemente em muitas séries e, também, podem ser consultadas mediante links que dão acesso a diversos glossários. Por isso, neste momento do trabalho voltaremos nosso olhar para suas especificidades.

Nesse sentido, dividiremos o capítulo em dois itens. No primeiro deles, nos deteremos no termo “recomendación”, olhando para a deriva de “designações” (GUIMARAES, 2002) com as quais entra em relação no relato e nas interpretações formuladas por Olmos (1997) e, sobretudo, nos registros presentes na *Memoria Anual* da Fundéu. Já no item 2, procuraremos compreender o funcionamento das recomendações a partir da análise de sua textualidade e da determinação de uma série de regularidades; para tanto, começaremos por uma específica a qual colocaremos em relações de sentido com a textualidade da palavra correspondente no MEU (2015); e, logo, a observação de um corpus de 34 recomendações (publicadas em abril de 2014), que apresentaremos em um quadro, o que nos permitirá confirmar nossas interpretações e, em alguns casos, incluir novos aspectos.

Na análise mobilizaremos, fundamentalmente, trabalhos realizados no campo da Glotopolítica e da AD.

1. Sobre a designação “recomendación”

Começaremos procurando pensar “recomendación” como uma **designação**, à luz da reflexão de Guimarães (2002), pensando na significação desse nome não enquanto algo abstrato; como diz o autor, seria “a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto **uma relação tomada na história**” (ibid., p. 9, grifos nossos). Para tanto, procuraremos abordar como essa

designação funciona numa série maior, que também refere aos gestos reguladores da Fundéu BBVA.

Se recuperarmos parte das considerações trabalhadas no capítulo 2, podemos afirmar que o termo – “recomendación” – já “estava posto” antes da criação da Fundéu BBVA e, portanto, da construção da página web. Lembremos que Olmos (1997) – o jornalista que escreveu o livro (aqui amplamente mobilizado) sobre a história da agência EFE – ao fazer referência às cenas iniciais dos trabalhos do “Departamento de español urgente” (DEU) dessa agência, observa que aos filólogos eram atribuídas determinadas tarefas: eles deviam revisar atentamente as informações distribuídas pela agência EFE, apontar os “defeitos” e propor soluções adequadas (ibid, p. 494) e registra, também, que redigiam “notas correctoras” para utilização na redação. A respeito dessas últimas comenta, inclusive, como eram distribuídas:

Las notas de los filólogos se distribuyen por las redacciones de la central y por las delegaciones de EFE en España y en el exterior (ibid., p. 494).

E, imediatamente, acrescenta que, em resposta às solicitações dos assinantes (“abonados”) da agência, essas mesmas notas começam a ser distribuídas entre estes:

No pasa mucho tiempo sin que los abonados soliciten que se les envíen las correcciones que los filólogos vayan haciendo sobre el servicio, y EFE semanalmente envía por el hilo a sus abonados sus recomendaciones lingüísticas que comienzan a publicarse en medios de España y América (ibid., p. 495, grifos nossos)¹⁴³.

Vemos que de “notas correctoras” passa-se a “correcciones” e, em seguida, opera um deslizamento para “recomendaciones lingüísticas”¹⁴⁴.

Passando agora ao período posterior à criação da Fundéu BBVA (2005), é preciso observar que, também, nos discursos por ela produzidos, o termo “recomendación” se faz muito presente. Isso ocorre, por exemplo, na seção *Memoria*

¹⁴³ Introduzimos o sublinhado, neste primeiro item de nosso capítulo, apenas para marcar os fragmentos que se relacionam com os deslizos ou deslocamentos a respeito do significante “recomendación” que aqui abordamos. Manteremos o negrito para outros destaques.

¹⁴⁴ Antes de recuperar as designações que aí aparecem observamos que, no relato de Olmos (1997), continuamos tendo marcas de como se apresenta como natural o “surgimento” de uma demanda à qual o DEU vai respondendo de “forma imediata”.

Anual, sobretudo no item *Memoria lingüística*, no qual se realizava uma síntese do conteúdo dos “informes”¹⁴⁵, ou seja, dos relatórios elaborados pela fundação para os meios de comunicação. Vejamos, nesse sentido, o excerto extraído da *Memoria Anual 2005*:

SD1¹⁴⁶

En esos informes se **enumeran los errores detectados** y se incluyen comentarios y recomendaciones sobre **los malos usos del español que la Fundéu considera necesario evitar**¹⁴⁷ (grifos nossos).

Observe-se que são descritos dois movimentos na elaboração dos “informes”: primeiro, a enumeração dos “erros detectados” e, então, a inclusão de “comentários e recomendações” – designações que aparecem numa relação de coordenação – cujo escopo opera sobre “os maus usos observados do espanhol que a fundação considera necessário evitar”.

Também, segundo essa mesma *Memoria Anual 2005*, o serviço da fundação se estendeu aos meios hispano-americanos, através da agência EFE, como se explicita nesta sequência:

SD2

La Fundación distribuyó además **a los medios de comunicación hispanoamericanos**, a través de la línea de la Agencia Efe, advertencias sobre determinados usos lingüísticos¹⁴⁸ (grifos nossos).

Chama nossa atenção que, no que tange ao serviço enviado especificamente a esses meios, surja o significante “advertencias”. De fato, “advertir” (ou seu substantivo) parece trazer sentidos mais “contundentes” a respeito do ato de “recomendar”¹⁴⁹. No entanto, quando retomamos o sintagma coordenado presente na SD1: “comentarios y recomendaciones” – cujas designações se apresentam como “mais brandas” –

¹⁴⁵ Neste capítulo, nos referiremos à *Memoria Anual* da Fundéu como relatório e aos relatórios elaborados pela agência e enviado aos meios como “informe”, a fim de melhor distingui-los.

¹⁴⁶ Observamos que neste capítulo numeraremos, a fim de facilitar a leitura, as “sequências discursivas” (COURTINE, [2009] 2014) recortadas de nosso *corpus*.

¹⁴⁷ *Memoria lingüística*. In: *Memoria Anual 2005*, p. 16. Disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

¹⁴⁸ *Memoria lingüística*. In: *Memoria Anual 2005*, p. 16. Disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

¹⁴⁹ De acordo com reflexões realizadas no item 1 do capítulo 2, talvez seja possível dizer que a presença nesse enunciado do adjetivo “hispanoamericanos”, amplo gentílico que recorta o interlocutor da agência EFE no trabalho de distribuição do qual aí se fala, possa ter afetado o sujeito do discurso a respeito de uma memória mais tensa e propiciado o deslizamento que observamos.

também é preciso reconhecer que este versa “sobre los **malos usos** del español que la Fundéu considera necesario evitar” (grifos nossos). Assim, na deriva de deslizamentos entre significantes que tendem a perder valores ou sentidos “disfóricos”, observamos que não há uma linearidade e que as designações são afetadas por sintagmas preposicionais marcados por uma forte vontade reguladora e normativa.

A direção predominante nessa deriva parece estar presente numa sequência que retiramos da mesma seção da *Memoria Anual 2005*:

SD3

En este informe se incluyen algunos comentarios sobre voces que han planteado dudas durante el 2005 y se presenta una relación comentada de los principales errores que se cometen habitualmente en el uso del español en los medios de comunicación y una selección de avisos que – redactados por la Fundéu – la agencia EFE envió a todos sus clientes¹⁵⁰ (grifos nossos).

Neste recorte os gestos reguladores da fundação recebem a designação de “comentarios”, desta vez, “sobre voces que han planteado dudas durante el 2005” – veja-se a relação sempre presente com as consultas ou, como apontamos no capítulo 2, com as “dúvidas concretas”. Além disso, neste caso, há uma lista dos “principales errores que se cometen habitualmente [...]” e uma seleção de “avisos”, sobre os quais não se apresenta uma clara caracterização.

Antes de continuarmos, consideramos relevante retomar os deslizamentos entre as designações que referem às intervenções que no plano do funcionamento da língua realizava o DEU (OLMOS, 1997) e, posteriormente, a Fundéu (neste caso, de acordo com os registros realizados na *Memoria Anual* dessa fundação):

[(DEU): *notas correctoras - correcciones - recomendaciones lingüísticas*]

(Fundéu): *comentarios y recomendaciones - advertencias - comentarios*

Nessa retomada, podemos ver o movimento que já antecipamos e que acompanha um trabalho que abranda os sentidos disfóricos no modo de nomear as ações ou intervenções que se relacionam à regulação da língua, embora isso não aconteça de

¹⁵⁰ *Memoria lingüística*. In: *Memoria Anual 2005*, p. 17. Disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

um modo linear, mas marcado pela “injunção a regular” desse sujeito do discurso. A observação que realizamos implica uma tensão entre norma e uso que se materializa na deriva das designações e dos sintagmas preposicionais que as afetam. Neste sentido, é preciso ressaltar que em todos os casos, há uma referência a “erro”, significante expressivo e forte na formação discursiva na qual se inscreve o discurso que abordamos.

Isto se confirma quando colocamos nossa interpretação em relação de sentidos com as sequências que recortamos do já referido item *Memoria lingüística* (como parte da *Memoria Anual*) ao longo dos anos¹⁵¹. Vejamos como nelas, a partir da explicação de como os serviços oferecidos pela fundação são distribuídos por meio da agência EFE aos meios de comunicação, aparecem as formas que designam o trabalho de regulação da língua:

SD4
La Fundéu también distribuyó a los medios de comunicación españoles e hispanoamericanos , por medio de la línea de la Agencia Efe, <u>advertencias</u> sobre el uso correcto del idioma y <u>recomendaciones</u> acerca del empleo de determinadas voces que plantearon dudas durante el 2006, de las que a continuación destacamos algunas [...] ¹⁵² (grifos nossos).
SD5
La Fundéu también distribuyó a los medios de comunicación españoles e hispanoamericanos , a través de la línea de abonados de la agencia Efe, <u>advertencias</u> y <u>recomendaciones</u> (dos semanales) sobre el uso correcto del idioma y acerca del empleo de determinadas voces que plantearon dudas durante el 2007, de las que a continuación destacamos las más importantes: ¹⁵³ (grifos nossos).
SD6
En el 2008 la Fundéu siguió enviando <u>recomendaciones lingüísticas</u> , al menos dos por semana, a los medios de comunicación abonados a la agencia Efe . Muchas de dichas recomendaciones se derivaron de cuestiones de la actualidad informativa [...] ¹⁵⁴ (grifos nossos).
SD7

¹⁵¹ Esse item permaneceu na publicação *Memorial Anual* até 2012, no entanto, aqui citamos entre 2005 e 2009, porque em 2010 a Fundéu BBVA decidiu deixar de elaborar os “informes” para os diversos meios, os quais justamente sintetiza no item *Memoria lingüística*, tal como ficará claro quando abordamos a sd9.

¹⁵² *Memoria lingüística*. In: *Memoria Anual 2006*, p. 20, grifos nossos. Disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

¹⁵³ *Memoria lingüística*. In: *Memoria Anual 2007*, p. 17, grifos nossos. Disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

¹⁵⁴ *Memoria lingüística*. In: *Memoria Anual 2008*, p. 18, grifos nossos. Disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

La Fundéu continuó durante el 2009 con la distribución **a los medios de comunicación españoles e hispanoamericanos, dos veces a la semana**, a través de la línea de abonados de la agencia Efe, de consejos sobre el uso correcto del idioma [...] ¹⁵⁵ (grifos nossos).

As sequências em questão geralmente antecedem alguns exemplos das recomendações elaboradas no ano correspondente à respectiva *Memoria Anual* e apresentadas na síntese que se realizava dos “informes” enviados aos meios, como já dissemos. Recuperemos as designações que aparecem nas sequências recortadas:

SD 4: *advertencias – y recomendaciones*

SD 5: *advertencias y recomendaciones*

SD 6: *recomendaciones*

SD 7: *consejos*

Se antes, na *Memoria Anual 2005*, “emergiu” o significante “advertencia” vemos que ele reaparece nos respectivos relatórios de 2006 e 2007¹⁵⁶ e sem estar associado ao gentílico que especificava os meios em SD2: “hispanoamericanos”. No primeiro caso, refere ao “uso correcto del idioma” dentro de uma coordenação maior na qual aparece vinculado a “recomendaciones”, designação esta especificada mediante o fragmento “acerca del empleo de determinadas voces que plantearon dudas”. Já no segundo caso, temos um sintagma coordenado: “advertências y recomendaciones”, especificado mediante um sintagma preposicional: “sobre el uso correcto del idioma y acerca del empleo de determinadas voces que plantearon dudas”. É importante frisar que, neste caso, também se atribui aos nomes desse sintagma uma especificação referida à quantidade e à frequência (“dos semanales”).

No relatório de 2008, aparece “recomendaciones lingüísticas”, tal como estava presente no “relato” de Olmos (1997), com essa especificação. Reitera-se aí a marca da quantidade e da frequência (“al menos dos por semana”), algo que nos remete à questão da urgência abordada no capítulo 2, sendo que o marcador “al menos” parece referir a uma tensão entre o desejável e o possível ou realizável naquele momento. Aqui não aparece, para trazer a referência sobre a qual atuam essas recomendações,

¹⁵⁵ *Memoria lingüística*. In: *Memoria Anual 2009*, p. 11, grifos nossos. Disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

¹⁵⁶ Lembramos que a palavra “relatório” funciona como genérico das *Memorias anuales* da Fundéu.

o significante “erro” que foi sendo deslocado predominantemente pela presença de novas designações: “uso correcto del idioma” e “acerca del empleo de determinadas vocês que plantearon dudas”. Na sd6 a referência é mais ampla: “cuestiones de la actualidad informativa”.

Por fim, na *Memoria Anual 2009*, surge a designação “consejos”, à qual se atribui uma especificação: “sobre el uso correcto del idioma”. Vemos que o movimento que já observamos, relativo a um abrandamento de sentidos disfóricos, vai “suavizando” as designações e obedecendo uma cadência que passa de “advertências” a “consejos” e, de igual maneira, de “error” a “uso correcto del idioma”.

Assim, podemos associar os movimentos de sentidos mobilizados aqui a uma tendência que Arnoux (2015c) observa em alguns instrumentos produzidos pela academia, dependendo do público a que se destina, como por exemplo a *Nueva gramática básica de la lengua española* (RAE; ASALE, 2011) destinada ao “gran público”, que a autora analisa em um de seus estudos:

Los juicios prescriptivos se exponen en variadas expresiones políticamente más correctas que las que aparecían en gramáticas anteriores, incluso en el cuidadoso *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española* (1973, p. 427), que llegaba a usar “solecismo plebeyo” (ARNOUX, *ibid.*, p. 246).

A autora (*ibid.*) acrescenta que “Sigue en esta matización de las valoraciones un criterio que ya aparecía parcialmente en el *Diccionario panhispánico de dudas* (2005)”. De fato, no próprio paratexto do DPD¹⁵⁷ “recomendaciones” aparece na seção “qué es¹⁵⁸” fortemente vinculado à norma e à correção:

El *Diccionario panhispánico de dudas* es un diccionario *normativo* en la medida en que sus juicios y recomendaciones están basados en la *norma* que regula hoy el uso correcto de la lengua española¹⁵⁹.

Dessa forma vemos que nesse dicionário, que se inscreve em uma tradição normativa

¹⁵⁷ Lembremos que o DPD se relaciona, de algum modo, com os projetos da Fundéu, não só pela relação estabelecida entre esta e a RAE, mas também pela ligação que se estabelece, segundo Gómez Font (2005, p. 9), entre a sua criação e o cancelamento do projeto de elaboração de um instrumento único de regulação dos meios de comunicação (“Proyecto Zacatecas”), tal como vimos no capítulo 2.

¹⁵⁸ Essa seção, presente no paratexto do DPD (versão online) aborda aspectos desse dicionário com relação ao seu propósito, destinatários, caráter normativo, entre outros.

¹⁵⁹ Disponível em <http://www.rae.es/diccionario-panhispanico-de-dudas/que-es> <acesso em 14/10/2017>.

e na NPLP (“Nueva política lingüística panhispánica”, da que tratamos no capítulo 2) de RAE e ASALE, também se realizam “recomendaciones”, regulando a língua mediante esse gesto e a partir da norma determinada pelas academias. Em função disso, consideramos relevante, neste ponto, ver os sentidos associados ao verbo “recomendar” no verbete publicado nesse dicionário, não em um gesto de submissão a seus enunciados definidores, mas para compreender melhor como esse termo é projetado pelas próprias instituições autoras:

recomendar. 1. ‘Aconsejar [algo] a alguien para su bien o provecho’ y ‘hablar a una persona en favor [de otra] para que la ayude’. Verbo irregular: se conjuga como *acertar* (→ [APÉNDICE 1, n.º 16](#)).

2. Con el segundo sentido indicado, se construye normalmente con dos complementos de persona: uno directo, que designa la persona en favor de la cual se habla, y otro indirecto, que designa la persona a quien se habla. Para evitar la anfibología resultante de la presencia de dos complementos con *a*—el directo de persona y el indirecto: *Recomendé A mi hermano A mi jefe*—, puede suprimirse la preposición del complemento directo: *Recomendé mi hermano Ami jefe* (→ [a², 1.2d](#)). En México se emplea también la solución, infrecuente en el resto del ámbito hispánico, de introducir por *con* el segundo complemento: *Recomendé A mi hermano CON mi jefe*¹⁶⁰.

No enunciado definidor 1. os sentidos atribuídos a “recomendar” também estão associados a aconselhar, orientar alguém para o seu próprio bem, significando o sujeito enunciador (aquele que recomenda) como um sujeito investido de saberes que legitimam essa ação. Aquela deriva que trabalhamos ao abordar as sequências discursivas de 1 a 7, passava por “recomendación” em vários momentos, desembocando também em “consejos”. Os dois significantes, fortemente vinculados na própria definição do DPD, remetem ao mesmo tipo de interlocução, marcada pela assimetria que acabamos de assinalar.

De acordo com Nogueira (2016, p. 267), o significante “recomendação” costuma alternar-se com “norma” nos discursos prescritivos ainda que seus valores conotativos variem em diferentes âmbitos e gêneros discursivos. No entanto, segundo Arnoux (2015 c), no caso do discurso das academias (RAE e ASALE) as atenuações não são muitas vezes percebidas em função das projeções que os falantes fazem sobre o lugar de “autoridade” dessas instituições:

¹⁶⁰ Disponível em <http://lema.rae.es/dpd/?key=recomendaci%C3%B3n> <acesso em 14/10/2017>.

el discurso académico normativo funciona como mandato, en la medida en que los hablantes proyectan sobre aquél [el discurso académico] la representación de que lo que los instrumentos lingüísticos académicos valoran es lo correcto (asociado a lo prestigioso), ya que determinarlo es la función que les asignan. Esto lleva, posiblemente, a que modalizaciones o atenuaciones no se perciban y que, en todos los casos, la lectura sea la contundente prescripción (ARNOUX, *ibid.*, p. 248).

A respeito desse imaginário em torno da produção acadêmica, Nogueira (2016), em sua análise do manual *Escribir en Internet* (2012) – publicado pela Fundéu BBVA e dirigido por Mario Tascón – faz um contraponto entre norma e recomendação e esclarece que a distinção não é perceptível na maioria de suas formulações, mas sim, em sua autoria: “La distinción se hace evidente cuando se identifica quién produce normas y quién, recomendaciones.” e, nesse sentido, afirma que: “Las recomendaciones las elabora Fundéu; las normas son académicas, de la RAE” (*ibid.*, p.274). Podemos compreender a conclusão da autora à luz do modo como se constitui a Fundéu BBVA (na associação entre a agência EFE e o Banco) com a assessoria da RAE.

Fato é que a “recomendação” acaba por afirmar-se como uma intervenção eficaz de regular a língua no espaço da comunicação mediante as mudanças estabelecidas pela fundação em suas estratégias de comunicação com os meios, tal como se registra na *Memoria Anual 2010*:

SD8

El 2010 supuso para la Fundéu BBVA el año del cambio en su estrategia de comunicación con los medios: pasó de emitir **informes lingüísticos personalizados** – de periodicidad bianual o trianual – para cada medio de comunicación colaborador, a difundir **recomendaciones lingüísticas diarias y generalizadas** – para todos los medios en español – **basadas en la actualidad informativa**¹⁶¹ (grifos nossos).

De acordo com esses registros, a Fundéu, para poder concentrar seus esforços na produção das recomendações em sincronia com “a atualidade informativa”, deixa de produzir os “informes” que elaborava para cada meio, em um movimento que “simplifica” e vai do particular (personalizado) para o geral:

¹⁶¹ *Memoria lingüística*. In: *Memoria Anual 2010*, p. 8-9. Disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

SD9

Como consecuencia de esta nueva estrategia la Fundéu también **aumentó la frecuencia en la distribución** de sus **consejos** de buen uso del español a los medios de comunicación españoles e hispanoamericanos, y lo hizo, eso sí, como siempre lo había hecho: **a través de la línea de abonados de la Agencia Efe**. Así, mientras que en el 2009 y en años anteriores distribuyó una media de dos recomendaciones por semana, a partir del 2010 comenzó a enviar cinco: **uno por día, de lunes a viernes**¹⁶² (grifos nossos).

Com a mudança, as recomendações passam de duas a cinco por semana, sendo elaboradas diariamente, de segunda a sexta-feira. No ano seguinte o texto da *Memoria lingüística* detalha a forma como essas recomendações são distribuídas:

SD10

De todas estas circunstancias y de sus consecuencias en el lenguaje, principalmente en el periodístico, se hizo eco la Fundéu, que publicó en **su web, en el canal de noticias de la Agencia Efe y en sus cuentas de Twitter y Facebook, por citar los principales soportes, notas aclaratorias** sobre los aspectos lingüísticos más acuciantes asociados a la actualidad informativa del 2011¹⁶³ (grifos nossos).

A diversificação das mídias que passam a distribuir as recomendações, significadas aqui como “notas aclaratorias”, é percebida na enumeração que se faz – “su web, en el canal de noticias de la Agencia Efe y en sus cuentas de Twitter y Facebook”, interrompida pela expressão “por citar los principales soportes”. Deixam-se marcas de que a lista seria maior, tudo o qual funciona a favor de evidenciar o possível alcance de sua produção ou, ao menos, o esforço em distribuí-la, valendo-se de variadas mídias.

Os aspectos abordados neste primeiro item nos permitem reiterar algumas das interpretações já apresentadas no capítulo 2, no sentido de que estaríamos diante de uma linha de produção, na qual se atinge uma certa padronização – como vimos no caso de que a fundação passava de realizar “informes lingüísticos **personalizados**” a “difundir recomendaciones lingüísticas **diarias y generalizadas**” (cf. SD8, grifos nossos). Opera aí, como fruto de uma simplificação, a realização de atividades

¹⁶² *Memoria lingüística*. In: *Memoria Anual 2010*, p. 10. Disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

¹⁶³ *Memoria lingüística*. In: *Memoria Anual 2011*, p. 18. Disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

Parece-nos relevante, com relação a essa SD, realizar uma observação sobre o atributo “aspectos lingüísticos más acuciantes”, no qual ressoam todos os sentidos vinculados à injunção a regular e à “urgência” de que falamos no capítulo 2.

repetitivas marcadas por um ritmo que visa o aumento da produtividade, tudo o qual nos permite caracterizar a fundação como uma máquina de “recomendar” sobre a língua. Cabe observar ainda que em 2012 a designação “recomendación” é ressignificada como “píldora”:

SD11

El 2012 comenzó con la publicación, el 2 de enero, de una **píldora lingüística** que no podía ser más premonitória; se tituló “decrecimiento, no decrecimiento negativo”¹⁶⁴ (grifos nossos).

O significante “píldora” remete a “comprimido”, promovendo um deslizamento de “recomendación” (o “consejo”) para “medicación” – fato que mantém a assimetria entre quem dá o conselho ou aconselha a “píldora” e quem os recebe – remetendo a um produto a que se recorre na busca pontual da solução para um problema; neste caso, poderíamos pensar na resposta à consulta que justamente acalmaria o incômodo ou o mal-estar gerado pela “dúvida”. Isto reforça o que dizíamos no capítulo 2 ao tomar a ideia da dúvida e nos permite afirmar – com base no trabalho de Celada, Costa e Brianezi (2015) – que esta não se reconhece como própria da língua: como expressão da possibilidade de equívoco (do deslizamento) constitutivo, de acordo com Pêcheux ([1988] 1990), de seu funcionamento. Na formação discursiva na qual se inscreve o discurso que abordamos, a dúvida está no falante, é um “problema” dele para o qual a Fundeu procura soluções: no caso, a “píldora” garantirá sua boa saúde.

A projeção que a metáfora da “píldora” materializa sobre a recomendação nos leva a pensar esta, então, como um produto, aspecto que pode ser colocado em relação com as reflexões de Baronas (2003), já citadas no capítulo 2, a respeito da significação da língua como mercadoria:

A língua canônica é oferecida aos sujeitos a partir da necessidade que eles têm de consumi-la. Necessidades essas das mais diversas ordens: ascender na carreira; passar num concurso público; arrumar um bom emprego; melhorar a comunicação nas mais diversas situações de trabalho e da vida social, etc. O mais nefasto nessa efetivação do saber metalinguístico canônico como mercadoria é a sua consequente criação de subjetividades. Com efeito, o que a mídia nos seus mais diversos suportes vende ao sujeito não é um produto, mas a possibilidade de um acesso na forma de fantasia. Desse modo, não

¹⁶⁴ *Memoria lingüística*. In: *Memoria Anual 2012*. Disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

há uma sublimação, mas uma repreensão pela falta de algo que o sujeito efetivamente não necessita (BARONAS, *ibid.*, p. 89).

Se relacionarmos essa prática ao público ao qual as recomendações se dirigem de forma mais direta, ou seja, às pessoas que trabalham com a língua, tais sentidos se intensificam uma vez que o “bom uso da língua” fica associado de forma mais significativa ao exercício “eficiente” (e saudável) da profissão.

Feitas as considerações a respeito da filiação do termo “recomendación” a uma rede de designações e, portanto, aos sentidos a ela associados, passaremos à análise da textualidade das recomendações a fim de compreender o seu funcionamento discursivo.

2. Sobre os modos de recomendar

Como vimos no item anterior deste capítulo, o modo como a Fundéu BBVA procura atuar no sentido de regular a língua – visando, sobretudo, a dos meios de comunicação – pauta-se, em grande medida, no gesto de “recomendar”. Tendo isso em vista, focalizaremos, a partir deste momento, as recomendações publicadas em seu site; para tanto, primeiramente, abordaremos as analogias que encontramos entre estas e o “gênero notícia” – algo que já antecipamos no capítulo 2 – para, na sequência, tratarmos das regularidades encontradas em nosso corpus a fim de melhor compreendê-las. Passamos, nos próximos dois subitens, à primeira dessas duas questões.

Como se fosse uma notícia

Na primeira aproximação que fizemos em relação ao site da Fundéu BBVA, em nosso capítulo 2, já observamos aspectos que contribuem a que seu desenho funcione no sentido de que, numa primeira aproximação ao menos, “pareça uma notícia”. Naquele momento já afirmamos que isto se devia, em grande parte, ao layout da “recomendación”, considerando especialmente três aspectos e, sobretudo, sua distribuição dentro de uma determinada composição: o agenciamento de uma foto, com registro da “fonte” (regularmente, proveniente da agência EFE); a “recomendación” propriamente dita, cujo título poderia ser associado a uma manchete e o início do texto que começa a expandi-la e que pode ser ampliado com um clique,

mediante o qual temos acesso à recomendação integral. Cabe ainda ressaltar que esse efeito é potencializado ainda naqueles casos nos quais o tema associado à imagem e ao título remete a um acontecimento do momento, presente na mídia. A modo de ilustração, trazemos a tela inicial da página da Fundéu BBVA de 18 de abril de 2016, dia posterior àquele em que a Câmara dos Deputados no Brasil aprovara o prosseguimento, no Senado, do processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff:

Imagem 1 – Detalhe da página inicial do site da Fundéu BBVA do dia 18 de abril de 2016: destaque do banner rotativo (2)¹⁶⁵.

Levando em conta essa série de considerações e como já antecipamos no capítulo 2, a “recomendación” se constituiria a partir de uma “mimese da mídia”, mais especificamente do gênero “notícia”, no design regular que este apresenta em alguns sites. Nesse sentido, no caso que citamos na imagem 1, relativo à “recomendación” publicada no dia 18 de abril de 2016, é preciso ressaltar que havia mais um aspecto que contribuía a reforçar a mimese da qual falamos: no contexto de que muitos meios de comunicação veiculavam notícias sobre a decisão tomada “na noite anterior”, “esta”

¹⁶⁵ Como já antecipamos no capítulo 2, em alguns casos a publicação no site inclui duas “recomendaciones”, que aparecem, alternadas, no que chamamos de “banner rotativo”. Aqui se trata da segunda delas.

pareceria ser mais uma. Assim, uma primeira interpretação possível seria pensar, a partir dos sentidos instaurados pelas condições de produção da publicação da recomendação que abordamos, que a notícia se relacionaria a “uma alternativa” ao processo de *impeachment* – uma vez que os títulos relativos a esse gênero geralmente se referem, de forma precisa, ao fato a ser noticiado.

No entanto, os efeitos dessa mimese ficam interrompidos – sobretudo ao se tratar de alguém que acessa o site por primeira vez – assim que se procede à leitura do “título”: surge aí um certo efeito de “opacidade” (AUTHIER-REVUZ, 2004¹⁶⁶) que obriga a reler ou a continuar a leitura, indo para o texto. Nesse momento, esse efeito se relaciona com o fato de que a materialidade do título refere, não a fatos do mundo, mas a fatos da língua: de seu funcionamento. Assim, passa-se a identificar a presença de letra itálica tanto para *proceso de destitución* quanto para *impeachment*, um aspecto que se relaciona com o **funcionamento autonímico**¹⁶⁷ desses significantes que, de acordo com Authier-Revuz (1998, p. 137), podemos compreender na oposição entre *uso / menção*¹⁶⁸.

A leitura do primeiro parágrafo da recomendação confirmará o funcionamento autonímico da linguagem no respectivo título:

¹⁶⁶ Neste caso, não estamos com a data da publicação francesa.

¹⁶⁷ De acordo com Authier-Revuz (ibid.), a existência da autonímia consiste na possibilidade de usar os signos para remeter a eles próprios e é capital para o exercício da função metalinguística.

¹⁶⁸ Essa dificuldade é favorecida pela opção, mais sutil, de marcar a menção do significante com itálico pois, como observa Maingueneau ([1998] 2005, p. 165), esse procedimento parece “incorporar” o fragmento ao enunciado. Ao contrário, segundo ele (ibid.), o recurso das aspas parece “acrescentar” tal fragmento.

SD12¹⁶⁹

18/04/2016
proceso de destitución, alternativa a impeachment

Foto: ©Archivo Efe/Fernando Bizerra Jr.

Las expresiones *proceso de destitución* y *procedimiento de destitución* son apropiadas para referirse al procedimiento conocido en inglés como *impeachment*, por el que un órgano legislativo procesa a un alto cargo para una eventual destitución, característico de algunos sistemas políticos.

A partir del anuncio de Eduardo Cunha, presidente de la Cámara de Diputados de Brasil, de la apertura de este proceso contra la presidenta Dilma Rousseff, en los medios de comunicación no ha dejado de aparecer este anglicismo, que puede encontrarse en frases como «La Cámara de Diputados votó esta madrugada a favor de la apertura del impeachment de Dilma Rousseff» o «Decenas de miles de personas salieron a las calles para expresar su apoyo o rechazo al impeachment».

En estos ejemplos habría sido preferible escribir «La Cámara de Diputados votó esta madrugada a favor de la apertura del proceso de destitución de Dilma Rousseff» o «Decenas de miles de personas salieron a las calles para expresar su apoyo o rechazo al procedimiento de destitución».

En ocasiones se usa el término *impeachment* para la destitución en sí, pero es un uso inapropiado porque el proceso no siempre se resuelve con ella; así, en el caso de «Tras el impeachment del presidente de Paraguay, este país fue expulsado de Mercosur», realmente se quería hablar más específicamente de su destitución.

Otras alternativas, que pueden ser adecuadas en función del ordenamiento jurídico de cada país, son *juicio político*, *juicio de desafuero* o *proceso político*. De optarse por la palabra inglesa, se recomienda escribirla en cursiva o, en su defecto, entre comillas: *impeachment*.

Valora esta recomendación ★★★★★ Comparte en

“Recomendación” publicada no dia 18 de abril de 2016 no site da Fundeu¹⁷⁰.

Como anticipamos, já no primeiro parágrafo do texto o título é retomado e expandido – tal como também acontece, de modo regular, no caso de uma notícia jornalística:

SD12a

Las expresiones ***proceso de destitución*** y ***procedimiento de destitución*** son apropiadas para referirse al procedimiento conocido

¹⁶⁹ Com o número fazemos referência à versão integral da recomendação, que tomamos como uma sequência discursiva. Esta será retomada, imediatamente, por meio da abordagem de fragmentos que vamos destacando e, para tanto, especificamos o número com uma letra.

¹⁷⁰ Disponível em www.fundeu.es <acesso em 18/04/2016>.

en inglés como *impeachment*, por el que un órgano legislativo procesa a un alto cargo para una eventual destitución, característico de algunos sistemas políticos.

As formas “proceso de destitución” – esta, antecipada no título – e “procedimiento de destitución” são apresentadas como “apropriadas” dentro de um enunciado assertivo (no qual não se registra a fonte tomada para realizar tal gesto regulador) e seguidas da definição de “*impeachment*” (alternativa que é deslocada por aquelas que se consideram apropriadas) – ambas enunciadas pela Fundeu a partir de um lugar de autoridade com relação à língua, provavelmente garantido pela presença em sua página do registro da assessoria da RAE.

Logo, é introduzida a explicação que surge do trabalho de “observação” realizado pela fundação na mídia – várias vezes observado em suas *Memorias* e, portanto, no capítulo 2 deste trabalho – e a consequente constatação de uma regularidade no “uso” da forma “no apropriada”:

SD12b

A partir del anuncio de Eduardo Cunha, presidente de la Cámara de Diputados de Brasil, de la apertura de este proceso contra la presidenta Dilma Rousseff, en los medios de comunicación no ha dejado de aparecer este anglicismo, que puede encontrarse en frases como «La Cámara de Diputados votó esta madrugada a favor de la apertura del impeachment de Dilma Rousseff» o «Decenas de miles de personas salieron a las calles para expresar su apoyo o rechazo al impeachment» (sublinhados nossos).

Observe-se que aqui que a sintaxe inicial remete àquela que poderia aparecer em uma notícia e que tal movimento se interrompe para retomar um que volta para o dizer ou que volta para o próprio funcionamento da língua no fragmento sublinhado¹⁷¹.

Os exemplos são introduzidos pelo fragmento “**no ha dejado** de aparecer”, que também produz um efeito: essa ocorrência é significada como iterativa (pela negação que marcamos e o sentido do verbo “dejar”) num espaço de tempo marcado pela mobilização, em espanhol, do “pretérito perfecto compuesto”: entre o momento que começou a aparecer no pretérito e o agora da enunciação¹⁷². Observe-se que o

¹⁷¹ O fragmento destacado com negrito volta a alimentar a expectativa, por parte do leitor, acerca de que poderia estar lendo uma notícia, e esse movimento fica interrompido imediatamente, pois se retoma uma observação cujo objeto se concentra nas formas de dizer.

¹⁷² Sobre o funcionamento desse tempo em espanhol diversos autores o diferenciam do “Pretérito perfeito simples” (PPS), o que os leva a dizer que este apresenta o evento como concluído ou fechado à influência exterior (BERMÚDEZ, 2005), separado do momento da fala (CARTAGENA, 1999). O

segundo deles, de modo especial, entra em clara relação com a imagem vinculada à “recomendación”; antes, vejamos que esta aparece registrada como uma foto cuja fonte se explicita no próprio registro:

Foto: ©Archivo Efe/Fernando Bizerra Jr.

Recortamos, agora, o detalhe dessa foto:

SD12c

Os cartazes e bandeiras levantados por um grupo de pessoas que ocupam a rua materializam uma série de sentidos relacionados a uma manifestação, bem como a bandeira e as cores verde e amarelo das camisas, que a associam ao povo brasileiro. No que se refere aos cartazes, não podemos deixar de registrar que neles se materializa a voz de uma posição-sujeito específica, no caso, “favorável ao *impeachment*”, sobretudo, se pensarmos que o acontecimento foi extremamente controverso e, desse modo, foi abordado na mídia, a partir de diferentes perspectivas e em seus aspectos contraditórios. A escolha da foto justamente traz essa posição, que responde ao apoio ao *impeachment*.

A forte relação entre materialidade verbal e não verbal que se dá na composição da recomendação que abordamos – e considerando o contexto no qual

primeiro, em contraposição, manteria segundo esses autores uma relação estreita entre o fato referido e o momento do presente da enunciação. Esta consideração nos permite dizer que a mobilização desse tempo verbal só reforça o sentido de “no dejar de”, que se apresenta como algo reiterado.

foi publicada – se veria reforçada porque um dos exemplos citados como ilustrativos do “uso inapropriado” de formas – “Decenas de miles de personas salieron a las calles para expresar su apoyo o rechazo al impeachment.” – poderia funcionar como um enunciado regular nos discursos da mídia desses dias, fazendo referência ao caso específico do *impeachment* ocorrido no Brasil.

Cabe observar, agora, que no texto da recomendação, imediatamente depois dos exemplos, se procede a uma reescrita dos mesmos, após marcar: “En estos ejemplos habría sido preferible”:

SD12d

En estos ejemplos habría sido preferible escribir «La Cámara de Diputados votó esta madrugada a favor de la apertura del proceso de destitución de Dilma Rousseff» o «Decenas de miles de personas salieron a las calles para expresar su apoyo o rechazo al procedimiento de destitución».

Nessa reescrita dos exemplos que apareceram no destaque realizado na SD12b, se substitui a forma *impeachment* pelas expressões “apropriadas” presentes na língua espanhola, frisando, portanto, a equivalência semântica:

La Cámara de Diputados votó esta madrugada a favor de la apertura del **impeachment** de Dilma Rousseff.

La Cámara de Diputados votó esta madrugada a favor de la apertura del **proceso de destitución** de Dilma Rousseff.

Decenas de miles de personas salieron a las calles para expresar su apoyo o rechazo al **impeachment**.

Decenas de miles de personas salieron a las calles para expresar su apoyo o rechazo al **procedimiento de destitución**.

Além de recomendar o uso das formas provenientes da língua espanhola em lugar da palavra “*impeachment*”, no texto da recomendação aponta-se também para o fato de ele, algumas vezes, ser empregado em desacordo com os sentidos que pode carregar: assim, o termo – tomando por base os saberes presentes na palavra de língua inglesa – deveria ser mobilizado quando referir ao processo que pode levar ou não à destituição e não ao “ato mesmo de deixar o cargo”, tal como podemos observar na seguinte sequência:

SD12e

En ocasiones se usa el término *impeachment* **para la destitución** en sí, pero **es un uso inapropiado porque el proceso no siempre se resuelve con ella**; así, en el caso de «Tras el *impeachment* del presidente de Paraguay, este país fue expulsado de Mercosur», realmente se quería hablar más específicamente de su destitución.

Desta vez, o exemplo citado não está vinculado a acontecimentos relacionados ao presente uma vez que parece referir-se – pois nesse caso não há citação de nomes – à destituição de Fernando Lugo da presidência do Paraguai, em 2012 deixando marcas de que uma primeira “recomendación” poderia ter sido já publicada naquela data motivada por tal acontecimento.

Por fim, uma última sequência da recomendação traz algumas alternativas a mais para “*impeachment*” – *em função de especificidades relativas a determinados países – e também uma orientação para o caso de se optar pela “palavra inglesa”*:

SD12f

Otras alternativas, que pueden ser adecuadas en función del ordenamiento jurídico de cada país, son *juicio político*, *juicio de desafuero* o *proceso político*. De optarse por la palabra inglesa, se recomienda escribirla en cursiva o, en su defecto, entre comillas: *impeachment*

Vale observar que, nessa sequência, ao considerar a mobilização da forma “*impeachment*”, foi utilizada, para referir-se a ela, a expressão “palavra inglesa”. No entanto, como vimos na SD12b, ao apresentar os exemplos da forma projetada como preterida ela é classificada como um “anglicismo”. Assim, observamos um deslizamento do significante utilizado anteriormente, trazendo sentidos que ressaltam que se trata de uma palavra de outro idioma (“palavra inglesa”) e que, portanto, não está incorporada à língua espanhola, devendo ser marcada em itálico ou colocada entre aspas.

No próximo subitem ainda abordaremos questões relativas à relação entre o gênero notícia e a recomendação, tratando aspectos que nos permitirão continuar determinando as regularidades presentes no funcionamento da última.

Movimentos marcados pelo acréscimo e a atualização.

Passaremos a nos concentrar, neste ponto, na compreensão dos vários procedimentos que se materializam na prática da “recomendación”. Para tanto, pela série de aspectos que abordamos no capítulo 2 ao pensar a relação entre site e manual, começamos por nos debruçar sobre a recomendação que acabamos de trabalhar no subitem anterior, a relativa ao termo “*impeachment*” (SD12g)¹⁷³ e a respectiva “observación”¹⁷⁴ publicada na edição de 2015 do MEU (SD13):

Site da Fundéu BBVA, 18/04/16	MEU (2015)
<p>SD12g Las expresiones proceso de destitución y procedimiento de destitución son apropiadas para referirse al procedimiento conocido en inglés como <i>impeachment</i>, por el que un órgano legislativo procesa a un alto cargo para una eventual destitución, característico de algunos sistemas políticos. A partir del anuncio de Eduardo Cunha, presidente de la Cámara de Diputados de Brasil, de la apertura de este proceso contra la presidenta Dilma Rousseff, en los medios de comunicación no ha dejado de aparecer este anglicismo, que puede encontrarse en frases como «La Cámara de Diputados votó esta madrugada a favor de la apertura del <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff» o «Decenas de miles de personas salieron a las calles para expresar su apoyo o rechazo al <i>impeachment</i>». En estos ejemplos habría sido preferible escribir «La Cámara de Diputados votó esta madrugada a favor de la apertura del proceso de destitución de Dilma Rousseff» o «Decenas de miles de personas salieron a las calles para expresar su apoyo o rechazo al procedimiento de destitución». En ocasiones se usa el término <i>impeachment</i> para la destitución en sí, pero es un uso inapropiado porque el proceso no siempre se resuelve con ella; así, en el caso de «Tras el <i>impeachment</i> del presidente de</p>	<p>SD13 <i>*impeachment</i> La expresión <i>proceso de destitución o procedimiento de destitución</i> es apropiada para referirse a este procedimiento por el que un órgano legislativo procesa a un alto cargo para una eventual destitución, característico del sistema político estadounidense, entre otros. En ocasiones se usa el término <i>impeachment</i> para la destitución en sí, pero es un uso inapropiado porque el proceso no siempre se resuelve con ella; así, en el caso de <i>*Tras el impeachment del presidente de Paraguay, este país fue expulsado de Mercosur</i>, se quería hablar más específicamente de su destitución.</p>

¹⁷³ Nessa nova numeração que se inicia em SD12g, as letras irão se referir às diferentes retomadas da sequência discursiva 12.

¹⁷⁴ No trabalho de comparação que realizamos, optamos por deixar o termo “observación” para nos referirmos ao caso do MEU (FUNDÉU, 2015). Esse significante, de acordo com o que vimos no item 2 do capítulo 2, parece materializar o resultado da “observação” realizada por parte da Fundéu BBVA no discurso dos meios de comunicação e a formulação da “observación” que dessa surgia.

<p>Paraguay, este país fue expulsado de Mercosur», realmente se quería hablar más específicamente de su destitución. Otras alternativas, que pueden ser adecuadas en función del ordenamiento jurídico de cada país, son <i>juicio político</i>, <i>juicio de desafuero</i> o <i>proceso político</i>. De optarse por la palabra inglesa, se recomienda escribirla en cursiva o, en su defecto, entre comillas: <i>impeachment</i>.</p>	
---	--

Neste ponto, procuraremos compreender como, nessas textualidades registradas em diferentes suportes, são instaurados os sentidos, considerando a projeção de um imaginário, por parte do sujeito do discurso que aí se inscreve, de “unidade do texto”. Para tanto, partiremos de formulações de Orlandi (2012, p. 111), pensando o texto como “um conjunto de formulações entre outras possíveis, movimento do dizer face ao silêncio tomado aqui como horizonte discursivo”, este último, como ressalta a autora, no sentido de “o ‘a dizer’”, tendo em vista que “a passagem do discurso a texto desemboca necessariamente na consideração do espaço (linearidade) e da dimensão (extensão de um corpo) da linguagem colocando em relação o mensurável com o incomensurável, o empírico com o simbólico e o político” (ibid., p. 113).

Assim, ao cotejarmos as duas sequências em questão (SD12g e SD13), vemos que as “observaciones” presentes no MEU também aparecem na “recomendación” (do site), com pouquíssimas alterações. Isto nos leva a pensar em definir tal relação como marcada por uma operação de **reformulação interdiscursiva**, concebida por Arnoux ([2006] 2009, p. 97) como aquela realizada a partir de um texto fonte, que pode ou não ser do mesmo autor, e na qual é possível “vislumbrar las representaciones de la nueva situación de enunciación – destinatario, género, objetivo de la tarea”¹⁷⁵. Mediante a introdução desse conceito, não queremos dizer que um dos textos funciona como “fonte” e o outro como a reformulação dessa fonte; de fato, não pensamos que, em nosso caso, essa seja a relação¹⁷⁶. A noção nos permite sim

¹⁷⁵ Vale esclarecer que no modo como a autora mobiliza a noção de “reformulação interdiscursiva”, “interdiscurso” não está compreendido de acordo com a noção mobilizada por Pêcheux.

¹⁷⁶ No capítulo 2, ao comparar o “Glosario” do MEU com as recomendações presentes no site, chegamos a conjecturar que o primeiro formularia as observações sobre las “palabras o giros” a partir da textualidade presente na página da fundação. A direção desse movimento parecia ter a ver com a procura da concisão, importante no caso do manual.

abordar de modo mais enriquecedor a análise das duas textualidades que aqui realizaremos, considerando que ambas têm algo em comum: respondem a certas especificidades determinadas pelas respectivas condições de produção; assim, nelas se materializam as antecipações dos elementos necessários para responder uma dúvida – “detectada” a partir da observação que a fundação faz dos meios de comunicação – e, conseqüentemente, evitar a propagação das formas desaconselhadas.

Assim, no caso do significante “impeachment”, os elementos antecipados como necessários na “observación” do MEU são: a definição da “palavra”¹⁷⁷ e o esclarecimento com relação ao uso projetado como “inapropiado”, seguido de um exemplo. Nessa textualidade, um primeiro asterisco marca a forma como desaconselhável e o que aparece em segundo lugar aponta a aparição da palavra, atualizada em um exemplo, como não apropriada; por fim, o *Itálico* a classifica, de modo mais abrangente, como estrangeirismo¹⁷⁸. O termo não é significado como “anglicismo”, embora a definição coloque o procedimento ao que refere a palavra como sendo característico do sistema dos Estados Unidos.

Quando comparamos a textualidade dessa observação com a da recomendação publicada no site poderíamos dizer, então, que a relação é marcada por uma operação de reformulação, como já dissemos, e acrescentar, a partir de reflexões de Orlandi (2012), que esta está fortemente ligada à questão da **incompletude**, que para a autora caracteriza o funcionamento da linguagem. Segundo Orlandi, tal noção implica o entendimento do discurso como sempre incompleto, tal como são incompletos os sujeitos e os sentidos (ibid., p. 92). A incompletude leva a pensar imediatamente, observa a própria autora, em uma relação entre a falta e o excesso – “um excesso em relação à falta e não ao completo” (ibid.) –, entre o “a-menos” e o “acréscimo”, isto é, ou “a-mais” (ibid., p. 114).

De fato, entre as reformulações presentes na “observação” e na “recomendação” parece funcionar essa relação. Na primeira, prevalece o “a menos”, que se materializa, por exemplo, nos diversos símbolos e marcas mobilizados – apresentados numa legenda que as explica – para trabalhar na contramão do “a-mais”, lembrando aqui as

¹⁷⁷ Lembremos que para referir ao glossário do MEU, no paratexto deste se mobilizava a designação “relación de palabras y giros que circulan hoy a propósito de los cuales se hacen observaciones” (FUNDEÚ, 2015, p. 73). No caso em questão a definição da palavra foi antecipada como parte da dúvida, por isso aparece na “observación”.

¹⁷⁸ Conforme especificações presentes na legenda do MEU, da qual tratamos no item 2 do capítulo 2.

preocupações recorrentemente manifestadas no paratexto do MEU no sentido de garantir “concisão”. Na recomendação, por sua parte, inclusive pela primeira aproximação do site que tivemos no capítulo 2, o movimento que favorece o “acréscimo” parece operar em favor de uma ilusão de completude intensificada pelo funcionamento e as possibilidades trazidas pelo suporte.

Nesse sentido, na recomendação, identificamos que o acréscimo se materializa de várias formas. Uma delas se relaciona a movimentos no sentido de “sincronizar” a recomendação com eventos da atualidade informativa – como verificamos na inserção da apresentação do fato que a motivou e no acréscimo de exemplos relacionados ao ocorrido –, o que aproxima ainda mais a recomendação das práticas do jornalismo, uma relação muito presente da agência EFE na própria constituição da Fundéu BBVA. Para compreender melhor o que queremos dizer, consideramos relevante citar aqui observações realizadas por Charaudeau (2015). Segundo o autor, as mídias trabalham no sentido de aproximar o “instante do surgimento do acontecimento” do “instante do consumo da notícia”, como antecipamos no capítulo 2, ao nos referirmos a seu “potencial de atualidade” (ibid., p. 101-102). Ampliando o que dissemos naquele momento, ainda segundo o autor, as mídias “têm como tarefa dar conta de acontecimentos que se situam numa cotemporalidade enunciativa” (ibid., p. 133). De nossa perspectiva, isso estaria relacionado com as condições de produção das agências de notícias e especificamente com as relações de força que permeiam suas práticas; vejamos o que observa o próprio Charaudeau nesse sentido, ao dizer que as mídias

devem tentar aproximar ao máximo os dois momentos opostos na cadeia temporal: *instante do surgimento do acontecimento* > *instante da produção midiática* > *instante da saída do produto midiático* > *instante do consumo da notícia* (ibid., p. 133).

E acrescenta:

Cada suporte de difusão (imprensa, rádio, televisão) o faz à sua maneira, em função dos meios técnicos que lhe pertencem, mas o que é comum a todos é o quadro temporal que define a notícia como *atualidade* (ibid.).

Se no campo do jornalismo “o quadro temporal define a notícia como atualidade”, no caso da recomendação a “cotemporalidade enunciativa” é também uma forma de

procurar regular os mais diversos “usos” abordando, quase que imediatamente, aqueles que não respondem às formas vistas pela fundação como adequadas aos meios. Assim, esse modo de regular procura reavivar as prescrições pertinentes para, assim, evitar que as formas não apropriadas se cristalizem.

Essa necessidade de “estar em sintonia” com a atualidade tão presente na recomendação do site não se realiza no manual devido à dificuldade de encurtar a distância – como diria Charaudeau (2015) – na cadeia temporal entre o acontecimento e “o consumo do produto” a ele relacionado, sobretudo pelos tempos demandados por suas “etapas de produção e saída”, impostas pelo suporte no qual circula. Desse modo, fica registrado como inapropriado apenas o “uso” materializado no exemplo que se refere a um fato do passado.

Retomando o funcionamento do “acréscimo” para o caso da recomendação, devemos observar que ele se faz presente em outros dois momentos: na expansão dos exemplos através da sua reescrita, substituindo a “forma preterida” pela “forma aconselhada” e, ainda, na apresentação de outras alternativas ao “uso” da forma recomendada, contemplando países com sistemas políticos distintos. Retomemos esse último acréscimo, sobre o qual gostaríamos de fazer mais algumas observações:

SD12g₁

Otras alternativas, que pueden ser adecuadas en función del ordenamiento jurídico de cada país, son *juicio político*, *juicio de desafuero* o *proceso político*. De optarse por la palabra inglesa, se recomienda escribirla en cursiva o, en su defecto, entre comillas: *impeachment*¹⁷⁹.

Percebemos nesse modo de dizer – “outras alternativas” – que ao mesmo tempo em que se agregam possibilidades de uso em função de organizações políticas diferentes, se instauram também relações de hierarquização, uma vez que “outras” funcionaria como acréscimo em função daquilo que não é frequente ou comum. Além disso, nesse caso, não temos a definição, nem exemplos de utilização das expressões ou qualquer outro recurso que remeta a um contexto, de modo que tal elemento, por comparação ao tratamento dado a “*impeachment*”, acabe por trazer sentidos percebidos como as lacunas que se pretende evitar, atestando novamente essa incompletude. Um outro

¹⁷⁹ Ao número e letra da SD acrescentamos uma nova especificação para indicar que estamos retomando um fragmento da sequência maior da recomendação colocada no quadro no qual a comparamos com a observação do MEU.

aspecto que opera na direção do acréscimo é a instrução para o caso de, mesmo após todas as considerações feitas, optar-se pelo uso de “impeachment”: marcá-lo em itálico – atuando na regulação da língua inclusive a partir do uso da forma preterida.

No sentido inverso – ou seja, o “a menos” –, voltando sobre a recomendação, vemos o apagamento da associação do termo “*impeachment*” ao sistema dos Estados Unidos (SD12g₂):

SD 13a

[...] es apropiada para referirse a este procedimiento por el que un órgano legislativo procesa a un alto cargo para una eventual destitución, característico del sistema político estadounidense, entre otros (sublinhado nosso). ↓

SD 12g₂

[...] son apropiadas para referirse al procedimiento conocido en inglés como *impeachment*, por el que un órgano legislativo procesa a un alto cargo para una eventual destitución, característico de algunos sistemas políticos (sublinhado nosso).

Assim, no manual, a definição de impeachment é associada, primeiramente a “sistema político estadounidense”, em uma especificação marcada através da determinação instaurada pela forma “(d)el”, para então ampliá-la através da indeterminação trazida pelo sintagma “entre outros”. Já no site há apenas generalização, marcada pela indeterminação (PAYER, 1995) – “alguns” – que vai na direção de evitar especificações, uma vez que se optou pela associação do significante à língua inglesa - “**procedimiento conocido en inglés como impeachment**” – e não do sistema político aos Estados Unidos.

Percebemos então que o acréscimo, na “recomendación”, parece trazer sentidos na tentativa de dar conta da regulação de determinada questão em relação à língua de forma a esgotar as possibilidades de “desvios”, o que, dito nos termos de Orlandi (2012), se configuraria em uma tentativa de “apagar limites” – no caso aqui os limites da própria regulação. Nesse mesmo sentido caminha a necessidade de uma constante atualização, “monitorando” a língua dos meios de comunicação e procurando “frear” certos “usos”, em um ritmo acelerado, mediante a publicação das recomendações de segunda a sexta-feira.

Antes, porém, de concluirmos este subitem, é preciso observar que essa atualização ainda se expressa mediante uma outra modalidade, produtiva em nossa

análise. Trata-se de um procedimento de retomada de uma recomendação já publicada: como no caso da de “*impeachment*” de 2016, atualizada em 2017. Como havíamos identificado no capítulo 2, no site da Fundeu, esse movimento de “retomada” de uma recomendação pode ocorrer através de sua recuperação na seção *Hoy destacamos* ou com a elaboração de *Claves de Redacción*. No entanto, o caso que abordaremos a seguir é, como acabamos de dizer, o de uma “atualização” da recomendação ou, se preferirmos, de uma “recomendação atualizada”:

SD14

18/05/2017
proceso de destitución, alternativa a impeachment

Escuchar

Las expresiones **proceso de destitución** y **procedimiento de destitución** son apropiadas para referirse al procedimiento conocido en inglés como *impeachment*.

En los medios de comunicación es frecuente encontrar frases como «El impeachment a Trump ya tiene el apoyo de un republicano» o «Piden un ‘impeachment’ contra Temer por una grabación comprometedora».

El anglicismo *impeachment* designa el procedimiento, característico de algunos sistemas políticos, por el que un **órgano legislativo procesa a un alto cargo para una eventual destitución**.

Con este sentido pueden emplearse en español las expresiones *proceso de destitución* y *procedimiento de destitución* o, en función del ordenamiento jurídico de cada país, otras como *juicio político*, *juicio de desafuero* o *proceso político*.

Así, en los ejemplos anteriores habría sido preferible escribir «El proceso de destitución de Trump ya tiene el apoyo de un republicano» o «Piden un procedimiento de destitución contra Temer por una grabación comprometedora».

En ocasiones se usa el término *impeachment* para la destitución en sí, pero es un uso inapropiado porque el **proceso no siempre se resuelve con ella**; así, en el caso de «Tras el *impeachment* del presidente de Paraguay, este país fue expulsado de Mercosur», realmente se quería hablar más específicamente de su destitución.

De optarse por la palabra inglesa, se recomienda escribirla en cursiva o, en su defecto, entre comillas.

Valora esta recomendación ★★★★★

Comparte en

“Recomendación” publicada no dia 18 de maio de 2017 no site da Fundeu¹⁸⁰.

¹⁸⁰ Disponível em <http://www.fundeu.es/recomendacion/proceso-de-destitucion-impeachment/> <acesso em 07/10/2017>.

Vejamos que o título da publicada em 2016 – “*proceso de destitución*, alternativa a *impeachment*” – se mantém nesta de 2017, porém, com uma imagem diferente, o que nos leva a perguntar-nos sobre outras possíveis diferenças entre ambas textualidades, indagando sobre a operação de reformulação e direcionando nosso próximo gesto de análise: a saber, colocar em relações de sentido ambas textualidades, mediante sua disposição no quadro abaixo.

Site da Fundeu BBVA, 18/04/16	Site da Fundeu BBVA, 18/05/17
<p>SD 12g₃</p> <p>Las expresiones <i>proceso de destitución y procedimiento de destitución</i> son apropiadas para referirse al procedimiento conocido en inglés como <i>impeachment</i>, por el que un órgano legislativo procesa a un alto cargo para una eventual destitución, característico de algunos sistemas políticos.</p> <p>A partir del anuncio de Eduardo Cunha, presidente de la Cámara de Diputados de Brasil, de la apertura de este proceso contra la presidenta Dilma Rousseff, en los medios de comunicación no ha dejado de aparecer este anglicismo, que puede encontrarse en frases como «La Cámara de Diputados votó esta madrugada a favor de la apertura del <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff» o «Decenas de miles de personas salieron a las calles para expresar su apoyo o rechazo al <i>impeachment</i>».</p> <p>En estos ejemplos habría sido preferible escribir «La Cámara de Diputados votó esta madrugada a favor de la apertura del proceso de destitución de Dilma Rousseff» o «Decenas de miles de personas salieron a las calles para expresar su apoyo o rechazo al procedimiento de destitución».</p> <p>En ocasiones se usa el término <i>impeachment</i> para la destitución en sí, pero es un uso inapropiado porque el proceso no siempre se resuelve con ella; así, en el caso de «Tras el <i>impeachment</i> del presidente de Paraguay, este país fue expulsado de Mercosur», realmente se quería hablar más específicamente de su destitución.</p> <p>Otras alternativas, que pueden ser adecuadas en función del ordenamiento jurídico de cada país, son <i>juicio político</i>, <i>juicio de desafuero</i> o <i>proceso político</i>. De optarse por la palabra inglesa, se recomienda escribirla en cursiva o, en su defecto, entre comillas: <i>impeachment</i>.</p>	<p>SD 14a</p> <p>Las expresiones <i>proceso de destitución y procedimiento de destitución</i> son apropiadas para referirse al procedimiento conocido en inglés como <i>impeachment</i>.</p> <p>En los medios de comunicación es frecuente encontrar frases como «El <i>impeachment</i> a Trump ya tiene el apoyo de un republicano» o «Piden un ‘<i>impeachment</i>’ contra Temer por una grabación comprometedora».</p> <p>El anglicismo <i>impeachment</i> designa el procedimiento, característico de algunos sistemas políticos, por el que un órgano legislativo procesa a un alto cargo para una eventual destitución.</p> <p>Con este sentido pueden emplearse en español las expresiones <i>proceso de destitución</i> y <i>procedimiento de destitución</i> o, en función del ordenamiento jurídico de cada país, otras como <i>juicio político</i>, <i>juicio de desafuero</i> o <i>proceso político</i>.</p> <p>Así, en los ejemplos anteriores habría sido preferible escribir «El proceso de destitución de Trump ya tiene el apoyo de un republicano» o «Piden un procedimiento de destitución contra Temer por una grabación comprometedora».</p> <p>En ocasiones se usa el término <i>impeachment</i> para la destitución en sí, pero es un uso inapropiado porque el proceso no siempre se resuelve con ella; así, en el caso de «Tras el <i>impeachment</i> del presidente de Paraguay, este país fue expulsado de Mercosur», realmente se quería hablar más específicamente de su destitución.</p> <p>De optarse por la palabra inglesa, se recomienda escribirla en cursiva o, en su defecto, entre comillas.</p>

Os textos, nos dois casos, apresentam as mesmas partes: definição; exemplo de “usos observados”; reescrita do exemplo; marcação do “uso inapropriado” que toma “*impeachment*” por “destituição”, seguido de exemplo relacionado à questão e regulação da forma desaconselhada. No entanto, tais partes aparecem em uma ordem diferente, de modo que a atualização se dá nessa reorganização e, também, mediante a substituição dos exemplos da edição de 2016 – relacionados ao caso do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff – por exemplos atuais, fazendo referência, em 2017, a Donald Trump e a Michel Temer – nesse ano presidentes dos Estados Unidos e do Brasil, respectivamente – tal como aparece na seguinte sequência:

SD14a₁

En los medios de comunicación es frecuente encontrar frases como «El impeachment a Trump ya tiene el apoyo de un republicano» o «Piden un ‘impeachment’ contra Temer por una grabación comprometedora».

Diferentemente da recomendação publicada em 2016, na textualidade de 2017 não temos a explicação da motivação do tema, de modo que os exemplos são trazidos sem contextualização prévia, deixando saber apenas que se tratam de fatos que estão sendo abordados recorrentemente na mídia. Por fim, temos a atualização da imagem na textualidade de 2017:

SD14b

Nesta formulação, as fotos não trazem sentidos que remetam às ruas ou ao povo, como na recomendação anterior: na imagem, em primeiro plano, vemos um sujeito frente a uma tribuna (objeto que remete à oratória), cuja linguagem corporal indica que está com a palavra; dois microfones, que agregam sentidos que possibilitam a projeção, tanto do espaço quanto de sua audiência, como amplos, embora na foto não seja possível visualizá-los; e, ao fundo, uma espécie de painel que permite identificar a figura de Donald Trump – de perfil, cumprimentando uma outra personalidade.

Tendo, neste subitem, explorado alguns dos aspectos que aproximam a recomendação da Fundéu de uma “notícia” – gesto que permitiu aprofundar a “mimese da mídia” abordada no subitem “Como se fosse uma notícia” – conseguimos avançar na compreensão do funcionamento das recomendações. A partir deste ponto, nos concentraremos em observar – como já antecipamos – um recorte específico que nos permitirá retomar algumas das regularidades já detectadas e, inclusive, ao percorrer 34 casos de recomendação introduzir alguns outros aspectos que possam ser relevantes para a compreensão que delas realizamos.

Com foco na série

A fim de dar continuidade a nosso gesto analítico, estabelecemos um recorte no arquivo de recomendações presente no site da Fundéu BBVA (seção *recomendaciones*), selecionando aquelas publicadas no mês de abril de 2014. A fim de melhor visualizar esse recorte, elaboramos um quadro no qual constam o dia da publicação, o título da recomendação e o tipo: *recomendación*, *crónica* ou *clave de redacción*¹⁸¹.

Dia	Título	Tipo
1	<i>stalkear</i> , alternativas en español	recomendación *
2	<i>anhedonia</i> , término adecuado	recomendación
3	<i>víctima</i> no es solo ' <i>víctima mortal</i> '	recomendación*
4	<i>making of</i> , alternativas en español	recomendación *
4	<i>dupla</i> equivale a <i>pareja</i>	recomendación
7	el sufijo -ada vuelve a la carga (crónica)	crónica

¹⁸¹ Falamos nessa tipologia, a partir da observação de várias séries de recomendações no site e de identificar uma regularidade. A maioria delas aparece apenas com seu título, sem nenhuma outra marcação, o que nos leva a chamá-la simplesmente de “recomendación”. Nos outros dois casos, após o título aparece com alguma marcação a designação, colocada pela própria Fundéu, “Crónica” ou “Claves de redacción”.

7	<i>Ciudad de México</i> , con maiúsculas, equivale a México D.F.	recomendación *
8	<i>hercio</i> , melhor con c y en minúscula	recomendación *
10	<i>cliente espía</i> , melhor que <i>mystery shopper</i>	recomendación *
10	<i>párkinson</i> , escritura correcta	recomendación *
11	el <i>viacrucis</i> , no la <i>viacrucis</i>	recomendación
11	<i>runrún</i> , en una sola palabra, con tilde y sin comillas	recomendación
14	<i>luna roja</i> no necesita cursiva ni maiúscula	recomendación *
14	<i>brasileño</i> o <i>brasileiro</i> , no <i>brasileiro</i>	recomendación *
14	Jugadores centenarios (crónica)	crónica
15	<i>Abuya</i> , melhor que <i>Abuja</i> , capital de Nigeria	recomendación *
16	<i>alérgico</i> no significa <i>alergénico</i> ni <i>alérgeno</i>	recomendación *
16	naufraio del Sewol: claves de redacción	claves de redacción *
17	<i>fast track</i> , alternativas en español	recomendación *
17	García Marquez, claves de redacción	claves de redacción *
18	los <i>fuera de juego</i> y los <i>fuera de juego</i> , plurales válidos	recomendación *
21	minúsculas después de cifras	recomendación
21	Ganar de un gol o ganar por un gol, pero seguir ganando (crónica)	crónica
22	<i>mastectomía</i> , no <i>masectomía</i>	recomendación
22	los <i>dinkas</i> y los <i>nueres</i> , etnias de Sudán del Sur	recomendación
23	<i>caucásico</i> y <i>caucasiano</i> , diferencias	recomendación *
24	<i>Hamás</i> y <i>Fatá</i> , grafías recomendadas	recomendación
24	las <i>TIC</i> , melhor que las <i>TICs</i> o las <i>TICS</i>	recomendación
25	<i>concurso</i> y <i>sorteo</i> no son equivalente	recomendación *
26	<i>beatificar</i> no es lo mismo que <i>canonizar</i> o <i>santificar</i>	recomendación
28	<i>implante</i> , melhor que <i>implant</i>	recomendación *
28	Geometría futbolística: del plano al terreno de juego (crónica)	crónica
29	<i>parricidio</i> es más genérico que <i>filicidio</i>	recomendación
30	<i>Primero de Mayo</i> en maiúscula, pero <i>punte de mayo</i> en minúscula	recomendación *

Quadro 1: recomendações publicadas no site da Fundeu em abril de 2014¹⁸².

Nesse recorte temos as trinta e quatro recomendações publicadas no período de um mês, sendo que dezenove delas estão presentes também no MEU – algumas de forma mais genérica, como “*luna roja*”, por exemplo, que o manual contempla mediante o tratamento da palavra “luna”. Todas apresentam – como já foi antecipado neste

¹⁸² As recomendações referentes a este recorte estão disponíveis no Anexo C, que se encontra no CD, no encarte na contracapa da versão impressa desta dissertação.

No quadro que apresentamos marcamos com * as recomendações presentes também na edição de 2015 do MEU.

capítulo – um título que destaca a forma sobre a qual versará a recomendação e uma imagem, na qual sempre é estampada a data da recomendação.

Começaremos por abordar alguns aspectos do título das recomendações e, para tanto, consideramos pertinente citar o esclarecimento feito a respeito de sua elaboração na seção *preguntas frecuentes* do site da Fundéu BBVA:

¿Por qué vuestras recomendaciones empiezan siempre con minúscula?

Porque **las tratamos como entradas de un diccionario**: si son nombres comunes se escriben con minúscula inicial («señalar no es lo mismo que señalar»), si son nombres propios, con mayúscula («Fitur 2016, claves de redacción»).

Esto nos permite, además, indicar ya desde el título cómo se escribe el término protagonista de la recomendación, en la mayor parte de ellas¹⁸³.

Vemos que há aí a explicitação de uma “intenção” de reforçar a “forma aconselhada” desde o título, como por exemplo nas recomendações “*anhedonia*, término adecuado” (dia 2) e “*implante*, mejor que *implant*” (dia 28), nos quais a regulação se efetiva através da utilização de certas estruturas que se reiteram, contribuindo a manter o ritmo de uma fórmula e acompanhando o gesto de abrandamento de formas disfóricas do qual falamos no capítulo 2. Em outros casos, a estrutura é a que aparece em “*making of*, alternativas en español” (dia 4): nesta, a formulação apenas anuncia que há formas alternativas, sem apresentá-las.

Com relação a seus temas, ou ainda, à suas motivações, percebemos que muitas das recomendações presentes em nosso corpus parecem relacionar-se diretamente a algum acontecimento ou evento de grande repercussão na mídia, como por exemplo a recomendação “*víctima* no es solo ‘*víctima mortal*’” (dia 3) e a recomendação “*hercio*, mejor con c y en minúscula” (dia 08) que parecem estar relacionadas com o desaparecimento do voo MH370 da Malásia ou mesmo a recomendação “*el viacrucis*, no la *viacrucis*” (dia 11), publicada dias antes de iniciar o período denominado pelos católicos de “semana santa”, no qual se relembra a morte e ressurreição de Cristo. Já no caso da recomendação “*stalkear*, alternativas en español” (dia 1), não nos foi possível associar o termo a algum fato específico, no entanto, seu tema é igualmente atual, considerando que o significado “espionar” e sua

¹⁸³ Disponível em <http://www.fundeu.es/preguntas-frecuentes/> <acesso em 17/07/2017>.

mobilização deve ser frequente, atendendo a sua possível popularização por causa sobretudo de certas práticas propiciadas pelas redes sociais – o que acaba por disseminar um estrangeirismo tido como “indesejado”. Assim, é possível pensar que, embora mais recorrente, nem sempre a recomendação parece estar associada a um acontecimento, embora faça referência, de alguma maneira, a questões relacionadas à atualidade.

Cabe ainda ressaltar que no quadro que apresentamos com as 34 recomendações, fizemos o registro de três tipos diferentes: a que nós chamaremos simplesmente de *recomendaciones*, do qual derivariam os outros dois tipos – bem menos frequentes, uma vez que apenas quatro das recomendações de abril de 2014 corresponderiam ao tipo *crónica* e duas ao tipo *claves de redacción*. Em nosso trabalho, nos centramos apenas no primeiro tipo.

Este parece responder a uma configuração “padrão” que corresponderia, inclusive, à primeira recomendação por nós analisada, “*proceso de destitución, alternativa a impeachment*” e, embora já tenhamos observado algumas de suas especificidades ao colocá-la em relação com a materialidade do MEU, procuraremos aqui sintetizar alguns dos aspectos que reconhecemos como recorrentes neste primeiro tipo, levando em conta as regularidades encontradas na série de nosso corpus. Para tanto, selecionamos “*runrún*, en una sola palabra, con tilde y sin comillas”, publicada no site da Fundéu em 11 de abril de 2014.

SD13

11/04/2014
runrún, en una sola palabra, con tilde y sin comillas

Foto: © Archivo Efe/Salvatore Di Nolfi

El sustantivo *runrún*, que se emplea con los significados de ‘ruido confuso de voces’, ‘voz que corre entre el público’ o, conforme al diccionario de María Moliner, ‘rumor, noticia que corre entre la gente’, **se escribe en una sola palabra, con tilde y sin comillas**.

Sin embargo, en los medios de comunicación pueden encontrarse frases como «Un “run-run” continuo de golpe de Estado, con la Operación Galaxia como punto culminante», «Las numerosas dudas de Pinto en las entregas en corto a sus defensas llevaron el run run de los aficionados locales a las gradas permanentemente» o «Bale chupa mucho y el run rún del estadio cada vez que cogía la bola fue llamativo».

Aunque presente un origen onomatopéyico, cuando *runrún* se usa como sustantivo, lo adecuado es la grafía en una sola palabra, por analogía con el sonido del reloj, que como onomatopeya es *tic, tac o tic-tac*, pero como nombre común es *el tictac*, tal como indica el *Diccionario panhispánico de dudas*.

Así pues, en los ejemplos anteriores lo apropiado habría sido escribir *runrún*: «Un *runrún* continuo de golpe de Estado, con la Operación Galaxia como punto culminante», «Las numerosas dudas de Pinto en las entregas en corto a sus defensas llevaron el *runrún* de los aficionados locales a las gradas permanentemente» y «Bale chupa mucho y el *runrún* del estadio cada vez que cogía la bola fue llamativo».

LA JUGADA LINGÜÍSTICA DE LA LIGABBVA DEL ESPAÑOL URGENTE...

EFE: fundéu BBVA

- Una sola palabra
- Con tilde
- Sin comillas

RUNRÚN

SIGNIFICADO
‘ruido confuso de voces’,
‘rumor, noticia que corre entre la gente’,
‘voz que corre entre el público’

EJEMPLOS

- «Es inevitable que, cuando se producen bajas, se genere alrededor un “run-run” respecto a la fiabilidad de los sustitutos»
- «Es inevitable que, cuando se producen bajas, se genere alrededor un **runrún** respecto a la fiabilidad de los sustitutos» ✓
- «Bale chupa mucho y el **runrún** del estadio cada vez que cogía la bola fue llamativo»
- «Bale chupa mucho y el **runrún** del estadio cada vez que cogía la bola fue llamativo» ✓

LIGA BBVA

Valora esta recomendación ★★★★★ Comparte en

“Recomendación” publicada no dia 11 de abril de 2014 no site da Fundéu¹⁸⁴

¹⁸⁴ Disponível em www.fundeu.es <acesso em 18/04/2016>.

Para melhor visualização, transcrevemos o texto da recomendação:

El sustantivo *runrún*, que se emplea con los significados de ‘**ruido confuso de voces**’, ‘voz que corre entre el público’ o, conforme al diccionario de María Moliner, ‘**rumor**, noticia que corre entre la gente’, **se escribe en una sola palabra, con tilde y sin comillas**.

Sin embargo, en los medios de comunicación pueden encontrarse frases como «Un “run-run” continuo de golpe de Estado, con la Operación Galaxia como punto culminante», «Las numerosas dudas de Pinto en las entregas en corto a sus defensas llevaron el run run de los aficionados locales a las gradas permanentemente» o «Bale chupa mucho y el run rún del estadio cada vez que cogía la bola fue llamativo».

Aunque presente un origen onomatopéyico, cuando *runrún* se usa como sustantivo, lo adecuado es la grafía en una sola palabra, por analogía con el sonido del reloj, que como onomatopeya es *tic, tac* o *tic-tac*, pero como nombre común es *el tictac*, tal como indica el *Diccionario panhispánico de dudas*.

Así pues, en los ejemplos anteriores lo apropiado habría sido escribir *runrún*: «Un runrún continuo de golpe de Estado, con la Operación Galaxia como punto culminante», «Las numerosas dudas de Pinto en las entregas en corto a sus defensas llevaron el runrún de los aficionados locales a las gradas permanentemente» y «Bale chupa mucho y el runrún del estadio cada vez que cogía la bola fue llamativo».

A estrutura apresenta alguma variação, em função, como antecipamos, do que se projeta necessário dizer para sanar as “dúvidas” relativas à forma em questão, porém, alguns pontos são comuns a quase todas as recomendações deste tipo.

Muitas vezes elas trazem a definição da palavra sobre a qual está se tratando. No caso em questão são apresentadas três delas:

SD13a

El sustantivo *runrún*, que se emplea con los significados de ‘**ruido confuso de voces**’, ‘voz que corre entre el público’ o, conforme al diccionario de María Moliner, ‘**rumor**, noticia que corre entre la gente’, **se escribe en una sola palabra, con tilde y sin comillas**.

Vemos que as duas primeiras definições são trazidas entre aspas simples, ou seja, marcando a voz do outro sem, no entanto, identificar a fonte da qual são obtidos (deixando implícito que são tomadas do uso corrente) e, imediatamente depois, é introduzida a definição de María Moliner, através do conceito presente no dicionário de sua autoria, marcado também por aspas simples – ‘**rumor**, noticia que corre entre la gente’. Por fim, registra-se como a palavra deve ser grafada: “en una sola palabra, con tilde y sin comilla”, retomando o que se antecipava no título e, assim, reforçando

a reiteração do ritmo de uma fórmula.

Imediatamente depois de comentar as definições, são inseridos os exemplos com a forma considerada inapropriada. Neste caso, introduzidos numa relação adversativa, mediante “sin embargo”, evidenciando que o que será dito na sequência entra em relação de oposição com o que foi dito anteriormente; isto é, mostrando o descompasso entre norma e uso:

SD13b

Sin embargo, en los medios de comunicación pueden encontrarse frases como «Un “run-run” continuo de golpe de Estado, con la Operación Galaxia como punto culminante», «Las numerosas dudas de Pinto en las entregas en corto a sus defensas llevaron el run run de los aficionados locales a las gradas permanentemente» o «Bale chupa mucho y el run rún del estadio cada vez que cogía la bola fue llamativo».

Tais exemplos, que respondem à observação realizada do discurso dos meios de comunicação, embora apresentados através do discurso direto e marcados com aspas (angulares <<>>) – o que segundo Maingueneau ([1998] 2005, p. 141), criaria um efeito de autenticidade ao reproduzir as palavras exatas do enunciador – não vêm acompanhados da identificação da fonte de onde foram tirados. Observamos que esse gesto de trazer exemplos da mídia para evidenciar aquilo que se considera inapropriado aparece em todas as recomendações do primeiro tipo presentes em nosso corpus.

Outro ponto que destacamos na recomendação que abordamos é o fato de apresentar mais argumentos para justificar a forma por ela aconselhada, o que nem sempre acontece. Dessa vez, é feita uma analogia à forma “*tictac*”, utilizando o DPD para reforçar o próprio conselho:

SD13c

Aunque presente un origen onomatopéyico, cuando *runrún* se usa como sustantivo, lo adecuado es la grafía en una sola palabra, por analogía con el sonido del reloj, que como onomatopeya es *tic*, *tac* o *tic-tac*, pero como nombre común es el [tictac](#), tal como indica el *Diccionario panhispánico de dudas*.

Vale comentar que a voz da autoridade é trazida ao citar o dicionário de María

Moliner¹⁸⁵ e o DPD; em contraposição, as mobilizações feitas pela mídia aparecem como da forma considerada “inapropriada”. Esta última, quando observamos nosso recorte, parece constituir uma outra regularidade.

Nesse mesmo sentido, parece funcionar a reescrita desses exemplos “observados” nos meios. Em nosso caso, aqueles que apareceram na SD13b são reescritos na forma considerada adequada, como podemos ver a seguir:

SD13d

Así pues, en los ejemplos anteriores lo apropiado habría sido escribir *runrún*: «Un runrún continuo de golpe de Estado, con la Operación Galaxia como punto culminante», «Las numerosas dudas de Pinto en las entregas en corto a sus defensas llevaron el runrún de los aficionados locales a las gradas permanentemente» y «Bale chupa mucho y el runrún del estadio cada vez que cogía la bola fue llamativo».

Essa “reescrita” se dá mediante uma simples substituição da forma preterida pela aconselhada e vem sempre precedida de expressões como “lo apropiado habría sido escribir”, para citar a mobilizada na recomendação em questão, ou como “lo adecuado habría sido escribir” e “lo recomendable habría sido escribir”, que retiramos de ocorrências presentes na série das 34 recomendações de nosso corpus. Tais expressões, ao mesmo tempo em que atenuam o tom prescritivo da respectiva orientação – ao utilizar adjetivos como “apropiado”, “adecuado” e “recomendable” seguidos de verbos empregados no “condicional composto” –, a colocam como uma necessidade.

Também não podemos deixar de observar a utilização de links na materialidade das recomendações, como vimos na sequência SD13c (“tictac”) e SD13d (“runrún”), o que interpretamos que implica em diferentes maneiras de estabelecer relações e direcionar a leitura. No primeiro caso, clicando em “tictac” encontra-se o link que nos direciona à página da RAE, mais especificamente para o verbete do DPD correspondente a ele. De modo análogo, no segundo caso, clicando em “runrún” o link aí presente nos direciona para a página da RAE, porém, dessa vez, para o respectivo verbete presente no DLE. Nos casos em questão, ambos os *links* conduzem a navegação a instrumentos linguísticos, utilizados como um argumento de autoridade ao recomendar ou preterir determinada forma; no entanto, percebemos em nosso

¹⁸⁵ Diccionario del uso del español María Moliner.

corpus que eles são mobilizados, inclusive, para acessar outras recomendações publicadas pela Fundéu, funcionando como um recurso “a mais” na tentativa de cristalizar alguns sentidos através da reiteração. Além disso, a inserção de links parece ir ao encontro da ilusão de completude alimentada pelo site – em razão da abertura que se cria à instauração de novos sentidos. Como afirma Morello

se propor uma *ligação/ link* explícita uma demanda simbólica para se fechar *um* sentido em *um* texto, ela explicita também, e inseparavelmente, uma abertura por e para um sentido outro que ali faltou. Dessa maneira, uma lógica contraditória de abertura/ fechamento de sentidos funda e caracteriza um link, uma ligação (2003, p. 124, grifos da autora).

Por fim, nesta recomendação é utilizado, ainda, um recurso visual intrigante, ao qual se refere como “la pizarra de un entrenador”:

SD13e

Esse recurso não parece ser frequente, tendo aparecido em apenas quatro das recomendações presentes em nosso recorte. As imagens das bolas de futebol e uma espécie de slogan – “La jugada lingüística de la Liga BBVA del Español Urgente”¹⁸⁶ –

¹⁸⁶ De acordo com os registros presentes em *Memoria Anual 2013* as recomendações e curiosidades elaboradas pela *Liga del Español Urgente* se relacionavam com o mundo dos esportes,

parecem trazer sentidos peculiares à lousa, relacionando-a a um ambiente relativo ao futebol e associando a metalinguagem a uma espécie de “esquema tático” a ser estudado para realizar boas jogadas, explicadas na lousa do treinador (“pizarra del entrenador”). Vemos, no espaço definido como “lousa”, pontos da recomendação em destaque, em uma espécie de “esquema”, no qual se dá ênfase à grafia da palavra, ao acento gráfico, ao seu significado e aos exemplos trazidos da mídia relacionados ao futebol, com a forma preterida tachada em vermelho – em uma clara repetição dos sentidos que se pretende fixar ou cristalizar.

Neste capítulo abordamos a designação “recomendación” e interpretamos que ela é fruto de um movimento na direção de “abrandar” sentidos disfóricos na prática de regular e de atingir o que se conhece como “politicamente correto”; assim, inclusive, vimos que ela podia desaguar na forma “consejo”. No entanto, constatamos que no site prevaleceu a primeira, não apenas como designação, mas também como gesto central na “máquina” de regular instalada nesse site da Fundéu BBVA. A composição da própria recomendação, estruturada “como se fosse uma notícia”, reforça esses movimentos (no sentido de abrandar), pois procura recomendar, sem parecer que está recomendando.

Vimos também que a recomendação supôs o abandono da produção dos “informes”, isto é, dos relatórios personalizados que a Fundéu enviava aos meios de comunicação a ela associados e que, portanto, instaurou um movimento que implicou ir do particular na direção de uma produção em série e, como já tínhamos antecipado no capítulo 2, intensificando o ritmo da regulação da língua, mediante a publicação quase diária de “recomendações”, de segunda a sexta-feira.

Retomando também o que foi trabalhado no capítulo 2, mobilizamos aspectos relativos ao MEU, que abordamos como um instrumento linguístico. Já no caso do site falamos de um dispositivo regulador que funciona com as particularidades de um instrumento linguístico no sentido de que dá uma forma à língua, ao recortá-la, organizá-la, interpretá-la e, sobretudo, submetê-la a gestos de inclusão e de exclusão de formas de dizer (CELADA, 2013).

As relações com a RAE, que também foram abordadas no capítulo 2, aqui foram retomadas e, de várias formas (pela própria sedimentação da designação

especificamente o futebolístico. Disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/17>.

“recomendación”, tal como ocorre no DPD; pelas citações deste dicionário ou do DLE, como argumentos de autoridade no corpo das recomendações, dentre outros fatores), confirmamos que a Fundéu BBVA se submete ao gesto regulador da academia, garantindo sua “tutela” (FANJUL, 2011) num âmbito que era caro e de difícil acesso a ela. Nessa direção, funcionam os movimentos que “abrandam” ou atenuam os sentidos disfóricos de qualquer processo regulador de caráter normativo sem deixar de produzir gestos que, de fato, garantem a instauração desse caráter. Assim, podemos reconhecer que a Fundéu BBVA consegue produzir seu lugar, e dar continuidade e até ampliar um processo de regulação, que interpretamos como de interpelação e que funciona – tal como afirmariam Celada, Costa e Brianezi (2015, p. 285) – como uma injunção a **fazer duvidar**: na direção de que o sujeito, que quer dizer nessa língua, diga de um certo modo (e não de outro). Esta observação nos leva a pensar como o dispositivo presente no site da Fundéu tem efeito sobre o espaço de enunciação no qual se inscreve, afetando – como poderia observar Guimarães (2002) – os direitos dos falantes “aos modos de dizer”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta última seção de nosso trabalho teceremos algumas considerações possibilitadas por nosso estudo, retomando, em parte, aquelas já expostas no final de cada um de nossos capítulos, para, então, agregar algumas outras, suscitadas pela leitura de sua totalidade.

Para pensar o processo de constituição da Fundéu, considerando, tal como antecipamos na Introdução deste trabalho, a sua historicidade (MARIANI, 1999, p. 47) – a exemplo de pesquisas que procuram aliar os saberes da HIL e o dispositivo teórico da AD, abordando não só os instrumentos linguísticos, como também as instituições vinculadas à sua produção e circulação (ZOPPI-FONTANA, 2009B) – procuramos compreender as especificidades de uma fundação tão “peculiar”, formada a partir de uma articulação liderada por uma agência de notícias, a Agência EFE – um braço forte dos meios de comunicação que já tinha travado relações com a RAE –, a própria RAE, instituição que sempre exerceu um papel importante na produção, reprodução e divulgação do saber linguístico¹⁸⁷, e um banco, o BBVA.

Para tanto, tomamos como ponto de partida o processo de constituição da agência EFE, no qual vimos esse serviço (o de uma agência internacional) significado, muitas vezes, como um modo de estabilizar certos sentidos através do controle das “informações” que entram (e saem) dos países em diferentes períodos – no caso da Espanha, primeiro pelo viés da França e depois da própria Espanha, especificamente pelo domínio do franquismo. Como consequência dessa projeção e do esforço constante por construir uma imagem de credibilidade, a agência EFE assume uma grande importância no cenário político, que culmina em um esforço por sua consolidação e expansão (principalmente no plano internacional).

Em seu percurso rumo ao mercado internacional, a América Latina é significada pela agência EFE como um “caminho natural” que garantiria o controle da língua nesse amplo espaço da comunicação, retomando laços que os processos independentistas haviam quebrado; para isso, era preciso contar com a aceitação da agência por parte dos países ali situados. Desse modo dá-se a potencialização da

¹⁸⁷ Tomando por base as observações de Nunes (2008b, p. 95) a respeito da importância de ter em vista, ao analisar o saber linguístico no tempo e no espaço, o papel das instituições em sua produção, reprodução e circulação, aproveitamos para situar brevemente essa instituição na constituição da Fundéu.

antecipação da língua como um “recurso” altamente rentável e, logo, o direcionamento de algumas ações da agência voltadas especificamente para questões relativas a ela, como a elaboração de manuais de estilo que levam à criação de um departamento, o DEU, e este à criação de uma fundação, a Fundéu.

Com a constituição desta em 2005, percebemos uma clara articulação entre instituições para tratar de questões relacionadas à língua – mais especificamente, nesse caso, a língua nos meios de comunicação – e que, pela sua singular composição (como já frisamos: uma agência de notícias, uma academia de língua e um banco), projetam esse propósito como “um negócio”. A constituição de tal aliança foi favorecida pelas mudanças pelas quais a sociedade espanhola passava no final do século XX e, nesse sentido, interpretamos que o vazio normativo apontado por Arnoux (2015a, p. 141) como presente no espaço dos meios de comunicação em um momento em que os avanços tecnológicos possibilitam o aumento do fluxo de informação, das trocas culturais e do alcance da mídia, foi significado pela agência, junto com a RAE, como um campo que impunha a necessidade de regular a língua nesse âmbito. A articulação com a Academia favorecia a legitimação do lugar da Fundação e, ao mesmo tempo, resgatava e “remoçava” a imagem da academia como autoridade linguística.

Do mesmo modo, a decisão de publicar e pôr o MEU à venda ao público também pode ser vista como um gesto de responsabilidade e legitimação por parte da Agência EFE, que vai forjando seu lugar a respeito do “bom uso” da língua, complementando um sistema apoiado em duas frentes de trabalho ou dois “serviços” – o serviço de consulta e as recomendações, elaboradas a partir da observação dos meios de comunicação – resultantes de um processo de interpelação do falante como sujeito que duvida (CELADA, COSTA e BRIANEZI, 2015).

Com relação ao modo como a Fundéu busca regular a língua, com o avanço da tecnologia e a possibilidade de ampliar não só o espaço de enunciação de suas recomendações (através de seu site e das redes sociais, mas também a velocidade de sua produção), vemos potencializada a “ilusão de completude” a fim de dar conta de regular a língua em sincronia com os eventos relatados pela mídia, projetando que assim se evitaria que as formas consideradas “indesejadas” se propagassem. Tal ilusão se materializa também na decisão de voltar a editar o MEU (2015), contemplando, na complementariedade que existe entre ele e o site, diferentes suportes e, conseqüentemente, diferentes tipos de consulentes e necessidades.

Percebemos também que a fundação parece responder a uma injunção a regular e a acelerar o ritmo desse trabalho, obedecendo àquele instalado como “natural” pelo jornalismo, movido pela urgência. Essa urgência parece materializar-se como demanda inexorável à qual é preciso responder e encontra lugar no site, no qual a recomendação aparece como protagonista do gesto regulador e se apresenta – de acordo com uma série de considerações que fizemos nos capítulos 2 e 3 – em uma espécie de “mimese da mídia”.

Apoiados na teoria da aceleração social formulada por Rosa ([2013], 2016), interpretamos que, na tentativa de acompanhar a cadência imposta por essa nova dinâmica, vemos funcionar, como dissemos, uma espécie de “regulação em série” que instaura um ritmo de produção das recomendações ditado pela relação que guarda com o jornalismo, com a produção e circulação da notícia. Como efeito, temos uma aceleração da regulação e, conseqüentemente, a do processo de interpelação cujo efeito tende a ser a naturalização da dúvida por parte do consulente que realiza a consulta no aguardo da respectiva recomendação, que também se apresenta na evidência e que cria, instaura e alimenta essa necessidade permanente de consulta. Potencializada pelo ritmo do ato de recomendar, essa necessidade afeta, sobretudo os profissionais que trabalham com a língua – sujeito interpelado, dividido em relação a como dizer, às formas de dizer.

A partir de nossa análise, podemos apontar como uma das características desse “modo de recomendar” exercido pela Fundeu a tendência a “abrandar” o discurso prescritivo (ARNOUX, 2015c). Esse abrandamento corresponderia ao que hoje se chama de “politicamente correto” – adequando-se ao momento atual, à ordem do mundo e do discurso e, especificamente ao que pode ou deve ser dito. Nesse sentido, percebemos um funcionamento análogo aos principais discursos presentes na mídia brasileira com relação à língua portuguesa, uma vez que encontramos aqui, ao menos duas características importantes que Possenti (2003) aponta ao analisá-los, a saber: a redução da língua ao conteúdo presente nas gramáticas e dicionários – “a imprensa não discute as línguas como fenômeno social e histórico (melhor, não as discute como fenômeno formal, social e histórico). Tudo o que ela faz é repetir o que está nas gramáticas e dicionários” (p. 72) – e a ausência de divulgação científica no campo dos estudos linguísticos. Com relação a isso, poderíamos, ainda, dizer que a RAE – e, conseqüentemente, a Fundeu – continua não se expondo aos saberes produzidos no campo dos estudos da linguagem dos últimos 70 anos nas áreas da enunciação e

discurso, tendo em vista que isso implicaria em uma “mexida” na rede de sentidos fortemente vinculados à colonização. De fato, o movimento é justamente o de manter essa linha, se adequando, como dizíamos, ao que pode ser dito na conjuntura atual.

Assim, a Fundéu segue preocupando-se em aconselhar sobre estrangeirismos, neologismos e todo e qualquer uso linguístico que poderia permanecer na dispersão e escapar ao gesto regulador e à profusão de arquivos reguladores presentes no dispositivo do site, no qual o gesto de autoria está sempre atento a todos os “problemas linguísticos emergentes” nos meios de comunicação. A expressão que colocamos entre aspas é de García de la Concha¹⁸⁸, quem nos faz lembrar que a voz da(s) academia(s) – RAE e ASALE – é bastante presente nas recomendações, fazendo valer a referida articulação que existe entre as instituições. Desse modo, a língua é significada como uma entidade normativa, intocável, significação baseada na relação “falante/ língua”¹⁸⁹ – e não na relação “falante com a língua”. O resultado é que se cultiva um imaginário seco, pouco criativo, apoiado em conceitos de “certo/ errado”.

Ainda com relação ao gesto de “recomendar” produzido pela fundação, vimos predominar, no que se refere às designações empregadas para nomeá-lo, os sentidos vinculados a recomendação e conselho, diferenciando seu gesto do produzido pela RAE que, devido ao lugar que ocupa, é produtora da norma (NOGUEIRA, 2016). Pensando na relação institucional que se forja quando se institui a Fundéu, diríamos que a norma produzida pela RAE está presente na “recomendación” da fundação como um pré-construído¹⁹⁰. Aqui encontramos a força e a importância que se dá mediante o que se chama “assessoria” da RAE, que interpretamos na verdade como uma “tutela” (FANJUL, 2011) que a academia, via Fundéu, busca exercer sobre a regulação da língua no espaço da comunicação – determinados elementos nos ajudam a reforçar o que dizemos, como a composição do patronato da Fundéu com forte presença dos membros da RAE, como vimos no capítulo 2 desta dissertação.

Com relação ao funcionamento da “recomendación”, fica ainda como uma questão, que poderá ser objeto de outras investigações, a possibilidade de vê-la como

¹⁸⁸ García de la Concha, *Memoria Anual 2005*, p. 9, disponível em <http://www.fundeu.es/sobre-fundeu/memoria-anual/> <acesso em 20/08/16>.

¹⁸⁹ A barra é pensada aqui com todos os seus sentidos (cf. CELADA, 2013).

¹⁹⁰ Lembremos que muitas vezes não aparece nenhuma marca de heterogeneidade mostrada com relação às fontes, expressão que reforça a expressiva relação que com a RAE se dá no interior da Fundéu.

um “gênero”, isto é, verificar se as regularidades que se mantêm em seu processo de constituição caracterizam, nas palavras de Bajtin¹⁹¹, um tipo relativamente estável de enunciado (ibid., 1985), tendo em vista o modo de “recomendar” forjado pela Fundéu e colocando-o em relações com o instalado, antes, pela RAE no DPD.

A série de considerações que realizamos, especificamente no que se refere à articulação entre EFE y RAE, fica reafirmada à luz de tudo o que desenvolvemos no capítulo 1 para compreender a constituição da agencia EFE: sua filiação ao Franquismo, por exemplo. De fato, há entre a agência e essa Academia (subordinada à realeza) uma afinidade ideológica que beneficia a realização de um projeto de regulação da língua na linha de sentidos instalada historicamente pelo processo de colonização. Por sua parte, a presença do banco BBVA nessa articulação vem a materializar o negócio que tal projeto pode implicar.

Para concluir, podemos pensar nos “ganhos” dessa parceria entre a academia e a fundação: através da vocação de vigilância do DEU (Olmos, 1997, cf. capítulo1) a RAE expande seu espaço de tutela ao ganhar, através da Fundéu, um novo posto de observação – o dos meios de comunicação. Obtém-se, assim, através do site, um recurso a mais, vinculado às três instituições, na “empreitada” da regulação linguística. Podemos dizer, por fim, que a Fundéu se apoia no avanço tecnológico para construir uma “tecnologia” – fundamentalmente um site que funciona como um dispositivo regulador – tão disponível aos meios de comunicação. Tal tecnologia, pensada para o jornalismo, mas que atende também o público em geral, promove – através da “mimese da mídia”, com base na espetacularização (DEBORD, [1967] 1997) que caracteriza o funcionamento desta – a espetacularização da língua “como se fosse notícia”. No entanto, como apontamos no capítulo 2, a “cena de consumo” ou, se preferirmos, de consulta, não parece ainda acontecer nas devidas proporções, o que de fato parece afetar todo o investimento colocado nesse site. Dessa forma, tendo estabelecido alguns aspectos que consideramos relevantes na compreensão de nosso objeto, damos fechamento a esse estudo, conscientes de que este implica um ponto de partida, abrindo caminho para futuros trabalhos que poderão continuá-lo.

¹⁹¹ Optamos por manter a grafia em espanhol, de acordo, portanto, com a edição com a qual trabalhamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? In: **Outra travessia**, Florianópolis, n. 5, jan. de 2005, p. 9-16. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576> <acesso em 25/01/2018>.

AGENCIA EFE. **Manual de español urgente**. Madrid: Cátedra, 4 ed., 1985.

_____. **Manual de español urgente**. Madrid: Cátedra, 6 ed., 1989.

_____. **Manual de español urgente**. Madrid: Cátedra, 14 ed., 2001.

_____. **Libro del estilo urgente**. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2011.

ALVARADO, M. **Paratexto**. Enciclopedia Semiológica. Buenos Aires: Eudeba, 2009.

ARNOUX, E. N. (2006). La representación del género y de los espacios de circulación del texto en las reescrituras de *Los misterios del Plata* de Juana Manso. In: _____. (2006). **Análisis del discurso**. Modos de abordar materiales de archivo. Buenos Aires: Santiago Arcos; 2ª edição, 2009, p. 95-125.

_____. Introducción. In: _____. **Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado** (Chile, 1842-1862). Estudio glotopolítico. Buenos Aires: Santiago Arcos editora, 2008, p. 7-28.

_____. Los manuales de estilo periodístico para las versiones *on line*: las representaciones del lector y su incidencia en la regulación de discursos y prácticas. In: **Circula**: Revue d'idéologies linguistiques, nº 2, 2015a, p. 138-160.

_____. El español global y la regulación de la discursividad en línea como piezas del dispositivo glotopolítico panhispanico. In: TAVARES, S. C.; ROCA, M. P. (orgs). **Políticas Lingüísticas: declaradas, praticadas e percebidas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015b, p. 35-68.

ARNOUX, E. N. El dispositivo normativo en la Nueva gramática básica de la lengua española. In: ARNOUX, E. N.; BEIN, R. (coord.). **Política lingüística y enseñanza de lenguas**. Buenos aires: Biblos, 2015c, p. 243-268.

_____. "De la 'unidad en la diversidad' al 'español auxiliar internacional' en "Discursos y dispositivos promocionales panhispanicos". In: GREUßLICH, S.; LEBSANFT, F. **El pluricentrismo de la cultura lingüística hispánica**. Reflejos en los medios de comunicación masiva. Vandenhoeck & Rupprecht / V & R Unipress, no prelo.

ARNOUX, E. N.; BLANCO, M. I.; DI STEFANO, M. Las representaciones de la lengua y de la prensa en los manuales de estilo periodísticos argentinos. In: ARNOUX, E. N, BEIN, R. **Prácticas y representaciones del lenguaje**. Buenos Aires: Eudeba, 1999, p. 175-190.

ASALE; RAE. “La nueva política lingüística panhispánica”, Presentación en el **III Congreso Internacional de la Lengua Española (CILE)**, “Identidad lingüística y globalización”, Rosario, Argentina, novembro de 2004.

AUROUX, S. A. (1992). **Revolução Tecnológica da Gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Unicamp, 2009, 2ª edição.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). In: **Caderno de Estudos Linguísticos**, nº. 19, jul/dez. 1990, p. 25-42.

_____. **Palavras incertas**. As não-coincidências do dizer. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1998.

_____. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 11-80.

BAJTIN, M. El problema de los géneros discursivos. In: _____. **Estética de la creación verbal**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2da. ed., 1985, p. 248-293.

BARONAS, R. A língua nas malhas do poder. In: GREGOLIN, M. R. (org). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 83-92.

BERMÚDEZ, F. Los tiempos verbales como marcadores evidenciales. El caso del pretérito perfecto compuesto. In: **Estudios Filológicos**. n. 40, Valdivia, set-2005, p. 165 – 188. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0071-17132005000100012 <acesso em 11/11/2017>.

BONNIN, J. E. Pensar el castellano en internet: discursos sobre la norma en los foros de WordReference.com. In: ARNOUX, E. N., NOTHSTEIN, S. (editoras). **Temas de glotopolítica**: integración regional sudamericana y panhispanismo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2014, p. 351-372.

BONNIN, J. E.; LAURIA, D. Dicionário *on line*: hacia una nueva fase del proceso de gramatización de la lengua española. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 36, p. 293-322, Campinas: RG Editora. jul-dez 2015.

BRESSAN, R. T. Dilemas da rede: web 2.0, conceitos, tecnologias, modificações. In: **Revista Anagrama**, Ano 1, edição 2, 2007, p. 1-13.

BRIANEZI, D. I. **O Dicionário panhispánico de dudas em questão**: dúvida, regulação e memória. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH, 2014.

CARTAGENA, N. Los tiempos compuestos. In: **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**, Real Academia Española, dirigida por I. Bosque y V. Demonte; Espasa Calpe (Ed.), Madrid, 1999.

CASILDA BÉJAR, R. **La década dorada: economía e inversiones españolas en América Latina 1990-2000**. Universidad de Alcalá, Servicio de Publicaciones, 2002, p.

CELADA, M. T. Instrumentos lingüísticos en la enseñanza de E/LE en Brasil: enfocando los Libros Didácticos. Palestra. I **Capacitação APEESP/SEE-SP**, 07 de novembro de 2013.

CELADA, M. T.; COSTA, M.; BRIANEZI, D. Sobre el funcionamiento de ciertos preconstruidos en los títulos de diccionarios de lengua española. Las marcas de una historia. In: **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**, nº36 – jul-dez 2015, p. 267-291.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. Tradução: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2015.

COURTINE, J. (2009). **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Paulo: EdUFSCar, 2014.

DEBORD, G. (1967). **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL VALLE, J. (ed.) **La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español**. Madrid: Iberoamericana / Frankfurt: Vervuert, 2007.

_____. Panhispanismo e hispanofonía: breve historia de dos ideologías siamesas In: **Sociolinguistic Studies**. New York: Equinoxonline, 2011.

FANJUL, A. “Policêntrico” e “Pan-hispânico”: deslocamentos na vida política da língua espanhola. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (org.). **Políticas da norma e conflitos lingüísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. pp. 299-331.

FUNDÉU (Fundación del Español Urgente). **Manual de español urgente**. Barcelona: Debate, 2015.

GENETTE, G. (1987) **Paratextos Editoriais**. tradução Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

GÓMEZ FONT, A. Correcto Manejo del español en medios de comunicación. In: **I Congreso Internacional de la Lengua Española**, Zacatecas, 1997. Disponível em: <http://congresosdelalengua.es/zacatecas/ponencias/prensa/proyectos/gomezfont.htm>. Acesso em: 06/02/2016.

_____. Los libros de estilo de los medios de comunicación y su importancia para el futuro del español. In: **Novenas jornadas nacionales sobre normativas del idioma español**, Buenos Aires: Fundacion Litterae. 2005. Disponível em: www.fundlitterae.org.ar/recomendaciones.aspx. Acesso em: 06/02/2016.

_____. Los manuales de estilo en las agencias de prensa: el caso de la agencia EFE. In: **Lengua, comunicación y libros de estilo**, Barcelona, 2009, pp. 221-237. Disponível em: <http://dfe.uab.es/dfeblog/salcoba/files/2009/07/libro-estilo.pdf>. Acesso: 01/05/2017.

GUESPIN, L. & MARCELLESI, J-B. Pour la glottopolitique. In: **Langages**, 21^e année, n°83, Glottopolitique, 1986, p. 5- 34.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002, p. 11-31.

_____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, 51 (1):49-68, Jan./Jun. 2009.

LAGAZZI, S. O recorte significante da memória. In: INDURSKY, F., FERREIRA, M.C.L. & MITTMANN, S. (orgs.). **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos, Claraluz, 2009.

LARA, L. F. Concepciones de la lengua en el siglo XIX. In: _____. **Historia Mínima de la lengua española**. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos e Literarios; El Colegio Nacional, 2013, p. 429-455.

LAURIA, D.; GARCÍA, M. L. Instrumentos lingüísticos académicos y norma estándar del español: la nueva política lingüística panhispánica. In: **Lexis**, vol. XXXIII (I), 2009, p. 49-89.

MAINGUENEAU, D. (1998) **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2005.

MARIANI, B. Discurso e Instituição: A Imprensa. In: **Rua**. Campinas, n. 5, p. 47-61, 1999.

MATTELART, A. A emergência das redes técnicas de comunicação. In: **Comunicação mundo**: história das ideias e das estratégias. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 15-38.

MEDEIROS, V. Da resistência na língua à resistência da língua: o caso de dois glossários. In: MEDEIROS, V.; DELA SILVA, S.; SOARES, A. F.; MARIANI, B. (Orgs.). **Discurso, resistência e....** 1ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2015, v. 1, p. 229-246.

MILNER, J. C. **O amor da língua**. Tradução e notas: Paulo César de Souza Júnior; revisão técnica: Cláudia Thereza Guimarães de Lemos e Maria Rita Salzano Moraes – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MORELLO, R. **Definir e linkar**: em que sentido? In: ORLANDI, E. P. (org.). Para uma enciclopédia da cidade. Campinas, SP: Pontes, Labeurb / Unicamp, 2003, p. 121-132.

NOGUEIRA, S. De la norma a la recomendación en manuales de estilo: el caso de *Escribir en Internet* de Fundéu BBVA. In: FREITAS, L. [et al.]; compilado por ARNOUX, E. N.; LAURIA, D. 1a ed. Edición multilingüe. **Lenguas y discursos en la construcción de la ciudadanía sudamericana**, Gonnet: UNIPE: Editorial Universitaria, 2016. Libro digital, PDF - (Políticas educativas; 2), p. 267-282.

NUNES, J. H. Uma articulação da Análise do discurso com a história das ideias linguísticas. In: **Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107-124, jul./dez. 2008a.

_____. O discurso documental na História das Ideias Linguísticas e o caso dos dicionários. In: **Alfa**, São Paulo, 2008b, p. 81-100.

_____. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: FERREIRA, M.C., INDURSKY, F. (org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 373-380.

OLMOS, V. **Historia de la Agencia EFE**: el mundo en español. Madrid: Espasa, 1997.

ORLANDI, E. P. Apresentação. In: ORLANDI, E. P. (org.). **História das Ideias Linguísticas no Brasil**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat editora, 2001, p. 7-20.

_____. Observações sobre análise de discurso. In: _____. **Terra a vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. 2ª edição. Campinas: Unicamp, 2008, pp. 31-44.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

_____. Prefacio. In: _____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012, p. 9-17.

_____. Uma história do conhecimento, uma história da língua. In: _____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2013a, p. 9 -18.

_____. O conhecimento sobre a linguagem: mercado e interesse. In: _____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2013b, p. 229-239.

PAYER, M. O. **Educação popular e linguagem**: reprodução, confrontos e deslocamentos de sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. Processos de Identificação sujeito/língua. Ensino, língua nacional e língua materna. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Política lingüística no Brasil**. 1ed.Campinas: Pontes, 2007, p. 113-123.

PAZ, M. A. Las agencias: España en el flujo internacional. In: ALVAREZ, J. T. **Historia de los medios de comunicación en España**: periodismo, imagen y publicidad. Barcelona: 1989a. p.71-80.

_____. La batalla de las agencias. In: ALVAREZ, J. T. **Historia de los medios de comunicación en España**: periodismo, imagen y publicidad. Barcelona: 1989b. p. 206-218.

_____. El predominio matizado de EFE. In: ALVAREZ, J. T. **Historia de los medios de comunicación en España**: periodismo, imagen y publicidad. Barcelona: 1989c. p.347-362.

PÊCHEUX, M. (1969). Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. (1988) **O discurso: estrutura ou acontecimento**. / Michel Pêcheux; tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

_____. (1988) **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. / Michel Pêcheux; tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al. – 4ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

POSSENTI, S. Notas sobre a língua na imprensa. In: GREGOLIN, M. R. (org). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 67-82.

ROSA, H. **Alienación y aceleración**. Buenos Aires: Katz editores, 2016.

SALINAS, R. Historia de las agencias transnacionales. In: **Agencias Transnacionales de información y el tercer mundo**. Quito: Editorial “The Quito Times”, 1984, p. 34-46.

SENZ, S. Una, grande y (esencialmente) uniforme. La RAE en la conformación y expansión de la “lengua común”. In: SENZ, S.; ALBERT, M. **El dardo en la academia: esencia y vigencia de las academias de la lengua española**, vol. II. España: Ed. Melusina, 2011.

SEPÚLVEDA, I. **El sueño de la Madre Patria: hispanoamericanismo y nacionalismo**. Madrid: Fundación Carolina, Centro de Estudios Hispánicos e Iberoamericanos. Marcial Pons Historia, 2005.

TAMAMES, R. (1988). **La República, La Era Franco**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

VILAR, P. **Historia de España**. Habana: Ministerio de Cultura Editorial de Ciencias Sociales, 1990.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Apresentação. In: _____. **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas: Editora RG, 2009a, p. 9-11.

_____. O português do Brasil como língua transnacional. In: _____. **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas: Editora RG, 2009b, p. 13-41.

Sites consultados

AMAZON. Disponível em: <https://www.alexa.com/> <acesso em 25/01/2018>.

AGENCIA EFE. Disponível em: <http://www.efe.com> <acesso em 24/04/2017>.

BBVA. Disponível em: <https://www.bbva.com/es/informacion-corporativa/acerca-del-grupo/> <acesso em 23/09/2017>.

FUNDÉU BBVA. Disponível em: <http://www.fundeu.es> <acesso em 12/03/2016>.

RAE. Disponível em: <http://www.rae.es/la-institucion/historia/origenes> <acesso em 29/08/2017>.